



# revista PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 20 - número 20 - outubro de 2021

ISSN 1983-0963

## Nesta Edição

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO  
NA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA  
DE MERITI (1833-1889)

“O PATRIMÔNIO INTELECTUAL DO  
MENINO POBRE”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O  
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM IGUASSÚ

EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO RECÔNCAVO  
DA GUANABARA: ENTRE O MAGISTÉRIO E A  
FÁBRICA (1857-1888)

PARACAMBI: A VIDA DOS TRABALHADORES  
TECIDA NO RITMO DE SUAS MÁQUINAS

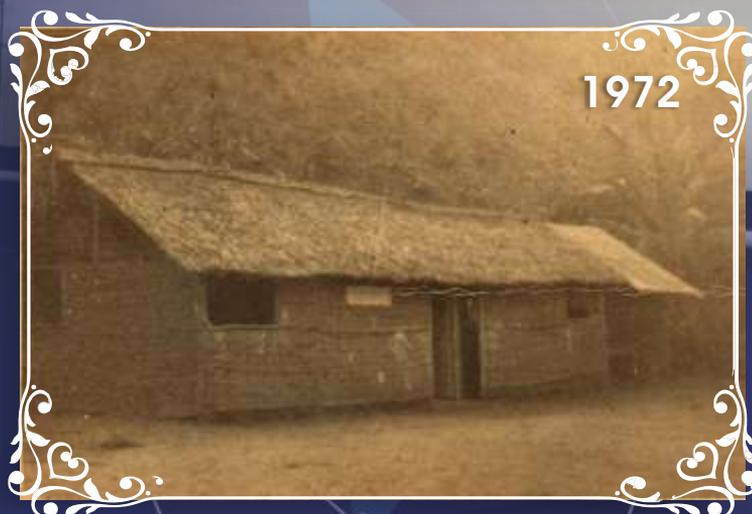
A AFROPERSPECTIVA DOS POVOS BANTU  
NO ENSINO DE FILOSOFIA: A LEI FEDERAL  
10.639/03 COMO POTÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO  
NO CHÃO DA ESCOLA

A MÚSICA DE BANDA DOS NEGROS DO  
RECÔNCAVO FLUMINENSE: DOS COLONIAIS  
ESCRAVOS AOS PACÍFICOS CONTEMPORÂNEOS

O NORDESTE EM DUQUE DE CAXIAS:  
A FEIRA NORDESTINA UMA QUESTÃO  
DE IDENTIDADE, CULTURA E LUGAR

“É PRECISO UNIR OS DISPERSOS”:  
UMA ANÁLISE DA CENA CULTURAL  
IGUAÇUANA A PARTIR DA REVISTA  
EQUIPE (NOVA IGUAÇU, 1977-1980)

2021



## Visões Universitárias:

EDUCAÇÃO POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: OS COMITÊS  
POPULARES DEMOCRÁTICOS E AS LIGAS CAMPONESAS (1945-1947)

ENTRE LARANJAS E LETRAS: O CONCURSO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
EM IGUAÇU (1931)

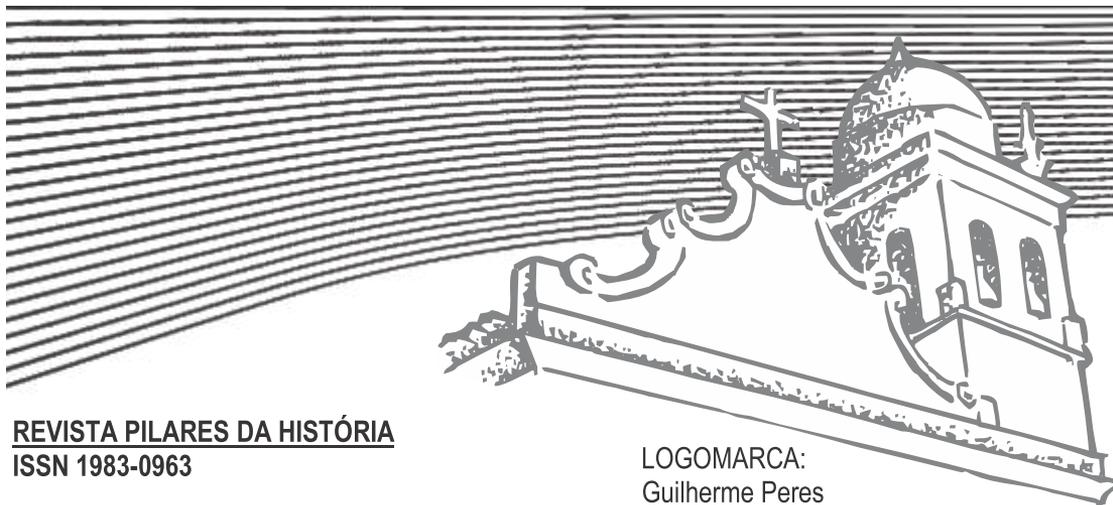
## Seções:

Iconografia  
Transcrição  
Memória Viva



Edição Conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto /  
Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

AJH



**REVISTA PILARES DA HISTÓRIA**  
**ISSN 1983-0963**

Edição conjunta:  
 INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ  
 SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL  
 DE DUQUE DE CAXIAS  
 e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
 INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:  
 Celso Luís Pereira do Nascimento

DIRETORA GERAL DA CMDC:  
 Júlia Graziela Uchôa dos Santos

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:  
 Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:  
 Guilherme Peres de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL:  
 Alexandre dos Santos Marques  
 Amália Dias  
 Antonio Augusto Braz  
 André Santos da Rocha  
 José Cláudio Souza Alves  
 Nielson Rosa Bezerra  
 Marlucia Santos de Souza  
 Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:  
 Alda Regina Siqueira Assumpção / Elisângela  
 Cortes Braga Rodriguez / Emily Victória  
 Quintiliano Monteiro Mota / Fernanda de  
 Oliveira Santos / Roselena Braz Veillard /  
 Suely Alves Silva / Vitória Lorena de Oliveira  
 Santos

LOGOMARCA:  
 Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:  
 Newton Menezes

DIAGRAMAÇÃO  
 André Dutra Jr.

IMPRESSÃO:  
 Grupo de Gráficas LKL

FOTOS / CAPA:  
 Escola Municipal Coração de Jesus,  
 localizada em Xerém, 4º Distrito de Duque  
 de Caxias. Em 1971, existiu um prédio  
 improvisado denominado "Escola da  
 Pindoba". Em 1972, construíram a  
 chamada "Escola de Tijolo", que deu  
 origem às dependências atuais. Atende a  
 estudantes do 1º ao 9º ano de escolaridade  
 de lugares distantes. Essa fotografia  
 compõe a 3ª Coleção do Projeto "Memórias  
 em Cartão", do CEPEMHed  
 Foto fundo: Professor Roberto de Oliveira  
 Bezerra - 2021

CORRESPONDÊNCIA:  
 Rua Paulo Lins, 41 - subsolo –  
 Jardim 25 de Agosto  
 Duque de Caxias - RJ  
 CEP: 25071-140  
 Telefone: (21) 2784-6947

e-mail:  
[institutohistoricocmdc@gmail.com](mailto:institutohistoricocmdc@gmail.com)  
 site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS  
 DO INSTITUTO HISTÓRICO  
<http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/>

---

---

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”,  
da Câmara Municipal de Duque de Caxias e a  
Associação dos Amigos do Instituto Histórico  
agradecem o apoio:

CRPH

Centro de Referência Patrimonial e Histórico  
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação  
da Cidade de Duque de Caxias  
e Baixada Fluminense

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais  
da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica  
na Baixada Fluminense

Fórum Cultural da Baixada Fluminense

IAPAC

Instituto Amigos do Patrimônio Cultural

De todos que participaram direta ou indiretamente  
da produção deste trabalho e daqueles que se  
empenham no difícil processo da permanente construção e  
reconstrução da nossa história.



---

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento  
de artigos para possível publicação.

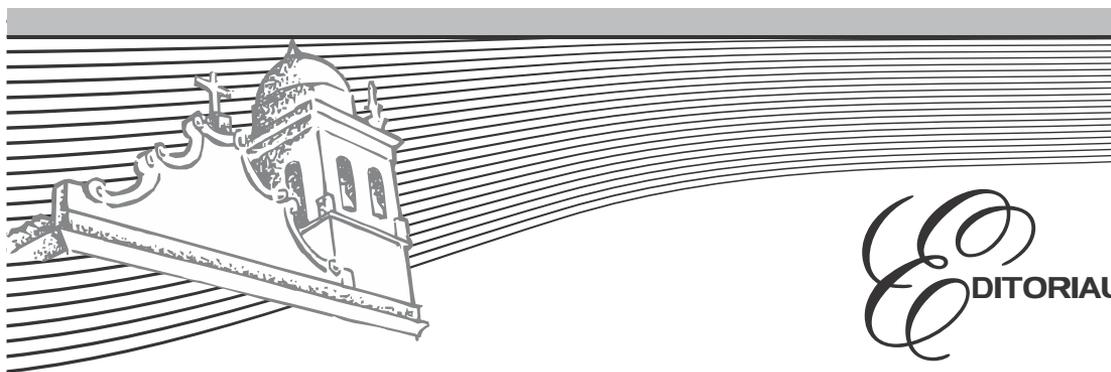


---

**As ideias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão  
destes são da responsabilidade dos autores.**

---

---



Neste número de nossa PILARES, em dez artigos e diversas seções, retomamos a tarefa, para nossa satisfação e, acreditamos para a de nossos leitores, de dar destaque à temática da Educação.

A Revista Pilares da História, como sempre proclamamos, é essa plataforma multifacetada, na qual temas, autores e interesses têm como cenário nossa região da Baixada Fluminense, oportunizando o diálogo, tornando-nos uma referência para os interessados, o que nos traz muito orgulho.

Somos parceiros orgulhosos dos cursos de História da FEUDUC, UNIGRANRIO e FABEL; da FEBF-UERJ e da UFRRJ, com seus institutos e programas de pós-graduação; do PINBA, IAB, IAPAC e IPAHB e de nossa querida APPH-CLIO; do CRPH e do CEPEMHED; dos Museus Vivo do São Bento, Vivo da Capoeira e Vivo de Areia Branca; do Museu Duque de Caxias, capitaneados aqui, é claro, pela ASAMIH, que reúne esses e outros valiosos companheiros de lutas por educação, cultura e patrimônio, cada um, no seu tempo, tantas contribuições nos trouxeram.

E, sendo essa rede, majoritariamente, composta por educadoras e educadores, cabe-nos a alegria de termos, neste número, o tema Educação em sua perspectiva histórica regional com esse protagonismo.

Mas, ao lado da alegria, ficam registros de saudade! A finitude da vida, que também é a da História, acaba de nos privar da serena e orientadora presença do nosso querido Professor Rogério Torres, um pilar fundamental da nossa PILARES. Grande e carinhoso amigo de todos, pesquisador pioneiro da história da Baixada Fluminense, escritor, artista, fotógrafo e ativista cultural comprometido com a causa democrática e justiça social, nos deixou um vasto ensinamento e seu exemplo de professor paciente e dedicado, a quem devemos muito.

Outra perda por nos sentida é a do Professor Stélio Lacerda, que também nos deixou recentemente. Perdemos o professor, historiador, escritor, mas acima de tudo, outro grande incentivador e amigo nosso e das causas da educação e cultura. Era uma referência para a nossa história local e regional, tendo lecionado em várias escolas públicas e particulares e, além disso, atuado na gestão administrativa pública, como secretário de Educação e de Cultura.

A eles dedicamos nossas saudades e nosso reconhecimento, garantindo que, enquanto fôlego tivermos, o seu legado, junto ao de tantos outros antecessores nossos, viverá nas páginas da *PILARES!*



Prestamos aqui nossas homenagens!

**PROFESSOR ROGÉRIO TORRES DA CUNHA**  
**PROFESSOR STÉLIO LACERDA**

Nossos grandes incentivadores, com seu apoio, pesquisas e parcerias, colaboraram para que muitos projetos do nosso Instituto Histórico, da Associação dos Amigos e demais entidades afins, pudessem ser concretizados.

Que suas trajetórias sejam sempre lembradas e continuem a inspirar nossos caminhos!





Mais uma vez detalhes da história da Baixada Fluminense serão conhecidos por meio da nossa *Revista Pilares da História*. Editada pelo *Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto* da Câmara Municipal Duque de Caxias e com o apoio da Associação dos Amigos do Instituto Histórico, a nossa *PILARES* já se consolidou como uma publicação séria e de grande importância para os pesquisadores, professores, estudantes e cidadãos que desejam conhecer mais sobre sua própria história.

Neste ano, continuamos a apoiar a edição da Revista, o que muito nos alegra, pois o compromisso de dar acesso ao conhecimento sobre o próprio lugar possibilita ao cidadão se reconhecer como sujeito de suas próprias vivências.

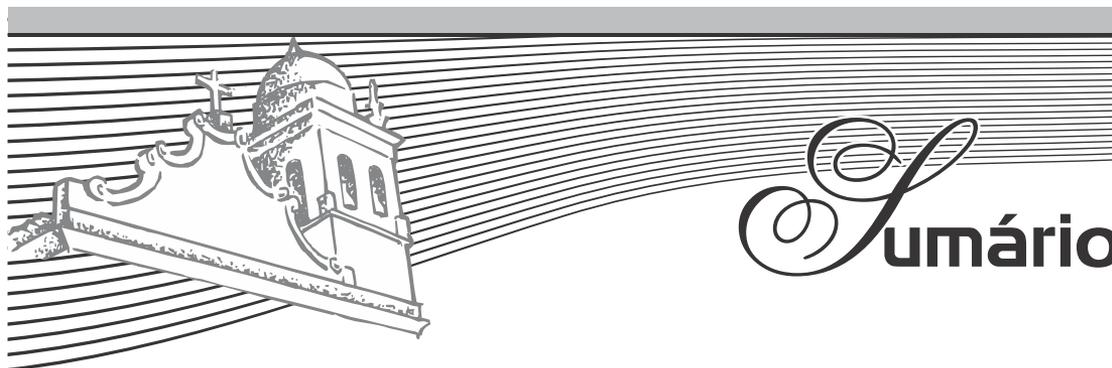
Sendo assim, pensamos ser de significativa importância o apoio à preservação da nossa história, buscando atender às necessidades daqueles que desejam participar desse projeto de valorização dos elementos que formam o nosso patrimônio, nossas memórias e identidades.

Neste mês de outubro, quando o Poder Legislativo completa 74 anos de instalação no município de Duque de Caxias, buscamos presentear nossa região com mais essa possibilidade de democratizar o acesso às pesquisas produzidas por aqueles que se dedicam a fomentar as investigações sobre nosso passado, colaborando na preparação das atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos.

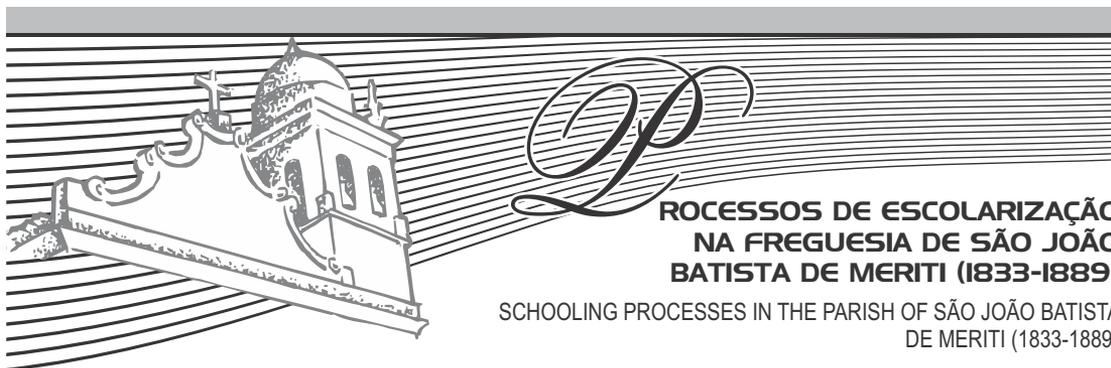
Parabéns ao nosso Instituto Histórico, por assegurar a preservação e divulgação de nossas histórias e memórias! E agradeço, mais uma vez, o apoio e a parceria da nossa Associação dos Amigos do Instituto Histórico!

*Celso Luís Pereira do Nascimento*





<b>PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE MERITI (1833-1889).....</b>	<b>7</b>
<i>Mariana Ramalho de Sousa / Angélica Borges</i>	
<b>“O PATRIMÔNIO INTELECTUAL DO MENINO POBRE”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM IGUASSÚ.....</b>	<b>19</b>
<i>Ana Carolina de Farias Miranda</i>	
<b>EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: ENTRE O MAGISTÉRIO E A FÁBRICA (1857-1888).....</b>	<b>29</b>
<i>Beatriz Souza dos Santos / Jéssica Tomaz Ferreira</i>	
<b>PARACAMBI: A VIDA DOS TRABALHADORES TECIDA NO RITMO DE SUAS MÁQUINAS.....</b>	<b>39</b>
<i>Jonathan Souza de Almeida / Lirian Melchior</i>	
<b>A AFROPERSPECTIVA DOS POVOS BANTU NO ENSINO DE FILOSOFIA: A LEI FEDERAL 10.639/03 COMO POTÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO NO CHÃO DA ESCOLA.....</b>	<b>50</b>
<i>Wudson Guilherme de Oliveira</i>	
<b>A MÚSICA DE BANDA DOS NEGROS DO RECÔNCAVO FLUMINENSE: DOS COLONIAIS ESCRAVOS AOS PACÍFICOS CONTEMPORÂNEOS.....</b>	<b>62</b>
<i>João Carlos da Silva</i>	
<b>O NORDESTE EM DUQUE DE CAXIAS: A FEIRA NORDESTINA UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE, CULTURA E LUGAR.....</b>	<b>72</b>
<i>Noelma Dutra da Silva</i>	
<b>“É PRECISO UNIR OS DISPERSOS”: UMA ANÁLISE DA CENA CULTURAL IGUAÇUANA A PARTIR DA REVISTA EQUIPE (NOVA IGUAÇU, 1977-1980) .....</b>	<b>81</b>
<i>Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre / Jonatan Magella da Silva</i>	
<b>VISÕES UNIVERSITÁRIAS</b>	
<b>EDUCAÇÃO POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS E AS LIGAS CAMPONESAS (1945-1947).....</b>	<b>91</b>
<i>Laiza Bianca Luna de Souza de Oliveira / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro / Vitor da Silva Batista</i>	
<b>ENTRE LARANJAS E LETRAS: O CONCURSO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL EM IGUAÇU (1931).....</b>	<b>101</b>
<i>Mariana Hapuque Raphael da Silva</i>	
<b>SEÇÃO ICONOGRAFIA.....</b>	<b>108</b>
<b>SEÇÃO TRANSCRIÇÃO.....</b>	<b>117</b>
<b>SEÇÃO MEMÓRIA VIVA.....</b>	<b>119</b>
<b>ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO.....</b>	<b>123</b>
<b>19ª LEGISLATURA.....</b>	<b>131</b>



## PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE MERITI (1833-1889)

SCHOOLING PROCESSES IN THE PARISH OF SÃO JOÃO BATISTA  
DE MERITI (1833-1889)

Mariana Ramalho de Sousa<sup>1</sup>  
Angélica Borges<sup>2</sup>

### Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar o processo de escolarização na freguesia de São João Batista de Meriti, no século XIX, buscando compreender a criação das escolas públicas primárias masculinas e femininas, a atuação dos professores e inspetores na região, bem como os espaços onde as escolas foram instaladas.

Palavras-chave: Freguesia de Meriti; escolarização; História da Educação.

### Abstract

This study aimed to investigate the process of schooling in the parish of São João Batista de Meriti, in the nineteenth century, in order to understand the creation of male and female primary public schools, the role of teachers and inspectors in the region, as well as the spaces where the schools were installed.

Keywords: Parish of Meri

### Introdução

No âmbito da história da educação, Meriti é lembrado por ser o local onde a Escola Regional de Meriti foi criada no século XX. Destacam-se pesquisas como “Baú de Memórias, Bastidores de História: O Legado Pioneiro de Armanda Álvaro Alberto” em que a autora Ana Chrystina Mignot analisa a trajetória da professora que marcou o cenário educacional de Meriti no século XX. No entanto, torna-se importante também dar visibilidade ao fato de que é possível observar, em fontes do século XIX, registros relacionados às escolas na localidade. Por meio de tais fontes buscamos investigar a escolarização na região nesse período anterior à Escola Regional de Meriti.

Meriti foi freguesia e também distrito de Iguaçu até 1943, em seguida, distrito do município de Duque de Caxias até 1947 e hoje é um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense. Nesse estudo, nosso recorte territorial e temporal é Meriti como freguesia da Vila de Iguaçu no século XIX, no período do Império. O objetivo foi investigar o processo de criação das escolas públicas primárias femininas e masculinas, os professores e inspetores da instrução que atuaram na região, bem como os locais onde as escolas foram instaladas.

Para a realização deste trabalho, utilizamos como fontes os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, os relatórios dos diretores da instrução, o Almanak Laemmert, legislações da época e jornais disponibilizados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também recorreremos ao levantamento de escolas e professores feito no projeto de pesquisa “Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)”<sup>3</sup> desenvolvido no grupo de pesquisa EHELO da FEBF-UERJ. A partir desse levantamento, foi feita uma pesquisa nas fontes, baseada no

<sup>1</sup> Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2021) (FEBF-UERJ) e membro do Grupo de Pesquisa Estudos de História da Educação Local (EHELO) – marianaramalho1998@gmail.com

<sup>2</sup> Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (UERJ-FEBF) e membro do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (EHELO) - angelicaborgesrj@gmail.com

<sup>3</sup> Projeto coordenado pela professora Angélica Borges (FEBF-UERJ). O levantamento dos professores, escolas e inspetores da instrução foi realizado pelas bolsistas de Iniciação Científica Beatriz Souza dos Santos e Kimberly Pereira.

conceito de “fio do nome” de Ginzburg e Poni (1989), para localização dos nomes dos professores que lecionaram na freguesia e compreensão de sua atuação nas localidades. Com as contribuições das discussões de Faria Filho (2009) acerca de história local e regional buscamos compreender a região de Meriti e sua relação com o município de Iguaçu.

Também trabalhamos com autores como Almeida (2009) para compreender o conceito de Baixada Fluminense; Souza (2014) para entender a Vila de Meriti; Torres (2008) e Braz e Almeida (2019) para a freguesia de Meriti; Borges e Dias (2021), Miranda (2020) e Guedes (2012) para ajudar na análise acerca da escolarização no município de Iguaçu e, mais especificamente, na freguesia de Meriti.

### **Escolarizando Meriti**

A partir da investigação e do levantamento de estudos já existentes, foi possível identificar a existência de uma escola particular na freguesia, criada em 1833 por Augusto da Costa Barreto, que admitia meninos pobres, sendo o primeiro registro de escolarização localizado durante a pesquisa (GUEDES, 2012). Em 1851, foi criada a primeira cadeira de instrução pública para meninos na sede da freguesia, por meio da Deliberação de 9 do setembro de 1851. Em 1856, foi criada, também na sede, uma escola destinada ao sexo feminino, instituída pela Deliberação de 3 do abril do 1856. No ano de 1873, uma segunda escola pública masculina foi criada, em Sarapuhy, pelo Decreto n. 1988 de 1873 (Relatório do Diretor da Instrução de 1874), totalizando assim três escolas públicas no território meritiense, pelas quais passaram vários professores.

Para lecionar na primeira escola pública da freguesia de São João Baptista de Meriti foi nomeado Augusto da Costa Barreto. Segundo Guedes (2012), quando assumiu o cargo de professor público possuía idade avançada e foi dispensado da realização de exames de capacidade profissional para atuar na função, “sendo a sua experiência o bastante para comprovar seu “raciocínio”, revelando-nos a possível admissão pela experiência adquirida ao longo dos anos exercendo particularmente o magistério” (GUEDES, 2012, p.82, aspas do autor). No relatório do Diretor da Instrução Pública do ano de 1871, consta que Augusto foi nomeado em 9 de setembro de 1851. Augusto também tentou ocupar a vaga na instrução pública de Vassouras, mas a vaga era para professor de terceira classe e Augusto era de primeira classe (GUEDES, 2012), inviabilizando a mudança.

Antes de ser nomeado professor público, conforme já assinalado, Augusto da Costa Barreto manteve uma escola particular de 1833 até 1851:

Que Augusto da Costa Barreto, capitão reformado do exército, conta cerca de nove anos de magistério público interino e efetivo, porém que desde 1833 até setembro de 1851 manteve sempre na freguesia de Meriti, do município de Iguaçu, uma escola particular, na qual constantemente admitiu grátis grande número de meninos pobres, até que foi criada uma cadeira pública naquela freguesia (Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1861.p.138).

A primeira professora pública da freguesia para a escola de meninas criada em 1856 foi Engracia Flavia de Macedo de Oliveira Dias, sendo nomeada em 25 de agosto de 1856. No Almanak Laemmert, Engracia também aparece na categoria de “Fazendeiros de moer cana, principais lavradores de café e mandioca” da freguesia.

Acerca das primeiras escolas criadas e de seus primeiros professores, localizamos, no Relatório de Diretor de Instrução no ano de 1864, um trecho descrevendo a frequência como era o aproveitamento nessas unidades e o perfil docente.

A escola masculina desta freguesia, regida por Augusto da Costa Barreto é frequentada por 20 alunos, cujos progressos são bons. A feminina tinha 16 alunas que a frequentavam, das quais uma epidemia de bexigas havia afugentado não pouca; apesar disso achavão-se na escola na ocasião da visita 14, que mostraram adiantamento sofrível. O inspetor da comarca louva a inteligência, aptidão e bom comportamento da professora Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias. (Relatório de Diretor de Instrução, 1864, p.19).

No caso da escola para as meninas, o relator faz uso da palavra “sofrível” para descrever adiantamento das alunas de Engracia, mas faz elogios à professora. Conforme o trecho destaca, o período analisado para a composição deste trabalho foi marcado por epidemias na região, sendo uma delas a da bexiga, como era chamada a varíola. Além da epidemia de bexigas Meriti também foi acometido pela epidemia de cólera-morbus. Essas epidemias afetavam a frequência escolar e consequentemente o aproveitamento dos alunos.

Não obstante, percebemos que a baixa frequência era vista como um problema persistente ao longo dos anos. No relatório de 1865, a escola de meninas da freguesia constava numa tabela das escolas que possuíam uma frequência média menor que 15, contabilizando apenas 12 alunas. Em 15 de setembro de 1878, o jornal O Fluminense publicou o expediente da Diretoria de Instrução e nele há um pedido da professora que atuava em Meriti naquele momento, Maria Leopoldina de Oliveira Barros, para acabar com a má frequência na escola. Segundo o relato, a professora alegava que para resolver o problema era necessário convencer “os pais de família, que sem assiduidade suas filhas não alcançarão a instrução. Para despertar o gosto pelo estudo é necessário interessar suas alunas no ensino e provar-lhes com fatos os resultados que colherão da aplicação. A tarefa não é superior às habilitações S.S.” (p.3).

Ao longo do período estudado, além de Augusto e Engracia, passaram pelas escolas de Meriti outros professores, apresentados no item a seguir, com base nos levantamentos realizados no Almanak Laemmert e nos relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro.

### Professores primários de Meriti

Foram localizados nas fontes pesquisadas doze professores que atuaram em Meriti, sendo quatro de meninas e oito de meninos. Segundo o Regulamento da Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro de 1849, para se tornar professor público era preciso ser maior 21 anos, não ter cometido nenhum tipo de crime, de reconhecida morigeração e passar por exames de capacidade profissional. Poderiam ser dispensados dos exames os professores que tivessem o curso completo em liceus, professores particulares que possuíssem cinco anos de magistério com boas notas e os professores adjuntos. Durante a vigência desse regulamento foram nomeados os primeiros professores de Meriti.

**Quadro 1: Professores públicos de Meriti no período do Império**

N.	Ano	Professor	Data da Nomeação	Observações	Fontes
1	1851 1872	Augusto da Costa Barreto	9 de Setembro de 1851		Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
2	1856 1872	Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias	25 de Agosto de 1856		Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
3	1876 1877	Francisco Antônio Augusto da Costa Barreto	19 de Agosto de 1870	A data de nomeação consta na freguesia da Itacurussá em Mangaratiba. Aluno da Escola Normal da Província	Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução

4	1878	Antônio Joaquim Alves de Vargas	Não localizada	Professor habilitado pela Escola Normal	Almanak Laemmert
5	1876 1888	Manoel Antônio da Costa Barreto	7 de junho de 1851	A data de nomeação consta na Vila de Mangaratiba	Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
6	1876 1888	Maria Leopoldina de Oliveira Barros	Não localizada		Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
7	1877 1879	Augusto da Costa de Almeida Barreto	Não localizada	Professor Substituto	Almanak Laemmert
8	1877 1879	Filisbina Rosa de Azambuja Barreto	Não localizada	Professora Substituta Aluna da Escola Normal da Província	Almanak Laemmert
9	1879	Fernando Mendes da Costa	Não localizada		Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
10	1882 1885	João Batista da Silva Borges	Não localizada	Os relatórios dos anos de 1884 e 1885 registram o professor nos anos de 1883 e 1884 como professor provisório	Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução
11	1885 1888	Moyses Ferreira da Costa Franco	Não localizada		Relatório de Diretor de Instrução

Fonte: Almanak Laemmert e relatórios dos diretores de instrução.

No quadro acima, pode-se observar que os professores Augusto da Costa Barreto, Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias, Manuel Antonio da Costa Barreto e Maria Leopoldina de Oliveira Barros foram os professores públicos que se mantiveram atuando na freguesia por mais tempo. Borges e Vidal (2016) assinalam que o longo tempo de exercício em uma mesma freguesia poderia favorecer a confiança dos moradores em relação ao professor e reverberar no maior número de alunos matriculados. Também se observa no quadro que, no período de 1851 a 1888 dos doze professores que atuaram na freguesia, seis pertenciam à família Barreto, mostrando assim que era uma família com papel de relevância na difusão da escolarização na freguesia e indicando uma possível influência na localidade por serem proprietários de fazenda, negociantes e donos do prédio alugado para a escola pública provincial de meninos de Meriti (SOUSA, 2020).

Nesse sentido, cabe destacar igualmente que a professora pública Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias, a partir da década de 1860, passa a constar na lista do Almanak Laemmert de fazendeiros de moer cana, principais lavradores de café e mandioca da freguesia, conforme já mencionado. Além disso, pode-se constatar nos periódicos da época que Engracia era casada com um dos juizes de paz da freguesia, Antonio Dias Teixeira Pimenta.

Segundo Bezerra (2012) o recôncavo do Rio de Janeiro era marcado pela produção de farinha, uma das principais atividades econômicas das localidades pertencentes ao entorno da Baía de

Guanabara, e “a maioria dos africanos escravizados do recôncavo fluminense estava empregada nas lavouras de alimentos” (p.35). Bezerra (2011) também afirma que a maior quantidade de engenhos e escravos estava concentrada nas freguesias de Meriti e Jacutinga e que os proprietários, em sua maioria, possuíam um pequeno número de escravos. Essas questões nos levam a considerar a possibilidade de que na fazenda de Engracia houvesse escravizados.

Munhoz (2008) argumenta em sua tese que as mulheres não tinham suas vivências restritas apenas ao lar. Aponta mulheres atuando como costureiras, lavadeiras, quituteiras, mulheres caipiras e tropeiras, bem como mostra a existência de mulheres da elite que iam de encontro a ideia presente de que nesse período apenas viviam reclusas dentro do lar. Engracia era uma mulher das elites locais, fazendeira, que atuava no magistério da freguesia. Era casada com um juiz de paz, uma das autoridades da freguesia, cargo em que os atuantes eram eleitos.

Segundo o Regulamento de 1849, na falta de professores efetivos e de pessoas habilitadas, o presidente da província poderia nomear professores interinos com as mesmas obrigações de um vitalício e devendo se habilitar para a “serventia vitalícia” no prazo de seis meses, sob pena de perder a cadeira.

No Almanak Laemmert foi possível localizar dois professores substitutos que atuaram na freguesia: Augusto da Costa Almeida Barreto e Felisbina Rosa de Azambuja Barreto. Não foi possível encontrar muitas informações acerca da sua carreira profissional destes dois professores. Augusto foi localizado no Almanak na condição de professor substituto, mas também na categoria de negociante da freguesia. Felisbina no Almanak encontra-se apenas na categoria de professora substituta. De acordo com o Relatório de Diretor de Instrução de 1880, os professores substitutos eram moradores que viviam na vizinhança.

No que diz respeito à formação desse conjunto de professores que atuaram em Meriti, o quadro mostra que, nesse grupo de 11 docentes, pelo menos três professores passaram pela Escola Normal da Província, em Niterói. De acordo com Borges, Santos e Pereira (2019) o decreto que instituiu a criação da Escola Normal, também estabeleceu que as instituições públicas de ensino primário fossem providas por alunos formados pela Escola Normal, com intuito de atuar na ampliação da escolarização pela província. Por meio dos relatórios da Escola Normal da Província foi possível observar que a professora Felisbina a frequentou, mas a abandonou no 2º ano, no período que atuou como substituta em Meriti. A Escola Normal da Província era distante da freguesia e poderia haver uma incompatibilidade de horários com a escola de primeiras letras da freguesia, o que pode ter contribuído para o abandono do curso.

No caso dos professores particulares, foi possível localizar dois docentes. O primeiro, já mencionado, foi o Augusto da Costa Barreto que depois se tornou professor público. A segunda foi a professora Maria Augusta da Costa Almeida Barreto, esposa de Augusto da Costa Barreto. Quando a escola particular de meninas iniciou suas funções, Augusto já atuava como professor público da freguesia. A autorização para abertura da escola de meninas por Maria Augusta da Costa Barreto foi concedida em 1855, quatro anos após o fechamento da escola particular de meninos de seu cônjuge, o que pode sugerir tratar-se do mesmo espaço.

A professora Maria Augusta também foi dispensada da prova de capacidade, assim como seu marido (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 1855. p.2.). Cabe considerar, ao analisarmos a referida dispensa, as redes de relações estabelecidas pela professora, como a própria posição de seu marido na região que igualmente teve uma escola particular na região por cerca de 18 anos.

No Relatório de Diretor de Instrução do ano de 1863 consta que na escola particular de Maria Augusta havia 9 alunas internas. De acordo com uma propaganda no jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (Figura 1), a escola de Maria Augusta recebia alunas pensionistas, meias pensionistas e externas. O texto que procura divulgar a escola usa vários argumentos ligados aos papéis femininos da época e a idealização de um determinado modelo de educação feminina. Nesse sentido, podemos compreender as ideias de “dar as filhas uma instrução mais sólida que brilhante”, de que as alunas eram tratadas “com todo o amor, carinho e desvelo maternal” e os saberes ensinados: ler, escrever, contar, bordar, marcar e coser.

Figura 1 – Propaganda da escola particular de meninas em Meriti

**MERITY.**

**Collegio particular da Bella-Vista  
na Pavuna.**

D. Maria Augusta da Costa Barreto, competentemente habilitada, conforme o regulamento de 14 de dezembro de 1849, sempre zelosa por merecer dos Srs. pais de familia sua estimavel confiança, que preferem dar a suas filhas uma instrução mais solida que brilhante, tem a honra de declarar que o collegio continuará de 7 de janeiro em diante; assim como convida a alguns senhores para que a proteção, mandando suas estimaveis filhas para seu collegio, onde as mensalidades são muito diminutas, á vista do tratamento que lhes dá.

O collegio tem muito boas accomodações, é saudavel, e o logar o mais aprazivel.

Continúa a receber pensionistas, meias pensionistas e externas, ensinando-lhes a ler, escrever, contar, coser, marcar e bordar.

A professora declara que suas alumnas são tratadas, como se póde fazer ver com attestados dos pais das que existem, com todo o amor, carinho e desvelo maternal, e que em pouco tempo tem tido muito aproveitamento.

Os estatutos que o regem achão-se no dito collegio, que serão dados a quem quizer matricular suas filhas e a queirão honrar com sua confiança.

Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (5/02/1858).

O ensino de prendas domésticas se deve ao artigo 12 da Lei Geral de Ensino de 1827 que define que as meninas deveriam apenas aprender as quatro operações e as prendas domésticas. Vilella (2000) afirma que “a concepção de um currículo diferenciado se relacionava ao papel que era reservado à mulher nessa sociedade de costumes patriarcais e aos preconceitos quanto a sua capacidade intelectual” (p.109).

### O trânsito de professores

Do conjunto de professores que passaram por Meriti, alguns atuaram apenas nesta freguesia, como Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias e Augusto da Costa Barreto. Outros transitaram por diferentes localidades. Miranda (2020) ressalta que os “professores lotados no interior da provincia solicitavam remoções para Iguazu, talvez pelo território não representar um afastamento deveras considerável da Côte e isto pudesse facilitar uma possível remoção para alguma escola da capital” (p.158) e a freguesia de Meriti era a mais próxima da Corte. Isto pode ser um dos fatores que contribuíram para a movimentação docente existente na região. No entanto, no caso de Meriti, também deve ser considerada a atuação da família Barreto na localidade.

O primeiro professor localizado que foi transferido para a freguesia foi o Tenente Manoel Antonio da Costa Barreto. Este iniciou sua carreira na Villa de Mangaratiba.

Por ato da presidência de 12 do corrente, foi nomeado o padre José Maria Dias Pereira, para o cargo de inspetor das escolas do distrito da freguesia de Sebastiana, em Nova

Friburgo, e removido a seu pedido o professor público Manoel Antonio da Costa Barreto, a escola da vila de Mangaratiba, para a da Fazenda do Brandão em Merity. (Diário do Rio de Janeiro, 18 e 19 de fevereiro de 1874, Edição 00049. p.2.)

No Relatório de Diretor de Instrução de 1876 existe uma tabela com as escolas que foram instaladas, mas não entraram em funcionamento. A escola da Fazenda do Brandão, citada acima, estava incluída nesta tabela, significando que foi instalada, mas não entrou em funcionamento até aquela data. No ano de 1891 foi concedido o pedido de jubilação para o professor Manoel Antonio da Costa Barreto. Com isso, a professora Maria Fernandes Belém foi removida de Pirahy para a escola onde o professor atuava, em Meriti, e a escola que era apenas de meninos foi transformada em mista.

O professor Francisco Antonio Augusto da Costa Almeida Barreto também passou por remoções. A primeira localizada na pesquisa ocorreu no ano de 1872, da freguesia de Itacurussá em Mangaratiba para a de Piedade em Magé.

Removidos:

Os professores públicos Procipio Honorio Alves Cabral e D. Ignacia Geraldo Martins Netto e D. Helena Leopoldina Xavier Netto, e Francisco Antonio Augusto da Costa Almeida Barreto, os dois primeiros das escolas da vila de S. João do Príncipe para as do lugar denominado Baldeador na freguesia de S. Lourenço, em Niterói; os dois segundos, das da vila de Santa Maria Madalena, para as do lugar denominado Rio das Ostras, na Barra de São João; e o último da freguesia de Itacurussá, em Mangaratiba, para a da Piedade em Magé. (A Nação: Jornal Político, Commercial e Litterario, 30/12/1872, p.2).

A segunda remoção localizada deste professor foi a da cidade de São João da Barra para a escola em Sarapuhy, em Meriti. Não foi possível localizar o ato de remoção que o levou para São João da Barra.

Comunicou –se as diretorias de instrução e de fazenda que o professor Francisco Antonio Augusto da Costa e Almeida Barreto foi, a seu pedido, removido da escola da cidade S. João da Barra para a de Sarapuhy, freguesia de Meriti, em Iguassú. (Diário do Rio de Janeiro. 26 de abril de 1876. Edição 00110. p.1.)

Os professores Manoel e Francisco, conforme percebe-se pelo sobrenome, possuíam relação de parentesco e família na freguesia de Meriti. As relações familiares podem ter sido motivo da transferência destes professores para a freguesia.

Outro professor que passou por remoções foi Antonio Joaquim Alves de Vargas, habilitado pela Escola Normal da Província. Inicialmente, ele foi nomeado para a Escola de Sarapuhy, na freguesia de Meriti, em 1877. Este professor, durante as pesquisas para a realização deste trabalho, também foi localizado na regência da escola de Cayoaba, na freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, em Estrella, no ano de 1879, dois anos após ser nomeado para Meriti.

Nesse cenário de rotatividade de professores também observamos o caso de Fernando Mendes da Costa professor nomeado como provisório, no ano de 1874, para a escola de Sarapuhy, em Meriti (Diário do Rio de Janeiro, 13/03/1874.). Nota-se em seguida uma sucessão de remoções em curtos períodos. No mesmo ano, no mês de setembro, ele passa a ser considerado efetivo. Dois anos depois, em 1876, foi removido, a seu pedido, para a escola da Floresta em Ribeirão, em Itaguahy. Porém, em 1879, retornou para a freguesia de Meriti. No ano de 1880, Fernando Mendes da Costa foi novamente removido, retornando para o município de Itaguahy. Não foi possível localizar os motivos que levaram o professor Fernando realizar tantas remoções para um mesmo lugar.

O professor João Baptista da Silva Borges também foi localizado atuando em outras freguesias. Durante a pesquisa, primeiramente foi encontrado no jornal Gazeta de Notícias de 17 de abril de 1880, sendo nomeado em 1880 para o município de Itaguahy, na escola do Bananal. Nos anos de 1882 e 1885, o Almanak Laemmert registra a existência do professor público João Baptista da Silva Borges. Porém, não foram encontradas durante as pesquisas as remoções que o levaram para Meriti. Localizamos o professor realizando duas permutas. A primeira no ano de 1885 em que permutou com o professor Moyses Ferreira da Costa Franco nas regências das escolas de Sarapuhy, em Meriti, e a de Suruhy, em

Magé. Também no ano de 1885, antes de realizar a permuta, o professor foi reconduzido à regência provisória da escola pública em Meriti. Em 1888, foi aceita a permuta requerida pelos professores João Baptista da Silva Borges e Francisco Teixeira Trindade, das escolas do Suruhy, em Magé, e do Arrozal, em Pirahy, respectivamente.

Sobre o trânsito de professores na província, Borges e Dias (2021) afirmam que

A distância em relação ao seu lugar de origem, o difícil acesso, a insalubridade de muitas regiões geravam insatisfação nos professores que, assim que possível, solicitavam remoção para escolas em localidades que atendessem melhor suas necessidades ou que reduzissem os transtornos da distância (p.100).

Considerando os dados levantados e as reflexões de Miranda (2020), Borges e Dias (2021) pode-se compreender que diferentes motivos influenciavam o trânsito de professores pela província, além de a própria diretoria realizar essas remoções.

### **As casas das escolas de Meriti**

As escolas na província, em sua grande maioria, funcionavam em prédios alugados. Em Iguazu não era diferente. No Relatório de diretor de Instrução de 1880 pode-se observar que havia quatorze casas alugadas em Iguazu onde funcionavam as escolas públicas, estando três destas em Meriti: duas de meninos e uma de meninas (Relatório de Diretor de Instrução, 1880, p.99).

O prédio da escola de meninos em Meriti pertencia a Augusto da Costa Barreto que, como mencionado, foi um dos professores públicos que mais tempo atuou na freguesia de Meriti. O aluguel era o mais antigo e mais barato do município. Outras duas casas foram encontradas na tabela de aluguéis, uma em Sarapuhy, do proprietário Francisco Antonio Thomé Filho, com o contrato em 1879, e outra também em Meriti, porém de meninas, do proprietário Manoel Alves de Almeida, alugada no ano de 1877.

Os relatórios registram, entre outros problemas, que os governantes acusavam os proprietários de cobrarem aluguéis caros e os proprietários alegavam que o valor mais alto seria para compensar o atraso no pagamento pelos governantes. Em relatório de 1880, o Diretor da Instrução informa que foram tomadas providências a respeito dos atrasos e que, após isso, os proprietários passaram a usar outros argumentos.

Justificava-se a princípio a elevação dos preços com a pretendida demora e a falta de pagamento, e até com as prescrições da legislação deles. Atualmente, com as providências tomadas pela diretoria de fazenda raras vezes se fazem estas queixas; a justificativa mais geral agora vem do aumento da população, pela prosperidade do lugar, e da falta de casas (Relatório de Diretor de instrução, 1880, p.20).

No ano seguinte a data do relatório, em 1881, o jornal O Fluminense publicou a informação de cobrança feita ao governo para o pagamento de aluguéis atrasados à proprietária Maria Augusta da Costa Barreto referente à casa onde funcionava a escola de meninos em Meriti (O Fluminense, 12/06/1881, p.2). A troca de proprietário pode ser compreendida por meio do registro, no periódico O Fluminense de 1880, de um pedido de Augusto da Costa Almeida Barreto para que se pagasse à sua mãe, Maria Augusta, o que era devido ao seu pai, Augusto da Costa Barreto. Por meio da notícia, podemos inferir que Maria Augusta tornou-se a responsável pela casa alugada para a escola de meninos após o falecimento de seu marido.

### **Inspeção das escolas**

Durante a pesquisa também foram identificados os inspetores da instrução, cargos não remunerados que possuíam a função de fiscalizar as escolas. Segundo Vilella (2000), com o regulamento de 1847 foi criada a figura do inspetor paroquial. A nomeação para o cargo “passava a ser feita por indicação do presidente da província, deixando de ser atribuição das Câmaras Municipais, o que denunciava o movimento de centralização que caracterizava a política do grupo conservador” (p.125). Com isso, entende-se que o cargo estava ligado aos interesses das autoridades.

Nos relatórios de diretores de Instrução, como, por exemplo, dos anos de 1863 e de 1880, ficam evidentes as dificuldades para os inspetores paroquiais realizarem suas tarefas por causa da distância ou dificuldade de acesso até as escolas, do número de unidades a serem visitadas ou até mesmo pelo exercício de outras ocupações. Por não ser um cargo remunerado, os inspetores exerciam outras atividades profissionais.

No Relatório do ano de 1878, o Diretor de Instrução mostra uma certa insatisfação sobre a inspeção nas escolas por estar apenas limitada à visita, verificação de preço do aluguel, dos livros, do atraso ou adiantamento dos alunos e da mobília. Entretanto, nas palavras do diretor, “não é porém esta a inspeção exigida para o bem do serviço público” (p.19). A inspeção deveria ter por obrigação estudar os professores “na prática dos seus deveres para com a sociedade”, pois a administração não pode prescindir do “conhecimento da vida íntima dos professores públicos” (p.19). Entende-se por meio do relatório que a inspeção desejada seria realizada não apenas pelos inspetores, mas sim deveriam ser feitas em conjunto, “por todos os pais de família, por todos os cidadãos, que na escola deverão ter o máximo interesse” (p.19). O relatório também registra a reclamação do fato de as visitas serem avisadas com antecedência, possibilitando aos professores se organizarem previamente para receber o inspetor.

**Quadro 2: Inspectores de Meriti**

Anos	Nome	Função
1855 - 1863	Silvano Antonio da Silveira	Inspetor Paroquial
1865	Padre João Gomes Marcos dos Santos	Inspetor Paroquial
1866 1867- 1869	Padre Antonio Joaquim Madeira Padre Antonio Joaquim Maduro	Inspetor Paroquial
1870 - 1873	Pedro Pires da Silveira	Inspetor Paroquial e Inspetor de Distrito
1874 - 1878	Pedro Telles de Barreto Menezes	Inspetor de Distrito
1880 - 1885 (em 1880 consta como interino)	Joaquim Tavares Guerra	Inspetor de Distrito

Fonte: Almanak Laemmert e Relatório de Diretor de Instrução

Dentre os inspetores, observamos a presença de padres exercendo a função. Há uma divergência no sobrenome do padre que atuou na segunda metade da década de 1860, mas provavelmente trata-se do mesmo indivíduo. Segundo Borges, a indicação de padres evidencia o redimensionamento do elemento religioso em consonância

[...] com imperativos e necessidades de um projeto de instrução e de civilização do Estado Imperial. Nesse sentido, Igreja e Estado, embora com regimes de verdades concorrentes, promovem aproximações tendo em vista determinados interesses comuns (2008, p.85).

A figura eclesiástica na inspeção buscava atender os interesses das autoridades e da Igreja, o que também era possível devido a aproximação da Igreja com a população. Porém, entre os inspetores não havia apenas padres. Membros de famílias influentes integravam o quadro, como por exemplo os das famílias Telles de Menezes e Tavares Guerra. Estas famílias atuavam na freguesia como fazendeiros e em cargos de autoridades. Um exemplo é Pedro Telles Barreto de Menezes que além de ser inspetor era juiz de paz.

A fiscalização das escolas não era isenta de tensões. No ano de 1859, podemos mencionar as tensões ocorridas entre o inspetor Silvano Antonio da Silveira, a professora Engracia Flávia de Macedo Oliveira Dias e o seu marido Antonio Dias Teixeira Pimenta, um dos juizes de paz da freguesia por meio de um conjunto de ofícios. As tensões não se limitavam apenas ao campo educacional. Silvano era

inspetor, subdelegado e juiz de paz de Meriti. Engracia era professora e fazendeira. A professora fez uma representação contra o inspetor em razão do “estilo” que Silvano teria empregado em dois ofícios em que ele a admoesta. O inspetor Silvano da Silveira afirma que os ofícios foram escritos com delicadeza, tino, brandura e sabedoria, fazendo a professora “entrar na ordem, da qual pretendia se afastar” e reclama da postura de Engracia e de seu marido:

[...] resta-me pedir licença para respeitosamente fazer ver a V. Exa. as maneiras pouco atenciosas com que essa professora, e seu marido tem procurado para desgostar-me, desconceituando-me na opinião pública é bem sabido de muitos, e certamente eu não continuaria a servir mais este cargo, achando-me onerado com o de subdelegado e Juiz de Paz, se não fosse reconhecer na pessoa de V. Exa. profunda sabedoria, imparcial e reta justiça e maneiras com que atraí o cidadão probo e honesto, a fazer todos os sacrifícios para o bem do país (4/08/1859, Instituto Histórico de Nova Iguaçu, Tombo, n.º MS 0090).

O trecho do documento sinaliza que as tensões se davam, portanto, entre sujeitos que exerciam outros poderes na dinâmica local, o que evidencia o fato de os cargos de inspetores não estarem ligados apenas ao âmbito educacional, mas também a disputas e interesses locais.

### Considerações finais

O processo de escolarização em Meriti no século XIX se deu a partir da criação de escolas públicas e privadas de instrução primária, para meninos e meninas. A primeira instituição localizada foi a escola particular de criada em 1833 por Augusto da Costa Barreto que depois se tornou professor da primeira escola pública de meninos criada em 1851 na região. Observamos que a família desse professor teve uma significativa atuação no processo de escolarização da localidade e também em outras regiões, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. Dentre os onze professores que atuaram nas três escolas públicas da região ao longo do período estudado, seis eram da família Barreto.

A rotatividade de professores identificada em Meriti era comum na época e estava relacionada às medidas das autoridades em torno da difusão da escolarização na província que nomeavam os docentes para lugares distantes, quanto dos próprios professores em busca de melhores condições de trabalho e proximidade com seus locais de origem. A insalubridade e as epidemias também eram elementos que interferiam na permanência em determinadas localidades. As escolas na freguesia de Meriti funcionavam em prédios alugados que, muitas vezes, não eram adequados para a atividade escolar, assim como ocorria com a grande maioria das escolas públicas da Província do Rio de Janeiro.

A família de professores de sobrenome Barreto que possuía propriedades em Meriti, incluindo um dos prédios alugados para escola pública, a professora proprietária de fazenda e a presença de autoridades locais exercendo a inspeção das escolas são alguns exemplos que mostram que a escolarização na região foi marcada pela atuação de pessoas influentes na freguesia, gerando tensões e disputas. Tais aspectos evidenciam que a região foi inserida nos projetos de difusão da escolarização promovidos pelos governantes da província fluminense, envolvendo diferentes interesses e sujeitos na dinâmica de funcionamento das escolas públicas e particulares da freguesia de São João Batista de Meriti no século XIX, conforme procuramos demonstrar neste estudo.

### Referências

- ALMEIDA, Tania Maria S. Amaro de. *Baixada Fluminense*. **Revista Pilares da História** - Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 8. Nº 9. maio de 2009. p. 7-9.
- BEZERRA, Nielson. **A cor da Baixada**: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. Duque de Caxias: APPH - CLIO, 2012.
- BORGES, Angélica. **Ordem no ensino**: A inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- BORGES, Angélica. VIDAL, Diana Gonçalves. *Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relação entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. **Revista Brasileira de História da Educação**. v.16. nº2, p.175-201. abril/junho 2016. Maringá-PR.
- BORGES, Angélica; DIAS, Amália. *Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguçu (1870- 1933)*. In: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (orgs.). **Um mar de escolas: diálogos e pesquisas em História da Educação**. Curitiba: Editora Appris, 2021.p.95-110.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: Associação dos Amigos do Instituto Histórico, 2019.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação e História Regional: Experiências, Dúvidas*. In: **História da Educação: Desafios Teóricos e Empíricos**. Niterói. EdUFF. 2009. p.57-66.
- GINZBURG, Carlo; PONI, C. *O nome e o como*. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; E. Castelnuovo; C. Poni (orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil /Difel, 1991. p.169-178.
- GUEDES, Jordania Rocha de Q. **Cenários do Processo de Escolarização do Recôncavo da Guanabara - A história de Iguassú**. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2012.
- MIRANDA, Ana Carolina de Farias. **“A marcha progressiva do ensino”**: Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 – 1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2020.
- MUNHOZ, Fabiana. **Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SOUSA, Mariana Ramalho. **Processos de escolarização na Freguesia de São João Batista de Meriti na Província do Rio de Janeiro (1833 -1889)**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. **Antecedentes Históricos: O Passado Escravista de Iguçu e Estrela**. In: Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ. APPH-CLIO. 2014. p.36-85.
- TORRES, Gênesis. **A Evolução Histórica dos Distritos e os Processos de Emancipação**. In: A Baixada Fluminense: A construção de uma história: sociedade, economia, política. Gênesis Torres (org.) Rio de Janeiro. Inepac. 2008. p.195-230.
- VILLELA, Heloisa de O. S. *O Mestre-Escola e a Professora*. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.





## PATRIMÔNIO INTELECTUAL DO MENINO POBRE<sup>1</sup>: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM IGUASSÚ

“THE INTELLECTUAL HERITAGE OF THE POOR CHILD”:  
CONSIDERATIONS ABOUT THE SCHOOLING PROCESS IN IGUASSÚ

Ana Carolina de Farias Miranda<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem por objetivo tecer algumas considerações acerca do processo de escolarização no município fluminense de Iguassú, com ênfase no último decênio do Império. As fontes consultadas incluem documentos oficiais, como os Relatórios do Diretor da Instrução Pública, e periódicos, como o *Jornal do Commercio*. Dados estatísticos e vestígios sobre formas escolares variadas auxiliam na análise do processo de escolarização iguassuano.

Palavras-chave: Processo de escolarização. Iguassú. Império do Brasil.

### Abstract

This article aims to make some considerations about the schooling process in the city of Iguassu in Rio de Janeiro, with emphasis on the last decade of the Empire. The sources consulted include official documents, such as the Reports of the Director of Public Instruction, and periodicals, such as *Jornal do Commercio*. Statistical data and traces on varied school forms help in the analysis of the Iguassuano schooling process.

Keywords: Schooling process. Iguassu. Empire of Brazil.

Antes de passar à discussão propriamente dita do processo de escolarização, cabe destacar a divisão territorial adotada no período, que é bem distinta da que encontramos nos dias de hoje. O município de Iguassú fazia parte da Província do Rio de Janeiro, esta tinha em Niterói a sua capital, além da Côrte Imperial, que equivaleria à região do centro da cidade do Rio de Janeiro atualmente. Nas fontes os termos “Villa” e “Município” geralmente aparecem como sinônimos e estas vilas e municípios são compostos por freguesias. Segundo Torres (2004):

As sede de uma freguesia se caracterizava pela igreja da matriz, o que propiciaria a existência de filiais. Batizados, nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e visitas pastorais eram registrados nos livros da matriz ou, por causa da distância em que se encontravam os “fregueses”, em alguma filial. Os nomes das freguesias associavam o símbolo de devoção católica à topografia: Nossa Senhora do (rio) Pilar, N. S. da Piedade do (rio) Inhomirim, São João do (rio) Meriti, etc. As freguesias mais importantes da memória da Baixada Fluminense foram implantadas às margens dos rios, fazendo conexão com nossos primeiros caminhos, do ouro e do café. Caminhos associados aos portos fluviais. (p.18)

As freguesias que compunham o município de Iguassú quando da sua criação, em 1833, eram: Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, Santo Antônio de Jacutinga, São João Baptista do Meriti e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. Antes da elevação de Iguassú à categoria de Vila, estas freguesias subordinavam-se à Câmara da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. As freguesias de Pilar e Inhomirim deixaram de pertencer à Iguassú, passando a compor o território da Vila de Estrella, criada em 1846. Em 1855, foi criada a

<sup>1</sup> Mestre em Educação (ProPEd/UERJ), membro do Núcleo de Pesquisas em História da Educação (NEPHE/UERJ) e do Grupo de Estudos em História da Educação Local (EHELO/UERJ). E-mail: an4miranda@gmail.com

freguesia de Sant'Anna das Palmeiras e em 1882 ocorreu a tramitação de um projeto de lei visando a extinção desta, mas que foi arquivado. Com o intuito de auxiliar na visualização deste território tão dinâmico, inserimos o mapa abaixo:



Fonte: <https://serambientaltingua.wordpress.com/vila-de-iguassu/>

Podemos identificar no mapa onde ficava localizada a sede da vila de Iguassú, assinalada na legenda pelo triângulo com os dizeres “Iguaçu Velha”. Também podemos identificar Maxambomba, através do círculo, local para onde foi transferida a sede do município em 1891. Na legenda, abaixo da palavra “Maxambomba” se encontra “Nova Iguaçu”, pois com a emancipação do então arraial de Maxambomba, buscou-se, com o uso da palavra “Nova” no nome do município, desvincular a imagem da decadente vila de Iguassú, grassada com doenças e portos decadentes, para abrigar os prósperos laranjais e próximo à ferrovia Central do Brasil. Segundo Knauss (2019), “a partir de então, as águas que haviam sido a solução histórica passaram a ser encaradas como o obstáculo do desenvolvimento regional [...]” (p.33).

Verificamos ainda no mapa as diferentes configurações do município em consonância com os eventos que se desenrolaram. Sendo assim, a linha cinza compreende o município de Iguassú até 1840, a tracejada o município de Estrella, desde a elevação à categoria de vila até a extinção, enquanto a linha preta abarca o município de Iguassú a partir da transferência de sua sede e finda com o incremento dos movimentos por emancipação dos distritos que ganharam corpo, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

No que se refere à composição da malha escolar em Iguassú no último decênio do Império, verificamos a existência de escolas públicas, privadas e subvencionadas. As escolas públicas eram regidas por docentes custeados integralmente pelo Estado Imperial; as escolas particulares mantinham-se a partir do pagamento dos pais ou responsáveis para que os tutelados destes recebessem instrução; já as escolas subvencionadas também eram particulares, o que as diferenciava destas últimas era a presença de alunos custeados pelo Estado Imperial. Sobre este aspecto, a subvenção foi encarada como uma opção para que a instrução chegasse às crianças cujos responsáveis não pudessem pagar as despesas com a escola particular e que não dispunham de escolas públicas nas imediações de suas residências, conforme veremos a seguir.

Desta forma, nas fontes acionadas, localizamos escolas subvencionadas em 1883, duas escolas para o sexo masculino e uma para o feminino; em 1884 uma escola para cada um dos sexos,

demonstrando a interrupção de uma subvenção para uma escola do sexo masculino. Em 1885 são relatados os mesmos números de 1883 sugerindo o retorno da subvenção ou a concessão da subvenção para outro professor. Ressaltamos que em dezembro de 1885 esses números sobem para quatro escolas para o sexo masculino e três para o feminino. Os mesmos números de dezembro de 1885 são apresentados em 1886 e há um aumento em 1887, com cinco escolas para o sexo masculino e seis para o feminino, o que representa a primeira vez em que o número de escolas subvencionadas para as meninas foi superior às subvenções concedidas para as escolas de meninos. No relatório de 08 de agosto de 1888 (p.15) há a informação de que foi fechada uma escola subvencionada em Iguassú, mas foram subvencionadas quatro escolas, sem mencionar os sexos que estas instituições atenderiam:

Deram-se as seguintes alterações no corrente anno:

Fecharam-se : 2 em Araruama, 1 em Barra Mansa, 1 em Iguassú, 1 em Macahé, 1 em Rezende, 1 em S. João da Barra.

Mudaram-se : 1 de Araruama para Saquarema, 1 da Barra de S. João para Cabo Frio, 1 de Itaborahy para o Rio Bonito, 1 de Saquarema para o Rio Bonito.

Suspendeu-se a subvenção : 1 em Angra dos Reis, 1 em Magé e 1 em Macahé.

Foram subvencionadas : 2 em Angra dos Reis, 8 em Araruama, 6 em Barra Mansa, 1 na Barra de S. João, 6 em Cabo Frio, 4 em Campos, 1 em Cantagallo, 3 em Capivary, 4 em Iguassú, 2 em Itaborahy, 2 em Itaguahy, 1 em Macahé, 1 em Magé, 4 em Mangaratiba, 1 em Maricá, 5 em Nictheroy, 3 em Paraty,

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1888, p.15.

No mesmo relatório, na página seguinte, o então Diretor da Instrução Pública, Manoel de Almeida criticou as escolas particulares, inclusas as subvencionadas, mas defendeu a existência dessas instituições onde não fosse possível instalar escolas públicas, pois devia ser conferida a "instrução elementar, que é o patrimonio intellectual do menino pobre".

A lei nº 3.062 de 07 de dezembro de 1888, em seu artigo 55, determinou a extinção das subvenções pagas pelo Estado Imperial a partir do dia 31 daquele mês e delegou às câmaras municipais a concessão de subvenções através do aumento em 50% dos subsídios fornecidos às câmaras pelo cofre provincial. O regulamento das escolas subvencionadas de 08 de fevereiro de 1889 seria responsável por uniformizar e regularizar o serviço das escolas subvencionadas mantidas pelas municipalidades, todavia, não obtivemos acesso à integra tanto da lei quanto do regulamento citados. Nas fontes não há registro de escolas mantidas pela câmara municipal de Iguassú após a adoção destes dispositivos legais, o que impossibilitou-nos verificar se as escolas que recebiam subvenção foram fechadas após essa determinação, bem como a trajetória dos alunos que eram atendidos por esta política.

Há muito tempo já estava sendo veiculado pela presidência da província (cargo semelhante ao governador do Estado nos dias atuais) a transferência da responsabilidade pela criação e manutenção de escolas para as municipalidades, por exemplo, o Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga, em relatório de 08 de setembro de 1880, defendeu o atendimento primeiro a quantidade e depois a qualidade, neste sentido o objetivo principal seria disseminar as escolas pelo Império para reduzir o número de analfabetos e, posteriormente, pensar em projetos que lançassem mão da inclusão de conhecimentos a serem apreendidos nas escolas além dos elementares. Para ele, a principal causa da dificuldade em difundir a instrução seria a disseminação da população por um território extenso e predominantemente ligado ao trabalho rural enquanto a disseminação das escolas estaria mais ligada aos centros urbanos. Em agosto de 1881, o Diretor da Instrução Pública, Josino Nascimento, apresentou o número de escolas criadas e em funcionamento por município:

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	18	10	Nova Friburgo.....	8	7
Araruama.....	16	10	Parahyba do Sul.....	9	7
Barra Mansa.....	9	8	Paraty.....	6	5
Barra de S. João.....	5	2	Petropolis.....	8	5
Cabo Frio.....	9	4	Pirahy.....	9	6
Campos.....	39	22	Rezende.....	9	6
Cantagallo.....	11	13	Rio Bonito.....	9	6
Capivary.....	6	2	Rio Claro.....	4	3
Estrella.....	11	8	Sant'Anna de Macacú...	8	3
Iguassú.....	12	7	Santa Maria Magdalena..	5	3
Itaborahy.....	12	9	S. Fidelis.....	15	8
Itaguahy.....	9	5	S. João da Barra.....	16	5
Macahé.....	9	8	S. João do Principe.....	6	6
Magé.....	13	8	Sapucaia.....	3	4
Mangaratiba.....	8	4	Saquarema.....	8	6
Maricá.....	11	5	Valença.....	9	9
Nictheroy.....	34	35	Vassouras.....	11	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

	Sexo masculino	Sexo feminino		Sexo masculino	Sexo feminino
Angra dos Reis.....	11	1	Nova Friburgo.....	5	4
Araruama.....	8	5	Parahyba do Sul.....	7	4
Barra Mansa.....	8	5	Paraty.....	4	1
Barra de S. João.....	3	2	Petropolis.....	3	4
Cabo Frio.....	7	3	Pirahy.....	8	5
Campos.....	19	10	Rezende.....	7	5
Cantagallo.....	8	6	Rio Bonito.....	5	3
Capivary.....	3	1	Rio Claro.....	3	2
Estrella.....	4	5	Sant'Anna de Macacú...	6	3
Iguassú.....	9	6	Santa Maria Magdalena.	3	2
Itaborahy.....	11	7	S. Fidelis.....	4	3
Itaguahy.....	5	2	S. João da Barra.....	9	2
Macahé.....	5	5	S. João do Principe.....	4	4
Magé.....	8	6	Sapucaia.....	2	1
Mangaratiba.....	4	1	Saquarema.....	7	2
Maricá.....	10	4	Valença.....	7	5
Nictheroy.....	30	33	Vassouras.....	10	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

Então, em 1881, Iguassú dispunha de doze escolas públicas criadas para o sexo masculino e sete para o sexo feminino, no entanto apenas nove escolas para o sexo masculino e seis para o sexo feminino estavam em funcionamento. Em 1884 apresentou-se o mesmo quantitativo de escolas em funcionamento, já em 1885 mais uma escola para o sexo masculino entrou em funcionamento, sendo mantido este quantitativo em 1886, sem o registro de escolas noturnas criadas. Sobre o número de escolas criadas e sem funcionamento (3 masculinas e 1 feminina), não há registros claros nas fontes que indiquem justificativas, mas podemos supor a falta de verba para adquirir mobiliários escolares, fornecer aluguel do espaço físico e não provimento de professores.

Com vistas a estabelecer um controle acerca da população escolarizável, foram produzidos quadros comparativos entre o quantitativo de habitantes e o quantitativo de escolas nos anos de 1879, 1882 e 1889. Abaixo reproduzimos o quadro apresentado em 1879:

Freguesia	Habitantes	Quantitativo de escolas	Habitantes por escola
N. S. da Piedade de Iguassú	3099	3	1033
N. S. da Conceição de Marapicú	3622	4	905
Sto Antonio de Jacutinga	4458	3	1486
S. João Baptista de Merety	1748	3	582
Sant'Anna de Palmeiras	1154	1	1154
Total	14.081	14	5160

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1879.

O resultado da análise empreendida em 1879 aponta para 14 escolas distribuídas pelo território Iguassuano com um contingente de 5.160 pessoas. Em 1882 apresentou-se um quadro nos mesmos moldes de 1879, a única diferença apontada é quanto à criação de mais uma escola em N. S. da Piedade de Iguassú, elevando para quatro o número de escolas desta freguesia e reduzindo a proporção de habitantes por escola a 774. O quantitativo total de escolas públicas em Iguassú ficou em 15.

Em 1889 foi utilizado um quadro desenvolvido em 1878 pela Diretoria de Obras Públicas quanto à superfície dos municípios em Km<sup>2</sup> e a população de cada município para formular um quadro da Diretoria de Instrução contendo a superfície, população, quantitativo de escolas masculinas, femininas e mistas. Os dados referentes à escolarização são de 1889. O Diretor da Instrução Pública, Manoel Ribeiro de Almeida, observou que “convém notar que nesse quadro não se levou em conta a população que ainda então constituía o elemento servil.” Desta forma, em 1878, a superfície de Iguassú possuía 1.305,47 Km<sup>2</sup> e 14.081 habitantes, sem considerar as pessoas que foram escravizadas, e em 1889, até a data de expedição do relatório, contava com nove escolas públicas masculinas, seis femininas e uma mista.

Destacamos o quadro comparativo elaborado em 1881, porque este quadro considerou a população livre, número de escolas públicas, subvencionadas e particulares, matrícula e frequência. Sobre a população livre adotou-se o mesmo quantitativo do censo realizado em 1872: 14.081 habitantes. Abaixo elaboramos duas tabelas com os dados fornecidos relativos à Iguassú, uma abrangendo as escolas públicas e outra as escolas subvencionadas e particulares:

Escolas públicas			
	Para o sexo masculino	Para o sexo feminino	Total
Matrículas	353	170	523
Frequência	270	125	395

Nº de matrículas nas escolas subvencionadas e particulares			
	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Subvencionada	40	20	60
Particular	30	----	30
Total	70	20	90

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

As escolas públicas representavam o maior número de matrículas (523) em comparação às escolas subvencionadas e particulares (90), ao menos nos registros oficiais. A escola subvencionada também é uma escola particular, todavia, reproduzimos a terminologia tal qual constam nas fontes. No mesmo Relatório foi exposta uma relação de meninos que frequentaram escolas voltadas para o sexo feminino diante da ausência de instituições específicas para atendê-los. Conforme vimos, a baixa frequência era fator preponderante para o fechamento de escolas, pois o custeio para a manutenção daquele espaço não produzia o resultado esperado. Com o fechamento das escolas públicas havia a proposta de subvencionar uma instituição privada para receber os alunos desassistidos.

Neste contexto, a escola mista, embora permeada por questões morais, emerge como alternativa para sanar demandas por educação a partir da redução da verba dispendida com o atendimento de

ambos os sexos na mesma instituição. Em Iguassú registrou-se treze meninos que frequentaram escolas de meninas, corroborando a hipótese de que a transformação das escolas de meninas em escolas mistas seria uma estratégia para suprir as demandas por instrução:

O anno de 1883, apesar das epidemias que se desenvolveram em diversas localidades atacando de preferencia as crianças, como sejam a coqueluche, a varicela e o sarampão, as quaes obrigaram a fechar temporariamente algumas escolas, a matricula nas publicas e subvencionadas attingio ao numero de 18,394, sendo 12,088 nas destinadas ao sexo masculino e 6,306 nas outras. Nesta somma comprehendem-se 393 meninos que frequentaram as escolas do sexo feminino, os quaes distribuem-se pelos municipios seguintes:

Angra dos Reis.....	4
Araruama.....	3
Barra de S. João.....	1
Barra Mansa.....	8
Campos.....	25
Carmo.....	1
Estrella.....	23
Iguassú.....	13
Itaborahy.....	37
Macabú.....	20
Magé.....	12
Macahé.....	5
Nictheroy.....	180
Nova Friburgo.....	10
Parahyba do Sul.....	6

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1881.

No que cabe à frequência escolar, verificamos uma imbricação entre esta e o processo de escolarização, na medida em que a baixa frequência era considerada fator responsável pelo fechamento de escolas. De acordo com a Deliberação de 1º de agosto de 1876, teriam o ensino suspenso as escolas que tivessem frequência inferior à 30 alunos, determinando através deste dispositivo a frequência considerada ideal para as escolas naquele período. Temos um exemplo da suspensão do ensino por baixa frequência na edição 84 do Jornal do Commercio de 25 de março de 1889 (p.1), onde foi reproduzido o ato do presidente da província determinando a suspensão de aulas na escola para o sexo masculino no Riachão por falta de frequência e transformando a escola feminina recém-criada naquela localidade em mista:



Fonte: Jornal do Commercio, 1889, p.1.

O Diretor da Instrução Pública, para atender ao disposto na lei orçamentária que determinava a suspensão do ensino nas escolas que não obtivessem a frequência de 30 alunos, organizou um quadro das escolas da província, classificando-as de acordo com os dados oficiais pertinentes ao ano de 1884:

MUNICÍPIOS	SEXO MASCULINO						SEXO FEMININO					
	ATÉ 19	DE 20 A 29	DE 30 A 39	DE 40 A 49	DE 50 A 59	DE 60 E MAIS	ATÉ 19	DE 20 A 29	DE 30 A 39	DE 40 A 49	DE 50 A 59	DE 60 E MAIS
	Angra dos Reis		7	3		1						1
Araruama		4						3				
Barra de S. João				1				1				
Barra Mansa		4							1			
Cabo Frio			1									1
Campos		1	1									1
Cantagallo		1	1	3				1	4		1	1
Capivary		1	1	1								
Carmo		1	1	1								
Estrella			1	1				1				
Iguassú		2	1	1	1	1		4	1			
Itaboraí	1	1	1	1	1	1		1	1		1	
Itaguaí	1	1	1	1	1	1		1	1	5	1	
Macahé	1	1	1	1				1			1	
Magé	2	2	1	1				1	2			
Mangaratiba						1		1				
Miracó	1	6	2	1				1				
Nietheroy	3	7	6	6				9	6	8	3	3
Nova Friburgo	1	1	1					2		1		
Paratyba do Sul						1						
Paraty	1	2	1					1				3
Petropolis		1	1			2		1				
Pirahy	1	1	1			1		1	1	1		
Rezende	1	2				2		2				1
Rio Bonito			3	1	1	1		1				
Rio Claro			2	1	1	1		1				
Sant'Anna de Mucena	1			1				2				
Santa Maria Magdalena	1	1									1	
Santo Antonio de Pdua			1			1						
S. Fidelis		1	2	1				1	1			1
S. João da Barra	1	3		1					1	1	1	
S. João do Principe		2	1	1				1				
Sapucaia		1		2				1				
Saquarema	2	4		1				2	1			
Valença	4	3						1	4	2	1	
Vassouras		3						3	1			

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1884.

Com base no quadro acima, Iguassú possuía, para as escolas voltadas para o sexo masculino, duas escolas na categoria de 20 a 29 alunos, uma escola em cada uma das categorias de 30 a 39 alunos, de 40 a 49 alunos, de 50 a 59 alunos, de 60 e mais. Nenhuma escola na categoria "até 19", o que se repete com as escolas para o sexo feminino que demonstraram quatro escolas na categoria de 20 a 29 alunas e uma escola de 30 a 39 alunas, com nenhuma escola se enquadrando nas categorias seguintes, demonstrando, nos dados oficiais, que a média de frequência em Iguassú, tanto das escolas para meninos quanto para meninas, girava em torno de 20 a 29 crianças.

Diante dos dados apresentados, o Diretor da Instrução, Manoel Ribeiro de Almeida, sugere, em 1886, que o critério para fechamento de escolas baixe a frequência de 30 para 20 alunos:

Tratando da frequencia, peço-vos que reconsideréis, si vos parecer acertado, a deliberação que tomastes de mandar encerrar as escolas de menos de 30 alumnos frequentes, o que traria o resultado de apagar-se o ensino em quasi metade das escolas publicas installadas, ficando em disponibilidade com ordenado os respectivos professores e entregues ao abandono o mobiliario existente nessas escolas.

Parece que o minimo da frequencia pôde descer a 20, fechando-se as escolas que não attingirem a esse numero. As escolas subvencionadas

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Ainda no relatório de 1886 o Diretor da Instrução Pública avaliou as dificuldades para que os alunos frequentassem a escola, destacando a incompreensão das famílias em relação aos benefícios advindos da instrução, o que fazia com que retirassem as crianças da escola tão logo fossem necessárias nas atividades domésticas; “muitos outros não mandam os filhos á escola por falta de roupa”. Também foram elencados como fatores para a baixa frequência a distância considerável entre as residências e as escolas, “os 8ãos caminhos”, e em relação ao sexo feminino “a falta de quem guarde as meninas no trajecto de estradas desertas”(p.6):

E' sem duvida diminuto o numero de alumnos que frequentam as escolas publicas da Provincia, attendendo-se á população presumivel dos diversos municípios. Os beneficios da instrucção primaria não podem ser apreciados por aquélles que a não conhecem, além disso muitos paes não comprehendem quanto seus filhos ganhariam cultivando-lhes a intelligencia; muitos outros não mandam os filhos á escola por falta de roupa. A irregularidade da frequencia é tambem determinada por diversas causas, como as distancias, os máos caminhos, e quanto ao sexo feminino concorre ainda a falta de quem guarde as meninas no trajecto de estradas desertas. Muitos paes mandam os filhos á escola, mas retiram-nos logo que tem necessidade delles para trabalhos domesticos. Muitos outros retiram os filhos mal elles sabem ler e garatujar palavras, antes de terem gravado na intelligencia o pouco que aprenderam.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1886.

Se a média de frequência em Iguassú girava em torno de 20 a 29 crianças, por diversos motivos que dificultavam o acesso do público-alvo da escolarização, exceções eram celebradas, como expresso no relatório do Diretor da Instrução Pública, de 08 de agosto de 1885, parabenizando professores que obtiveram frequência igual a 60 alunos ou superior em 1884 e onde encontramos o professor Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, de Marapicú (p.9):

Peço licença a V. Ex., para neste logar fazer menção dos Professores Públicos, em cujas escolas a frequencia foi de 60 e mais alumnos. Sirva-lhes a publicação de seus nomes de recompensa, já que outra não lhes posso dar, dos esforços por elles empregados para conquistar nos logares em que exercem a sua ardua e muito honrosa profissão, a posição conspicua que lhes compete. Não é só a frequencia que qualifica os bons Professores; outros ha, e não são poucos, dignos de estima e de respeito, que não alcançaram nas escolas que regem matricula superior á legal (60) por causas que lhes não podem ser com justiça attribuidas.

Os Professores a que me referi são:

Francisco Lopes Lourenço (cidade de Cabo Frio).....	111
Luiz José Cardoso Junior (cidade de Nictheroy).....	99
Manoel Rodrigues Gomes (Jacarehy, Mangaratiba).....	96
Anacleto Bernardo de Mattos (Encruzilhada, Parahyba).....	94
Heleodoro de Paula Machado (Becco, Campos).....	92
Nicolau José d'Almeida (cidade de Macahé).....	91
Henrique Mooken (cidade de Petropolis).....	91
Noel da Gama Moret (cidade de Petropolis).....	90
Candido José Mendes Pereira (cidade de Campos).....	87
José Martiniano da Veiga Nobrega (cidade de Nictheroy).....	87
Manoel Jacintho Gonçalves (S. Gonçalo, Campos).....	77
Garcia Mascarenhas dos Santos Silva (Marapicú, Iguassú).....	71
Miguel Pereira da Silva Torres (Arraial do Cabo, Cabo Frio)....	70
Antonio Caetano Dias (cidade de Macahé).....	69
Luiz José da Cunha Bastos (Lapa, Campos).....	68
Mariano Ignacio de Souza Valente (Turvo, Pirahy).....	65
Procopio Honorio Alves Cabral (Rezende, cidade).....	64
Francisco Celestino de Castro (Rezende, Campos Elysios).....	60

\* L. P. 9

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1885.

Quanto às formas escolares, encontramos no relatório do Diretor da Instrução Pública de 1879 um quadro contendo as escolas públicas de ensino primário que funcionavam em regime de internato. Exposições deste teor inexisteram nos relatórios seguintes, o que impossibilitou o acompanhamento da evolução de dados sobre este tipo de instituição na região. Segundo Gondra e Schueler (2008):

O internato foi uma experiência vivida no território colonial, sobretudo por intermédio da ação das Santas Casas de Misericórdia e dos Recolhimentos e Asilos. Ao longo do século XIX, porém, a experiência dos internatos conhecerá formas e finalidades diversas para públicos distintos, classificando, distinguindo e hierarquizando a população para a qual se destinava. (p.112).

Verificamos a presença de uma escola noturna na região a partir do relatório do Diretor da Instrução Pública de 1888, no qual informou que “abriram-se as escolas nocturnas das villas de Iguassú e da Barra de S. João.”(p.49), que visava reduzir a “massa de analphabetos” e atuaria “afim de facilitar aos libertos os meios indispensáveis para sua completa regeneração” (p.5):

As escolas nocturnas, com excepção das de Nictheroy e Campos, não têm dado os resultados que dellas se esperavam, attendendo á sua frequencia em relação ao numero de alumnos que a grande massa de analphabetos poderia fornecer-lhes. Todavia parece-me necessario multiplicar esses fôcos de instrucção, até agora limitados a poucas cidades e villas, afim de facilitar aos libertos os meios indispensaveis para sua completa regeneração.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1888.

No Relatório de 15 de outubro de 1889, registrou-se a fala do Diretor da Instrução Pública de que a estratégia para “regenerar” os libertos não deu resultado nas escolas noturnas (p.11):

No relatório do anno passado fui de parecer que convinha multiplicar as escolas nocturnas, afim de facilitar aos libertos os meios indispensaveis para sua completa regeneração. Infelizmente, porém, das escolas nocturnas existentes, tem sido concorridas pelos libertos sómente as tres que se abriram na freguezia de Cordeiros, no municipio desta capital, logo depois da lei de 13 de maio de 1888, pela generosa iniciativa do respectivo vigario conego Galdino Xavier da Silva Malafaia e dos professores publicos Antonio Vicira da Rocha, Antonio Joaquim Alves de Vargas e Manoel Estacio da Costa e Silva.

A da séde da freguezia conta 21 libertos matriculados, a de Itatindiba 22, e a de Guaxinliba 26, ao todo 69 libertos.

Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública, 1889.

Entretanto, em relação aos dados levantados, percebemos que o cenário iguassuano não diferia do quadro geral das demais cidades na Província fluminense: havendo escolas criadas em decorrência de uma análise prévia sobre densidade demográfica, uma malha de ensino constituída entre pública, privada e subvencionada, frequência irregular do ensino com escolas fechadas por conta da pouca demanda, entre outros aspectos.

Geograficamente, Iguassú não constituía território da urbanidade central da província, como a Côrte ou Niterói, mas socialmente, suas experiências educativas se assemelhavam em relação a estes aspectos gerais do processo de escolarização. Talvez, seus efeitos também estivessem aproximados, considerando que

A capilarização da escola pública passa pela criação, instalação, provimento, mas também pelos efeitos produzidos pelo espaço escolar e pela atuação docente na região, redimensionado, reorganizando ou construindo redes de relações e jogos de poder que igualmente atuam na configuração da escola e de seus atores (BORGES e DIAS, 2021).

Infelizmente, pouco ainda sabemos sobre as práticas escolares naquela localidade, sobre as experiências cotidianas de seus sujeitos com sua comunidade ou sobre as trajetórias dos seus sujeitos, alunos, alunas, professores e professoras. Mas não podemos negligenciar os indícios, rastros e fragmentos analisados que já nos evidenciam a complexidade do fenômeno educativo e suas imbricadas relações com a esfera política, econômica, social e cultural de um lugar.

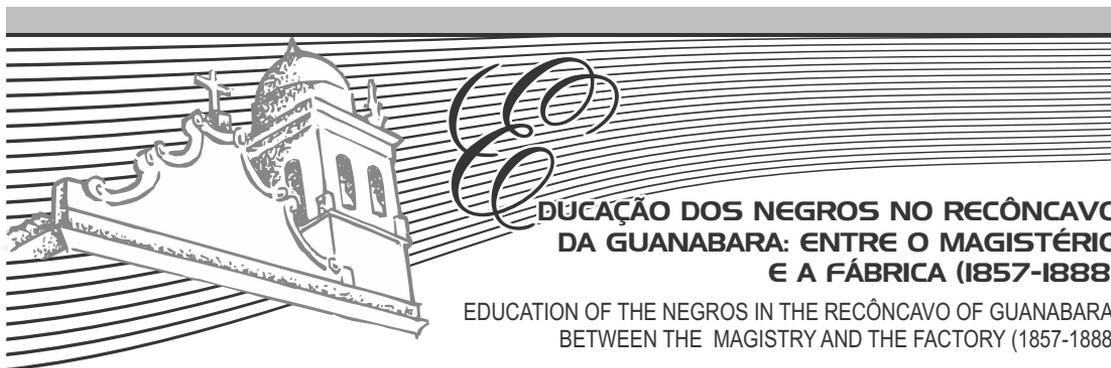
### Referências

BORGES, Angélica e DIAS, Amália. *Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguazu (1870-1933)*. In: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (orgs.). **Um mar de escolas: diálogos e pesquisas em História da Educação**. Curitiba. Editora Appris.

GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

KNAUSS, Paulo. *História Fluminense: o desafio historiográfico*. In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira e BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). **De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

TORRES, Gênese (org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história – sociedade, economia, política**. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004.



## EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: ENTRE O MAGISTÉRIO E A FÁBRICA (1857-1888)

EDUCATION OF THE NEGROS IN THE RECÔNCAVO OF GUANABARA: BETWEEN THE MAGISTRY AND THE FACTORY (1857-1888)

Beatriz Souza dos Santos<sup>1</sup>  
Jéssica Tomaz Ferreira<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo, ao reunir duas pesquisas inseridas no Recôncavo da Guanabara no período correspondente ao Império, busca tecer reflexões acerca da educação da população negra por meio da presença de professores negros na região do projeto educacional das Colônias Orfanológicas de Estrela.

Palavras-chave: Educação, Império, População negra.

### Abstract

This article, by bringing together two researches inserted in the Recôncavo da Guanabara in the period corresponding to the Empire, seeks to weave reflections on the education of the black population through the presence of black teachers in the region of the educational project of the Orphanological Colonies of Star.

Keywords: Education, Empire, Black population.

### Introdução

A construção deste artigo se insere na pesquisa desenvolvida por meio do projeto intitulado “Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)”<sup>3</sup>. Por meio desta pesquisa, estão sendo realizadas investigações acerca da educação dos negros no Recôncavo da Guanabara por meio das quais foi possível observar a presença de professores negros atuando nas escolas públicas primárias da região e a existência de um projeto educacional voltado para crianças consideradas desvalidas e ingênuas, denominado de Colônias Orfanológicas de Estrela.

O artigo apresenta a atuação de dois dos quatro<sup>4</sup> professores negros identificados na pesquisa até o momento que lecionaram nas escolas públicas de ensino primário no Recôncavo da Guanabara, no período de atuação entre 1853 a 1888. Realizamos um diálogo entre a legislação, o contexto social da época em torno da atuação de Antônio Nunes Garcia e Francisco Hermenegildo da França e as Colônias Orfanológicas de Estrela criadas no ano de 1876 direcionadas para crianças do sexo masculino, pretas, pobres, órfãs, nascidas após a Lei do Ventre Livre na Vila de Estrela.

A investigação se pautou no conceito de jogos de escalas de Jacques Revel (1998), no conceito do “fio do nome” de Ginzburg e Poni (1991) e em Faria Filho (2009) com o uso do “regional como unidade e como posição de análise” que ao possibilitar tal metodologia nos permitiu a atuação de homens negros no magistério e a intenção de tornar “jovens úteis a si e a pátria” no Recôncavo da Guanabara.

Para esta pesquisa foram utilizados como fontes os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro e o Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (1844 - 1889), ambos disponibilizados pelo Center for Research Libraries Global Resources Network; também foi utilizada a imprensa periódica do século XIX disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e documentos do site FamilySearch voltado para pesquisa genealógica.

<sup>1</sup> Mestranda no PPGECC - UERJ/FEBF beatrizsouzasantos3@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia UERJ/FEBF Bolsista PIBIC/UERJ jessica.ferreira305@gmail.com

<sup>3</sup> Coordenado pela Profa. Dra. Angélica Borges (FEBF-UERJ).

<sup>4</sup> Antônio José Nunes Garcia; Francisco Hermenegildo da França; Gabriel Ferreira Franco; Leopoldo Francisco da Silva Júnior.

A análise dialoga com as contribuições dos estudos produzidos sobre a historiografia da Baixada Fluminense acerca do século XIX com Bezerra (2012) e Souza (2014), a história da educação na região do Recôncavo da Guanabara com Guedes (2012); Pereira (2020); Santos (2020) e Miranda(2020). Também são utilizados neste estudo, no que diz respeito a história da educação dos negros, Fonseca (2007); Villela (2012); Silva (2012); Barros (2018); e Arantes (2009) em relação ao modelo educacional da Colônia Orfanológica Isabel, em Pernambuco.

### **Síntese da situação educacional da província do Rio de Janeiro**

Para compreendermos os processos e modificações na educação, consultamos com atenção os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro. Com a leitura dos relatórios observamos os primeiros anos da constituição da malha escolar, os problemas e as dificuldades no processo da difusão da instrução pública que foram além da mobilidade e distribuição espacial das escolas.

A disseminação da nossa população por hum territorio extenso e em grandes distancias, me parece hum dos principais obstaculos ao derramamento de instruccão primaria na nossa provincia a maior parte das nossas Villas, e povoadas contém huma população diminuta, e o resto della se acha derramado pelas fazendas, e estabelecimentos rurais. Não permittindo as distancias que a infancia della frequente as Escolas dos povoados, vêem-se os pais que não tem nas Villas pessoas que recebam em casa seus filhos, na triste necessidade, ou de deixa-los entregues a ignorancia dos principais elementares, ou de pagar avultadas somas a pessoas muitas vezes ignorantes, e charlatães que ensinem mal a seus filhos os primeiros rudimentos da instruccão primária.

(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Discurso de 1838, p. 7)

A construção da malha escolar se deu a partir da Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827. Em seu 1º Artigo, a lei estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugares mais populosos, definindo como deveria proceder a educação de meninas e meninos no Império Brasileiro. Na Lei, também podemos observar questões relacionadas ao ensino das matérias ministradas com distinções de gênero, do método a ser seguido, da admissão e exames para aqueles que ocupariam o cargo de professor, incluindo nomeação, provimentos, gratificações e punições

No decorrer do processo de instalação da malha educacional no Império efetuou-se importantes modificações no que diz respeito ao andamento da instrução. Após a Lei Geral de Ensino, a aprovação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 fez com que a Província do Rio de Janeiro deixasse de ser controlada pelo governo central. Com a criação da Assembleia Provincial foram construídas leis e regulamentos específicos para normatizar a instrução primária na Província do Rio de Janeiro.

Nos relatórios foi possível observar as propostas que visavam a ampliação e a melhoria da malha educacional na província e de igual modo as dificuldades para a realização dessas mesmas propostas nos relatórios. Apesar dos problemas no processo de difusão do ensino público, esta fonte revela o crescimento paulatino do quantitativo de escolas públicas de ensino primário criadas no decorrer do período Imperial.

### **Conjuntura social e educacional dos municípios do recôncavo da guanabara**

Os casos de fugas eram constantes. Havia senhores e autoridades reclamando sobre a fuga de escravos de outros lugares, o recôncavo era um lugar de refúgio para aqueles que desejavam engrossar as fileiras dos quilombos ou apenas esperar uma oportunidade para buscar um refúgio mais adequado. Alguns escravos aproveitavam-se desse contexto e simplesmente desapareciam das vistas de seus senhores, se mantendo por muitos anos longe do trabalho escravo. (BEZERRA, 2012, p. 40)

Para que entendamos de qual região e contexto estamos falando, iniciamos a exposição com uma citação de Bezerra (2012), que revela o quanto a Baixada Fluminense serviu como refúgio, rede de solidariedade e proteção aos fugitivos da época. Expomos ainda as considerações de Souza (2014) que, em razão do quantitativo de escravos na região, elucida que o Recôncavo da Guanabara foi marcado pela formação de quilombos favorecida pela geografia da região.

### MAPA 1: ESTRELA, IGUAÇU E MAGÉ INSERIDOS NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO - 1872



Fonte: CIDE, 1989. In: CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Ideias em ornamento, Cidades em formação: A Produção da Rede Urbana na Província do Rio de Janeiro, 2006. p.165 Tese Doutorado em Planejamento Urbano e Regional - Instituto de Pesquisa e planejamento urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaques em azul (Estrela), em bege (Magé) e amarelo (Iguassú) nossos.

Com a visualização do mapa de 1872, conseguimos observar a proximidade dos municípios estudados e também a inserção destes ao fundo da Baía da Guanabara. Pereira (2020), ao realizar o levantamento acerca do processo de feminização do magistério em Magé, expõe que:

O Município de Magé é integrante de uma região atualmente conhecida como Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Abundante em rios, portos, estradas e caminhos, esse território do Recôncavo da Guanabara (BEZERRA, 2012) dispunha de posição expressiva e importante para a logística provincial e a ocupação territorial. (PEREIRA, 2020, p.17)

Santos (2020) ao tratar do processo de escolarização e educação de negros em um município atualmente extinto, assinala que:

[...] a região de Estrela esteve situada ao fundo da Baía da Guanabara. Seus caminhos por terra e hidrografia pode lhe atribuir a condição de entreposto e movimentado local de passagem durante o período do Império, pois possibilitou a partir de sua localização no Recôncavo da Guanabara, o alcance para deslocamento até a área portuária na Corte, servindo de rota para o escoamento de produtos que vinham do Vale do Paraíba (RJ) e de Minas Gerais (SANTOS, 2020, p.18)

Souza (2014) e Bezerra (2012), em suas pesquisas acerca historiografia da Baixada Fluminense no século XIX, evidenciaram um significativo número de habitantes negros e escravizados no Recôncavo da Guanabara. Tais estudos impactaram de maneira significativa as pesquisas elaboradas por Santos (2020) e Pereira (2020), que buscaram remontar e investigar cada uma com sua escolha e objeto de pesquisa o processo de escolarização nos municípios de Estrela e Magé, apontando assim novas contribuições para a história da educação na região do Recôncavo da Guanabara.

Evidenciado o processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara, apontamos também dois importantes estudos acerca da região de Iguassú, Guedes (2012) e Miranda (2020) que nos permitem observar e trazer novos questionamentos para a produção de novas análises nos município do Recôncavo a época do Império.

Pensando o quantitativo de escolas inseridas na região de Estrela e Magé, o processo de feminização do magistério, as dificuldades de se “derramar” a instrução, a necessidade de elevar o “progresso intelectual” da Província Fluminense, direcionamos o nosso olhar para o impedimento de determinados sujeitos neste processo, para as possibilidades emergentes do impacto da lei do Ventre livre na manutenção da escravidão.

Façamos saber que segundo Pereira “ Ao compararmos os dados dos relatórios do presidente da Província e do Almanak Laemmert, encontramos a presença de 102 professores que atuaram diretamente com os meninos e meninas em Magé ao longo do período estudado” (PEREIRA, 2020, p. 48), o período o qual a autora se refere é de 1839 a 1889.

No que diz respeito ao Município de Estrela, extinto em 1892, Santos evidencia que “As investigações realizadas no Almanak Laemmert e nos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro nos permitiu mapear durante o período de 1846 a 1889, mais de 80 professores atuantes na instrução do município de Estrela”, (SANTOS, 2020, p. 35).

Não tomemos como um resultado eficiente o quantitativo de professores presentes no processo de difusão da escolarização destas regiões. Com a realização da leitura das análises construídas pelas autoras é possível observar questões ligadas a falta de provimento das escolas, vacância dos professores, falta de custeio e pagamento das escolas e principalmente a insalubridade dos locais que impactam a saúde, ocasionando assim a rotatividade dos docentes.

### Professores e poetas negros nas escolas públicas de Magé

O Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense, no período do Império foi majoritariamente negro (BEZERRA, 2012) e por tal motivo, ao nos depararmos com censos e dados em que a população preta, liberta, escrava ou escravizada é contabilizada, dialogamos e recorremos às estratégias argumentativas presentes nos trabalhos de Marcos Fonseca (2007) ao tratar do caso da Província de Minas Gerais. Para Fonseca, se havia na província uma população majoritariamente negra, não podemos desconsiderar esses dados para refletir sobre o perfil dos alunos que frequentavam as escolas da localidade. Neste caso também não podemos desconsiderar os dados para refletir sobre o perfil dos docentes.

Com a criação da Assembleia Provincial conforme já havíamos escrito, foram construídas leis e regulamentos específicos para normatizar a instrução primária na Província do Rio de Janeiro. Nas Regulações da província do Rio de Janeiro verificamos que os impedimentos estavam direcionados aos sujeitos que de certo modo não tiveram acesso a vacinas, tivessem moléstias contagiosas e fossem escravos.

**QUADRO 1 - SUJEITOS PROIBIDOS DE FREQUENTAR AS ESCOLAS FLUMINENSES**

Legislação	Impedimentos
Lei nº 81 de 1837	Artigo 3º São proibido de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.
Regulamento de 1849	Art. 74. Não podem frequentar as escolas publicas, os que tiverem moléstias contagiosas, nem escravos.
Regulamento de 1859	Art. 70 Não serão admittidos á matricula nem poderão frequentar escolas: § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2º Os que não tiverem sido vaccinados. § 3º Os escravos

Regulamento de 1862	Art. 74 Não serão admittidos á matricula nem poderão frequentar as escolas: § 1° Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2° Os que não tiverem sido vacinados*. § 3° Os escravos
Regulamento de 1876	Art. 97 Não podem ser matriculados nas escolas publicas: § 1° Em geral: I. Os que soffrerem moléstias contagiosa ou repugnante; II. Os escravos; III. Os que em exame publico, foram declarados promptos nas materias obrigatorias, salvo ensinando-se na escolas as facultativas, ou sendo esta de aperfeiçoamento.
*Revogado pelo artigo 8° da Deliberação de 1871 (RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA), 1872, p.25).	

Fonte: Santos (2017)

Nesta análise, em razão da existência desses regulamentos, fortalecemos o alerta de Santos (2017) e Faria Filho (1998) acerca da aplicação das leis, sobre não tomarmos como “verdade” a eficácia das interdições presentes nestes regulamentos, pois apesar da regulação tratar daqueles que podem ou não frequentar as escolas públicas, estudos como Barros (2018) e Borges (2014) apontam a presença de algumas crianças não vacinadas e até mesmo de escravas nas escolas.

Dentre os quatro professores descobertos negros atuando no Recôncavo gostaríamos de evidenciar os dois destaques na área da literatura: Antônio José Nunes Garcia e Francisco Hermenegildo da França. Inseridos no Recôncavo da Guanabara, estes professores tiveram uma intensa relação com a escrita de maneira que na pesquisa ficaram evidenciadas as atuações nos campos da cultura e da arte. A cor destes docentes pôde ser identificada por meio das certidões de óbito encontradas no site Family Search.

Antônio Nunes Garcia após deixar a cadeira de professor público de Magé na Freguesia de Guapimirim, assumida em agosto do ano de 1857 dedicou-se à literatura, escrevendo poemas sobre os acontecimentos da corte na época, principalmente sobre datas comemorativas. Entre 1856 a 1879 verificamos que suas obras “A tia Gabriella” e “O Pão-de-lot” foram aprovadas pelo conservatório dramático. No ano de 1889 segundo fontes da Revista Ilustrada Antônio Nunes Garcia tornou-se proprietário e redator de seu primeiro jornal chamado “O censor Fluminense”. Nos anúncios da época é possível notar que Antônio Nunes Garcia possuía apreço pelas autoridades e fazia questão de demonstrar sua admiração através de suas poesias.

Ao seguir o “fio do nome” do professor Francisco Hermenegildo, observamos que teve uma grande atuação no que se refere à produção de escritos dentro do magistério. Hermenegildo atuou como professor público do sexo masculino na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú em 1861, em 1869 esteve atuando em São Nicolau do Suruí em Magé e também na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Magé) de 1871 a 1879. No ano de 1865 segundo o periódico Correio Mercantil (30 de janeiro de 1863, p.9 edição 070), o professor foi convocado para compor uma banca examinadora em conjunto com mais dois profissionais da área com o objetivo de examinar candidatos a fim de receberem licença para exercer o magistério em instituições privadas.

No ano de 1879 o professor Francisco Hermenegildo de França assumiu o cargo de vice-presidente do Gabinete Mageense de Leitura. Segundo Pereira 2020:

O Gabinete Mageense de Leitura era uma biblioteca particular que realizava empréstimos de livros. Segundo o relatório do presidente Dr. Américo de Moura Marcondes Andrade, apresentado em 1879, no ano anterior, a biblioteca emprestou 1.163 livros, sendo 1.121 romances. (PEREIRA, 2020, p.27)

## **Breve apontamento sobre educar jovens após a promulgação da Lei de 28 de Setembro de 1871**

Criadas no dia 7 de setembro de 1876 no município de Estrela, as Colônias Orfanológicas de Estrela, de acordo com as fontes, foram idealizadas pelo “pensamento humanitário e civilizador” do Juiz de órfãos Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro que tinha por intenção tornar as crianças jovens “úteis a si e à pátria”.

A justificativa divulgada na imprensa era de que a instituição havia sido criada para oferecer educação e trabalho a uma parcela de crianças que correspondiam à categoria de “orphãos desvalidos” e “filhos de pais pobres ou indigentes” que “vagavam neste município”.

Formado por 8 capítulos e 39 artigos o regimento da instituição nos permite analisar o projeto inserido nas fazendas agrícolas e industriais da região, seus fins, a admissão, direitos e deveres dos colonos, os deveres dos diretores, os métodos de ensino teórico e prático e as disposições gerais. Verificada a criação de colônias em Estrela como solução para educar uma camada específica de crianças, consideramos neste estudo que a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 iniciou os debates voltados para a educação da população infantil formada por ingênuos.

As normas presentes no regimento das colônias criadas pelo Dr. Gonçalo de Azevedo Faro, no que tange às disposições gerais, acaba por nos remeter a questões referentes à Lei do Ventre Livre. Para que os órfãos, os filhos de pais pobres e os indigentes fossem admitidos nas Colônias Orfanológicas, dois quesitos eram necessários: o 1º exigia que tivessem completado sete anos de idade, e o 2º que reconhecessem a obrigação de permanecerem nas colônias até chegarem a maior idade (21 anos).

O que fazer com a criança nascida da mulher escravizada já crescida, quando conseguisse sobreviver? Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei de nº2040, também conhecida como Lei do Ventre Livre, veio a ser um grande marco nos processos e lutas Abolicionistas durante o período escravocrata. Assim como tornou livres os nascidos do ventre da mulher escravizada, a lei tratou sobre as obrigações dos senhores para com os filhos nascidos de suas escravas, do destino da criança após os 8 anos de idade e do direito do escravo ao pecúlio.

Chegada a idade de 8 anos, o senhor dono da escrava, mãe da criança nascida livre teria a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços da criança até a idade de 21 anos completos. Sendo assim, os filhos nascidos de mulheres escravas a partir do ano de 1871 logo estariam aptos para fazer parte destas colônias orfanológicas, que possuía por finalidade a promoção da instrução e a habilitação profissional dos colonos; em conjunto com a obrigatoriedade do trabalho e remuneração de modo com que pudessem criar um pecúlio.

Com as determinações que contribuíram para a instalação deste projeto nas fazendas da região de Estrela, esta análise busca tecer reflexões sobre o plano educacional e coercitivo que, a partir das fontes, indica que entre crianças pobres e órfãos, havia também a presença de crianças negras livres suprimindo a escassez da mão de obra escrava nos lugares em que as colônias funcionaram.

Ao todo foram localizadas quatro instituições, que tiveram por função a internação e oferta de instrução para crianças pobres e órfãs a fim de torná-las “homens honestos, laboriosos e úteis a si e a pátria” por meio de uma aula primária e outra de música, assim como de execução de trabalhos nas fazendas. Mantidos pelos proprietários das fazendas, em um dos estabelecimentos localizados os “órfãos” e pobres das colônias dedicavam-se à fabricação de tijolos.

Nas análises realizadas no Almanak Laemmert conseguimos identificar 12 agentes atuantes nas instituições de 1876 a 1885. Entre esses sujeitos encontram-se professores primários, professores de música, advogados, um médico, um coronel, um curador e um escrivão de órfãos, ocupando as funções de Presidente, vice - Presidente, e secretário das Colônias Orfanológicas.

Na primeira colônia instalada na Olaria da Viúva Guedes & Filho, havia 40 órfãos que recebiam uma aula de música e instrução primária. Sob a direção do fazendeiro Manoel Ferreira Rocha, a segunda colônia funcionou somente com a aula primária e contou com a presença de 12 crianças/jovens. Sob a direção do fazendeiro Joaquim Caetano de Araújo, observamos a menção do quantitativo de oito “órfãos”

na terceira colônia. Sob a direção do proprietário Antônio José Fernandes, a quarta colônia contou com 6 “órfãos”.

Neste processo é interessante observar que os diretores da penúltima e da última colônia mencionadas encontravam-se obrigados a mandar os “órfãos” para a escola pública mais próxima, segundo informações presentes no jornal do Pará: *Orgão Official (PA)* de 1877. Neste período, ocorreu a criação de uma escola na fazenda do Salgado sob a direção da Viúva Guedes e filho onde os 40 órfãos do sexo masculino estavam internados. A ocorrência da criação de uma escola noturna na fazenda devia estar relacionada com a possibilidade de isenção da obrigação de enviar os internos para a escola pública mais próxima da região.

As fontes e os estudos mostram que a escola primária pública no período imperial não era restrita a classe abastada da Província do Rio de Janeiro e, por isso, nos questionamos se a criação específica desta escola se deu em razão da preocupação em manter os internos dentro do cercado das fazendas e dificultar seu contato com o mundo externo e impedir possíveis tentativas de fuga.

Os meninos desvalidos, providos de roupa e calçado, com optimo dormitório e alimento, derão exuberantes provas de grandes adiantamentos nas escolas de primeiras letras e de musica, governados segundo um regulamento especial, contento uteis regras para educação e trabalho.

Essas escolas funcionão no estabelecimento ceramico do Sr. Domingos Alves Pereira de Magalhães; e esses mesmos meninos trabalhão cantando, alegres e satisfeitos, e vencem salario na proporção da idade.

(*Jornal do Commercio - RJ*, 13 de janeiro de 1878 p. 2)

Apesar da afirmação de que os meninos trabalhavam cantando alegres e satisfeitos, ao analisarmos as relações presentes entre a educação e trabalho desses meninos, compreendemos as relações estabelecidas por meio de um jogo de palavras e os esforços para que não ficasse evidenciada a presença de negros, livres e ingênuo na instituição com o uso da palavra “colono” para se referir às crianças ali inseridas. No decorrer de nossas investigações encontramos um caso que pode confirmar a presença de crianças negras nestas instituições, o abuso de poder e, para além disto, o objetivo dessas colônias, a partir do caso do jovem Manoel José de Almeida, de cor parda, filho natural da preta forra Eva Maria da Conceição.

João Fernandes Nunes, tutor do jovem Manoel, solicitou um pedido de habeas corpus ao acatar as reclamações sobre abuso e constrangimento pelo qual Manoel havia afirmado passar nas Colônias Orfanológicas de Estrela. Pelas informações, Manoel que até então residia em Ouro Preto na Província de Minas Gerais, no Brasil, foi enviado para a Colônia de Estrela pelo Juiz de Órfão do termo de Ouro Preto, em razão de queixas de Germiniano de Almeida.

Segundo Germiniano de Almeida, Manoel teria realizado gestos e palavras obscenos em frente a sua casa e ainda afirmou que, ao invés de ter 7 anos de idade, o mesmo possuía 10 anos. O tutor ao prosseguir com a reclamação de que o menino foi preso e constrangido em sua liberdade, ao questionar a função das colônias recebeu a seguinte resposta do Dr. Gonçalo de Azevedo Faro:

“Não sofre constrangimento ilegal o órfão que é recolhido a um estabelecimento para trabalhar e ser educado” e ainda utilizou o artigo 30º das disposições gerais aqui já citados que informa que “Os castigos nas colônias serão sempre brandos e paternos, exceto para os delitos contra moralidade [...]”.

Quanto ao período de funcionamento dessas instalações, segundo o Relatório apresentado na Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura em 8 de agosto de 1881 pelo presidente, Dr. Martinho Álvares da Silva Campos, obtivemos a informação de que as Colônias de Estrela foram fechadas em 1881. No entanto, no Almanak Laemmert encontramos informações sobre as Colônias Orfanológicas até meados de 1885. Acreditamos que as aparições relacionadas às colônias nessa fonte e período pode estar relacionada a desatualização do referido Almanak.

## Considerações finais

Consideramos neste artigo a existência de intelectuais negros no Recôncavo da Guanabara envolvidos não só com a instrução e os meios de comunicação, mas familiarizados com a escrita e a produção no campo da literatura. Em razão dessa pesquisa e análise foi possível tornar visível a atuação dos mesmos enquanto professores.

Pensar a atuação dos professores aqui investigados é buscar compreender quais foram as estratégias para esses sujeitos terem acesso as primeiras letras, se tornar professor e se manter professor, negro e poeta no magistério público sob um sistema escravagista.

Pensando em projetos, corpos e sujeitos negros, neste processo verifica-se que Lei do Ventre Livre possibilitou a emergência de novos debates acerca do tratamento e instrução de crianças e jovens filhos de escravizados que segundo discursos presentes nos debates da época “estariam largadas aos vícios das ruas”.

A partir da instrução, do trabalho e da perspectiva de instruir “Jovens úteis a si e a pátria”, as reflexões realizadas neste trabalho nos levam a compreender que o regimento instaurado nas Colônias Orfanológicas estava baseado nas determinações definidas pela Lei do Ventre Livre.

Possibilitando a observação de sujeitos do sexo masculino em diferentes espaços, tal como os professores no campo da cultura e das artes, como as crianças do sexo masculino inseridas em um projeto que a partir da oferta de instrução possuiu o intuito de produzir e utilizar a mão de obra daqueles considerados livres sob o regime escravocrata. As investigações e reflexões realizadas procuraram dar visibilidade a educação dos negros no Recôncavo da Guanabara

## Referências

- ARANTES, Adlene Silva. *Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889)*. **Revista Brasileira de História da Educação** | Maio/Agosto de 2009, v. 9, n. 2 [20], p. 105 – 136
- BARROS, Surya P.A. *Graciliano Fontino Lordão: um professor ‘de côr’ na Parahyba do Norte*. **Revista Brasileira de História da Educação**, out.2018, v.18, p.e 33.
- BEZERRA, Nielson. **A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias: APPH - CLIO, 2012.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação”. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125
- BORGES, Angélica. **A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.48.2014.tde-10112014-103535. Acesso em: 2021-08-05
- FARIA FILHO, L. *História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas*. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, C.; GONDRA, J. ; NACIF, L. ; BONATO, N. (Orgs.). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. (pp. 57-66.) Niterói: Ed. UFF, 2009.
- FONSECA, Marcus Vinícius. *A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira*. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 1 , p. 11, 2007.
- GINZBURG, C.; PONI, C. **O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO; PONI, C. (orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ /Lisboa, Portugal: Bertrand Brasil /Difel, p.169-178, 1991.
- GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação e instrução na Província do Rio de Janeiro e na Corte Imperial*. In: GONDRA, José; SCHNEIDER, Omar (Orgs.). **Educação e instrução e instrução na Província do Rio de Janeiro e na Corte Imperial**. Vitória: SBHE/EDUFES, p.307-338, 2011.
- GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *O Processo de escolarização em Iguassú no século XIX - as aulas régias (1808 -1837)*. **Revista de História da UNIABEU**, v.4, n. 6 (2014), p. 79 - 90.

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. **A marcha progressiva do ensino: Processos de escolarização no município fluminense de Iguassú.** Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós- Graduação em Educação –UERJ, Rio de Janeiro,2020

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista.* **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 145-166, 16 fev. 2012.

SANTOS, Beatriz Souza dos. **Entre tropeiros, quilombos e fazendas: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na Província do Rio de Janeiro (1846-1889).** Monografia (Graduação em Pedagogia) -Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, p.86.2020.

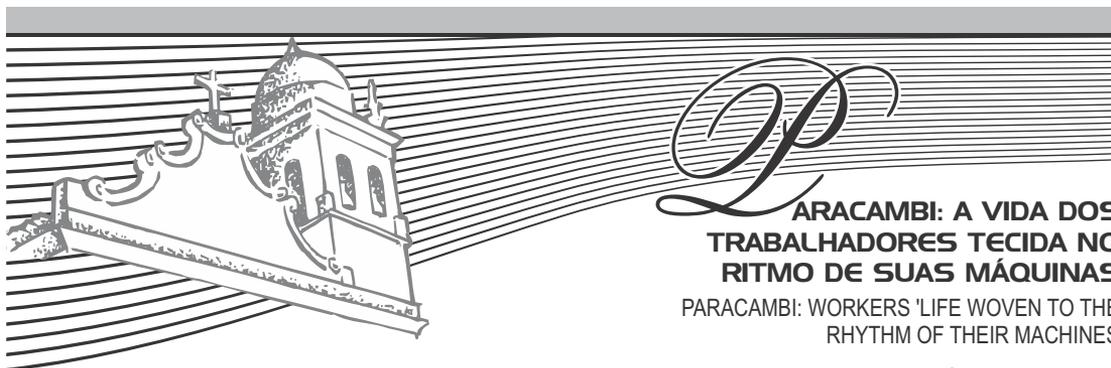
SANTOS, Vinicius Teixeira. **O olho e a mão da autoridade: a inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889).** Rio de Janeiro: Gramma, 1ª ed., 2017.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias.** Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889).** Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, p.86.2020.

VILLELA, Heloisa O. S. *A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata.* In I. Oliveira (Org.), **Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul.** Rio de Janeiro: Quartet, 2012. p. 153-180.





## PARACAMBI: A VIDA DOS TRABALHADORES TECIDA NO RITMO DE SUAS MÁQUINAS

PARACAMBI: WORKERS' LIFE WOVEN TO THE RHYTHM OF THEIR MACHINES

*Jonathan Souza de Almeida<sup>1</sup>  
Lirian Melchior<sup>2</sup>*

### Resumo

Esta é uma análise da vivência dos trabalhadores paracambienses vinculados às fábricas têxteis que operaram na cidade entre os anos de 1876 e 2007, contextualizando a rotina dos trabalhadores e como a vida dos mesmos era controlada pelo meio de produção em que trabalhavam, fazendo uso de dados históricos e entrevistas com moradores de Paracambi que vivenciaram parte do período em questão. Palavras-chave: indústria; Paracambi; trabalho

### Abstract

This is an analysis of the experience of workers from Paracambi linked to the textile factories that operated in the city between the years 1876 and 2007, contextualizing the routine of workers and how their lives were controlled by the means of production in which they worked, using data interviews and interviews with Paracambi residents who experienced part of the period in question.

Key-Words: industry; Paracambi; Work

### Introdução

O presente trabalho tem sua atenção voltada para uma análise da evolução industrial do município de Paracambi, evidenciando a dependência não só da cidade, como de seus moradores em relação às fábricas instaladas ali. Para tal, foi feita uma observação das mudanças ocorridas no espaço geográfico do município e na vida de seus moradores, que sofreram o impacto direto do avanço da urbanização e industrialização através dos anos. Para suprir a carência de dados técnicos acerca da Companhia Têxtil Brasil Industrial e demais empresas já fechadas, foram realizadas cerca de vinte e sete entrevistas, sendo todas no próprio município de Paracambi, com moradores que tiveram algum tipo de envolvimento com as fábricas têxteis, diretamente ou por meio de familiares e amigos. Este recurso se mostrou muito valioso pois foi possível identificar a construção de uma memória coletiva (e afetiva) destes trabalhadores, que demonstra um sentimento de unidade, de continuidade e de coerência de pertencimento. (Pollack, 1992, p. 207). Depois, somando dados técnicos e teóricos aos depoimentos diretos dos moradores, foi possibilitada uma interpretação do cenário estudado.

Ao observar a evolução do território brasileiro, é visível a mudança causada pela indústria na configuração espacial. Toda uma cidade pode ser moldada ou até mesmo criada para preencher a necessidade industrial do capital, seja para fornecer operários, maquinário ou qualquer outra fonte de alimentação industrial, como recursos naturais. Tal mudança abrange diretamente a dinâmica do trabalho na cidade (ou ao redor dela), sendo assim a rotina dos trabalhadores é drasticamente alterada. Com isso, a forma de percepção do espaço e do tempo fica entrelaçada a ocupação diária do trabalhador, deixando sua percepção do mundo totalmente presa ao trabalho.

O Estado do Rio de Janeiro, em seu processo de industrialização, reconfigurou os espaços já imersos no processo de industrialização e acabou, através de uma intensa expansão urbana, por moldar espaços que antes estavam à parte desse processo. A mudança na concentração urbana acentuou a divisão territorial do trabalho, onde grandes indústrias começaram a se estabelecer em áreas afastadas do

<sup>1</sup>Graduado de Geografia UFRRJ. E-mail: jonathandsa2@gmail.com

<sup>2</sup>Professora da UFRRJ. E-mail: lirianmelchior@hotmail.com

centro urbano original, tornando-se necessária uma infra-estrutura para dar suporte as demandas socioeconômicas criadas ali. No entanto, segundo SOUZA (2008, p. 50)

A rede urbana não é 'inocente', no sentido de ser um 'simples' conjunto de cidades ligadas entre si por fluxos de pessoas, bens e informações, como se isso fosse coisa de menos importância ou nada tivesse a ver com os mecanismos de exploração e exercício do poder existente em nossas sociedades.

Conforme debatido em Silva (2017) há uma relação bastante direta entre a industrialização e a reestruturação urbana, o que altera profundamente as relações entre Centro e Centralidade urbana (SILVA, 2001) e que foi estudado e debatido por Frade e Silva (2018). Sendo assim, tem-se um incremento de atividades econômicas que alteram as práticas espaciais urbanas e as formas de consumo na e da cidades (SILVA, 2020).

Neste sentido, o município de Paracambi se desenvolveu para dar suporte à uma indústria têxtil que precisava não só de uma ampla área, bem localizada para crescer e escoar seus produtos, como também de mão-de-obra para trabalhar nas fábricas de maneira extremamente dedicada. Partindo desse princípio é possível ter o município como um exemplo de como o capital industrial pôde moldar o espaço e, consequentemente, a vida dos moradores envolvidos nesse processo.

Assim, para entender a importância da indústria para vida do trabalhador em Paracambi este texto está estruturado em três partes que envolvem a origem do Município de Paracambi e sua vinculação com as fábricas têxteis, uma análise sobre a estreita relação da vida cotidiana do trabalhador com a indústria e a formação de novos trabalhadores após o declínio da indústria têxtil no município.

### **A Origem do Município e sua ligação com as fábricas têxteis**

Para entender a rede urbana fluminense é preciso atentar para a formação espacial do Rio de Janeiro, entendendo os aspectos que moldaram a forma como se dão as relações nesse recorte espacial. A mudança na concentração urbana decorrente do processo de industrialização, tem como base principal a mudança na economia, mais precisamente na divisão territorial do trabalho, visto que ao ser necessário se instaurar grandes indústrias afastadas do centro urbano original, toda uma estrutura é construída em torno dessa indústria e sua região se torna um polo onde uma relação complexa se desenvolve para atender as demandas socioeconômicas criadas ali. Portanto, essa reorganização espacial está diretamente ligada ao desenvolvimento e complexidade “[...] de uma ampla rede urbana, abrangendo vários tipos de centros localizados em vários territórios [...]” (CORRÊA, 1989, p.53). Cada dado técnico sobre as fábricas têxteis, cada depoimento de trabalhadores e cada análise conceitual denotam a força do capitalismo expressa na organização territorial da cidade, indo da sua criação à formação educacional oferecida na mesma. Logo, a análise temporal deste trabalho, parte da compreensão de que todas as mudanças sócio-espaciais que ocorreram no Município de Paracambi foram geradas pela reorganização espacial do capital e sua lógica de exploração de espaços e sociedades.

Paracambi é uma palavra originada do tupi-guarani e significa “Macaco Pequeno” (Taireté tem o mesmo significado). O Município de Paracambi é resultado da junção do 7º Distrito de Vassouras, denominado Taireté, e o 3º de Itaguaí, chamado de Paracambi, que eram separados pelo Rio dos Macacos e já tinham seus limites confusos devido ao avanço da população. A força motora da emancipação política dos Distritos proveio principalmente de seu crescimento econômico, gerado pela implementação de grandes indústrias em suas localidades. A emancipação veio a se concretizar em 08 de agosto de 1960, quando a Lei Estadual nº 4.426 uniu Paracambi a Taireté num só município.

Os interesses para as fábricas têxteis se instalarem em Paracambi está relacionado à abundância de recursos naturais disponíveis no município, com a presença de abundantes rios e quedas d'água utilizadas como geradores de energia, vastos terrenos propícios a criação de vilas operárias e, ainda a presença da ferrovia para facilitar o transporte dos produtos. Não coincidentemente, a Cia Brasil Industrial foi instalada junto a mata e a quedas d'água, a 1km do Ramal Ferroviário de Macacos, que ligava o povoado a Belém (hoje, Paracambi e Japeri). Tendo iniciado suas atividades em 1871, a Cia

Brasil foi considerada por muito tempo como a maior fábrica têxtil do Brasil, tendo sua própria linha férrea que ia de seu portão de entrada até o ramal de Macacos, facilitando o escoamento da produção e a locomoção dos funcionários. Acerca da força das ferrovias no processo de industrialização, Hobsbawn afirma que:

Em primeiro lugar, a economia industrial, nos seus primórdios descobriu, graças à pressão da busca pelo lucro da acumulação do capital, o que Marx chamou de sua “suprema realização” a estrada de ferro. Em segundo lugar – e parcialmente devido à estrada de ferro, ao vapor, a ao telegrafo “que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção (HOBSBAWN, 1979 p.53)

A ferrovia instalada nos arredores de Paracambi tinha uma ligação estratégica – em um primeiro momento, ajudava no escoamento da produção do café até o Porto do Rio de Janeiro e depois manteve sua importância no transporte dos produtos pelas fábricas instaladas no município como Cia Brasil e as demais fábricas têxteis, como também à Siderúrgica Lanari S/A Indústria e Comércio, instalada em 1952.

Figura 1: Estação Ferroviária por volta de 1930.



Fonte: Grupo “Paracambi Antigamente” no Facebook.

É possível entender assim a organização espacial ocorrida em Paracambi e perceber que nada em sua dinâmica ocorreu de maneira aleatória - a indústria fabril precisava estar perto das principais fontes de energia e de ter, a sua disposição, a mão-de-obra necessária para sustentar o seu processo de estruturação e manter seu funcionamento. No instaurar a linha férrea para o escoamento do café, abriu-se caminho para a indústria têxtil. Enquanto o crescimento industrial garantiu um crescimento da cidade como centro urbano, a população se estabeleceu como o braço que sustentou esse movimento, sendo condicionada ao papel de proletariado. Damiani analisando este fato afirma que “a modernização implica o aburguesamento de determinadas camadas sociais e, ao mesmo tempo, a reprodução de uma massa crescente da população condenada à vida precária.” (DAMIANI, 2000, p.3). Assim, o processo de industrialização de Paracambi, trouxe para o trabalhador fabril uma organização espacial onde sua vida só tinha um objetivo concreto e um sentido real se atrelado a função imposta pelo capital, trazendo para a vida deste trabalhador uma interpretação de que a cidade e a fábrica são uma só coisa e, na ausência da primeira, torna-se incompleta a vivência da população.

### **A industrial têxtil de Paracambi e o cotidiano de seus operários**

Segundo o site oficial da prefeitura de Paracambi, até 1885, sua região central se limitava a duas padarias, dez armazéns, uma capela e duas farmácias. Os investimentos foram crescendo e em 1888, foi instalada uma escola noturna, com capacidade para 200 alunos. Em sua maioria os alunos eram

trabalhadores da Cia Brasil industrial, que conciliavam trabalho e estudo. Após a instalação da Cia Brasil, outras fábricas foram atraídas para o município (inexistente ainda como tal), somadas a outras menores já existentes, as principais sendo: Fábrica de Tecidos Maria Cândida, inaugurada em 1924, incorporando em suas instalações a já existente Fábrica Santa Luiza; Fazenda do Sabugo, onde funcionava uma olaria de grande porte, enviando tijolos para diversas empresas ao longo do Rio de Janeiro; uma fábrica de dinamites, onde houve um trágico acidente envolvendo uma explosão por volta de 1886. Haviam investimentos como uma fábrica de bijuterias e as fazendas, que eram o meio de subsistência primários na localidade.

O processo de implantação das fábricas têxteis se mostrou como um agente moldador do consciente coletivo dos trabalhadores paracambienses, estratificando sua população em camadas que, desde sua formação, já seguiam os moldes necessários para o controle social. Ladeira e Costa (2007) explicitam que era necessário não só obter a mão-de-obra para o complexo fabril, mas também “manter este contingente isolado”, ou seja, a vida do operário deveria estar ligada completamente ao contexto fabril. Nesse sentido, era comprado não só a mão-de-obra do trabalhador, mas também a sua própria vivência. A estratégia de envolver o trabalho no cotidiano do trabalhador de tal forma que fossem inseparáveis teve como carro chefe a criação das vilas operárias, preenchendo assim todos os núcleos vividos pelos trabalhadores. Sobre isso, Correia diz:

A criação de núcleos fabris em localidades isoladas de cidades associa-se à busca por terras baratas, por proximidade em relação às fontes de energia (matas e cachoeiras) e por autonomia da indústria em relação aos poderes sediados nas cidades. (CORREIA, 2013, p.31)

Ao se utilizar desses espaços a indústria tinha o acesso aos recursos necessários para manter em funcionamento as suas máquinas e ao mesmo tempo, a localidade era uma ferramenta empregada para afastar o trabalhador de outras esferas sociais, afim de que a totalidade de sua vivencia fosse preenchida por elementos originados no ambiente de trabalho provocando uma naturalização dessa rotina. Para compreender melhor esta situação temos o relato da trabalhadora Monica sobre como eram realizados os contratos de trabalho evidenciando uma relação familiar:

Minha mãe já era funcionária da Maria Cândida, uma outra fábrica, então ela foi e pediu uma vaga pra mim. Naquele tempo era muito assim, pai e mãe trabalhava, aí botavam os filhos. Era mais fácil. – (Monica Guimarães, 54 anos.)

“Era mais fácil”. Essa frase evidencia a força da rotina fabril na cidade, onde era comum famílias inteiras trabalharem nas fábricas, ainda que não fossem as mesmas. Essa interação com os gerentes e comandantes das fábricas era decisiva para a manutenção da rotina interna dos funcionários com o sistema de produção, onde até mesmo o pedido para moradia na vila de funcionários era feito oralmente. Outra trabalhadora entrevistada, Elisabete, de 69 anos, explica como o processo era realizado:

A gente ia direto na gerencia pedir. Meu marido, na época, trabalhava na Maria Cândida e foi pedir a casa. Aí eles viam se tinha alguma livre ou que fosse desocupar e alugavam barato pra gente, porque a gente trabalhava lá, era só isso. A gente só pagava uma taxa. Eu morei em duas...” (Elisabete, 69 anos.)

Nas dependências da Cia Brasil, foram construídos uma capela e um clube chamado Cassino, onde em um primeiro momento, apenas os funcionários executivos podiam frequentar suas festas, mas com o passar do tempo, foi aberto a todos os operários. Esses fatores corroboravam para que o espaço de trabalho na fábrica e o espaço de convívio familiar e de lazer se misturassem, dando aos operários a ideia de que não havia satisfação maior do que trabalhar na fábrica, ao mesmo tempo em que eram presos a uma rotina que os absorvia de forma a não olharem para além de suas máquinas de trabalho. A maior parte do lazer vivenciado pelos funcionários era oferecido pela companhia têxtil ou patrocinado em parte por ela. Sendo assim, o ambiente de trabalho reunia em um só espaço: lazer, religião e trabalho (Ver figuras 2 e 3). Isto fortalecia os laços do operário com seu local de trabalho de tal forma, que não havia um elemento em sua rotina que não envolvesse a fábrica de alguma forma. Keller (1997), acerca dessa relação, afirma: “Há, também, uma relação entre os próprios elementos pelo simples fato da

vida cotidiana do operariado nessa situação particular não encontrar limites demarcados – todos os “aparatos institucionais” estão combinados num mesmo complexo fabril.” (KELLER, 1997, p. 17).

**Figura 2: Festa na Capela da Brasil Industrial em 1907**



**Figura 3: Time de futebol patrocinado pela Cia Brasil Industrial**



Fonte: Grupo “Paracambi Antigamente” no Facebook.

Nos terrenos das fábricas Brasil Industrial e Maria Cândida ainda segundo depoimentos de ex-operários, nenhuma casa poderia estar aberta após as 22hs, caso contrário, um guarda se aproximava e indagava o motivo de tal situação. Se houvesse um homem sem camisa e, se isso fosse visível do lado de fora, o guarda procedia da mesma maneira. Tal procedimento era encarado pelos moradores da vila operária como uma questão de segurança. Ao morar na vila da fábrica, o morador não poderia fazer nenhuma alteração na casa, nem mesmo pintar os cômodos internos. Certa vez, um trabalhador pintou um cômodo de azul claro, ao invés de deixá-lo branco, foi chamado pela diretoria e ordenado a pintar outra vez o cômodo e não repetir a mudança. Tais relatos foram contados pelo senhor Sebastião, que trabalhou na fábrica Maria Cândida:

“Toda vez que a gente ia fazer alguma coisa na casa, tinha que pedir permissão. A casa era nossa, mas ao mesmo tempo não era, sabe? Minha irmã era dona da casa que eu morava e ela precisava manter a casa igualzinho quando deram pra ela. A mesma coisa era minha mãe, ela tinha uma dessas casas, mas era na Brasil, a gente ficou pouco tempo lá.” (Sebastião, 81 anos)

Por esses relatos fica visível a dominação por parte dos diretores das fábricas, indo além da esfera do trabalho, invadindo a vida particular dos operários, decidindo desde o horário de lazer, até o comportamento dentro de casa. Um claro exemplo da disciplina fabril, sendo estendida até os lares dos operários, regando todas as áreas da sua vida. Enquanto para os executivos, o fim do expediente marcava sua volta para casa, para os operários, a volta para casa, marcava apenas a continuidade de um expediente sem início ou fim.

A sensação de segurança comercial criada pela presença da indústria têxtil no município, deixou marcas que perduram até os dias de hoje. Sobre isso, Adriene, que trabalhou na Crown (fábrica de tecidos), diz:

“Hoje a cidade melhorou em termos, nós temos um hospital que vem gente de fora se cuidar, mas naquela época com as fábricas, tinha emprego pra todo mundo. Antes, as pessoas não desciam tanto pra trabalhar igual fazem hoje, a gente tinha tudo que precisava aqui na cidade mesmo...” (Adriene, 52 anos).

Quando diz “não desciam tanto pra trabalhar”, Adriene está fazendo referência ao fato de sair de Paracambi para a cidade do Rio de Janeiro em busca de emprego. Os laços criados entre as fábricas e a população paracambiense, que tiveram início mesmo antes da população poder ser chamada assim, não desapareceram e possivelmente ficaram marcados no município. A indústria têxtil foi a norteadora de seu modo de vida, movendo sua rotina no mesmo ritmo de suas máquinas. Enquanto os diretores retomavam

suas vidas para além dos terrenos das fábricas, após o expediente, os funcionários continuavam sua rotina dentro dos limites fabris. Quando os operários começaram a ver suas fábricas fechando, uma por uma, sua rotina foi entrando em colapso sem as máquinas e, toda a estrutura a ela incorporada, para nortear seu cotidiano. Para além disso, sem instrução escolar, os funcionários que se moldaram para esse tipo de trabalho, viram-se sem alternativas para inserção em novos mercados de trabalho. Em seu depoimento, a ex-operária Monica completa o seu raciocínio, demonstrando preocupação e pesar em sua fala:

“Eu ouvi falar e até presenciei algumas famílias que ficaram perdidas, não sabiam o que fazer porque viviam a vida toda trabalhando ali, não estudou, não se preparou, ficou ali no comodismo. Aí a fábrica fechou, teve família que teve que receber ajuda de mantimentos. A minha igreja tinha algumas famílias na Cascata que ela levava sexta básica pra elas, porque elas não sabiam como fazer, totalmente dependente da fábrica.”  
(Monica Guimarães, 53 anos)

Porém, não há adaptação, quando se está imerso, alienado num sistema que envolve todas as áreas do seu cotidiano e repentinamente perde suas referências. Este estudo tem como parte importante de sua construção, a consciência de que não se tratam aqui de dados ou números isolados de um contexto social, onde a peça fundamental de estruturação não são bobinas, tecidos ou escoamento de produção e sim, a população de um município que teve sua vida moldada pela chegada da indústria têxtil e, após sua saída, se viu carente de formação e estrutura física e emocional para enfrentar uma mobilidade imposta pela reestruturação da economia.

### **A Fábrica do Conhecimento e a formação de trabalhadores**

Tendo em mente que a produção espacial está ligada à um conjunto de agentes e fatores que resultam numa determinada configuração espacial, olhar a sociedade e desassocia-la da construção de seu próprio espaço de vivência é impossível. Segundo Harvey (2004), a produção das configurações espaciais deve ser analisada como um momento ativo dentro da dinâmica temporal geral da acumulação e da reprodução social. Logo, deve-se analisar determinados casos específicos sem excluir os fatores formadores e transformadores do espaço em questão, visto que a transformação desse espaço é algo ativo e dinâmico na vivência da sociedade.

A Companhia Têxtil Brasil Industrial encerrou suas atividades em 1984, após quase um século de produção de tecidos de algodão. Em 1985, seu prédio foi tombado pelo então Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). É importante salientar que mesmo com suas atividades encerradas, a Brasil Industrial ainda se matinha ativa na memória dos paracambienses, trazendo a constante lembrança da sua presença na história da cidade. A ex-operária e moradora de Paracambi, Rita de Cássia, comenta que:

“Dava tristeza de ver aquele prédio lindo todo abandonado, acho que demoraram pra usar ele de novo. Muita gente trabalhou lá a vida toda e quando ia lá pra ver, tava tudo quebrado. Os lugares que são importantes assim, deveriam ter um cuidado especial, né?”  
(Rita de Cássia, 69 anos)

Para os moradores, as fábricas eram parte indissociável daquilo que conheciam como sendo a sua cidade, tão essencial quanto suas próprias casas. Não estava dentro de sua compreensão o fato de que a construção da cidade na forma física e a construção da relação dos próprios moradores com ela, não estava condicionada à vontade deles e sim ao ritmo particular da necessidade do capital. Tal fenômeno espacial é explicado por Harvey (2004) ao dizer que os lugares como “fábricas e campos, escola, igrejas, centros comerciais e parques, rodovias e ferrovias se espalham por uma paisagem que tem sido indelével e irreversivelmente criada seguindo os ditames do capitalismo”. (HARVEY 2004, p 477)

No ano de 2001, o prédio foi comprado pela prefeitura municipal, que deu novas atribuições ao local. Esse momento específico permite uma análise da organização espacial aplicada na cidade, partindo do princípio de que a mesma é “constituída pelo conjunto de formas e interações espaciais” (CORREA, 2016, p. 132). Segundo SANTOS (1985), não se pode analisar os fatores que compõe essa construção de forma isolada, pois se apresentará uma realidade particionada, limitando a compreensão

da mesma. Quando se une estrutura, processo, função e forma, obtém-se então a totalidade do espaço. A partir dessa análise, é possível compreender a dinâmica observada na transformação de Paracambi.

A equipe inglesa que instalou a Companhia Têxtil no município construiu o prédio para que fossem ali exercidas as atividades de produção de tecidos de algodão, contudo, coube a esta equipe decidir a *forma* do prédio e a sua *função*, enquanto a mesma estava em funcionamento. Quando a prefeitura adquiriu o prédio, foram instaladas ali as secretarias de Meio Ambiente e Cultura, além da Companhia Municipal de Balé, o Planetário da cidade, o Espaço Cinema e Arte, dentre outras instituições. Esta mudança na *função* do prédio, sem que seja mudada a sua *forma* original, não foi inédita ou inesperada, visto que o mesmo já havia sido feito em diversas localidades, mesmo no Rio de Janeiro, como a Companhia de Tecidos Nova América, onde hoje em seu prédio, funciona o Shopping Nova América. Entretanto, o fator em destaque na reorganização funcional neste caso, está na quantidade de institutos educacionais que foram alocados no antigo prédio da Companhia Têxtil. Desde que foi adquirido pela prefeitura, o local abrigou sede dos seguintes institutos: CEDERJ, IFRJ, FAETEC, CETEPIS, Escola de Música Villa Lobos, FAETERJ, IST – Paracambi, dentre outros cursos profissionalizantes e de ensino superior. Após todos esses investimentos específicos, o local passou a ser conhecido como “*A Fábrica do Conhecimento*”.

É extremamente necessário ressaltar que o simbolismo está presente como um fator de peso na sociedade, através da representatividade dos espaços, construindo assim formas simbólicas. Sobre essas formas, CORREA (2014, p. 28) diz que “tornam-se formas simbólicas espaciais quando conectadas diretamente com o espaço, influenciando-o e sendo por este influenciado”, entende-se assim que tais formas evidenciam cultura, economia e outras dimensões sociais. Logo, ao analisar a Brasil Industrial passando por um processo de ressignificação e assumindo uma nova função sobre sua antiga forma, a reorganização do espaço se mostra presente na vida dos paracambienses de uma maneira específica a ser apontada aqui.

Figura 3: prédio da Brasil Industrial em 2020, onde funcionam o IFRJ e outros projetos educacionais.



Fonte: Acervo pessoal.

Ao se fazer uma analogia entre fábrica e educação, cria-se um ambiente tenso para discussões. Esta analogia já esteve presente no projeto Escola do Amanhã, desenvolvido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009, onde estas escolas seriam modelos de ponta no que se refere a estrutura, ensino e profissionalismo, com horário integral e atividades culturais. Essas escolas seriam construídas pela chamada “Fábrica de Escolas”. A presente discussão não visa debater sobre o propósito do projeto Escola do Amanhã, suas propostas, prós e contras, ou sua validade educacional, mas sim sobre o simbolismo adotado para representar suas ações. Segue abaixo, o cartaz veiculado pelo próprio governo estadual, apresentando a Fábrica de Escolas.

Figura 4: Campanha publicitária divulgada pelo governo do Rio de Janeiro.



Fonte: Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.

Analisando o slogan do cartaz publicitário - “*Nossa linha de produção é simples ...*”- é preciso esclarecer que o objetivo não é dizer se a intenção ou propósito da equipe de marketing responsável foi realmente fazer uma comparação entre a escola e a fábrica, no entanto, sendo proposital ou não, a comparação foi explícita. Esta mesma comparação é feita quando o prédio da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial é chamado de Fábrica de Conhecimento. Levanta-se as seguintes questões: a fábrica produz o conhecimento para os alunos? Para quem esse conhecimento é gerado? Ela produz conhecimento ou produz trabalhadores?

Analisando o histórico da educação profissionalizante no Brasil, segundo BISPO (2015), as

... tarefas de manutenção, reparos, ajustes das máquinas que, por sua vez, exigiam, além do conhecimento teórico, um preparo específico fizeram surgir os cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino tendo como referência o padrão escolar. (BISPO, 2015, p. 7)

A chamada educação profissionalizante já estava presente no Brasil ainda no Império, onde havia uma preocupação em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, contudo, o regime Federativo da República possibilitou a criação de uma rede educacional que organizou de forma a incorporar a iniciativa privada e o Estados da Federação. O então presidente, Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizagem e Artífices, tornando real a educação profissionalizante como parte da rede federal de educação. Incorporados a rede federal, os polos de educação profissionalizantes foram sofrendo alterações ao longo das décadas, sendo chamados de Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a educação profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, o ensino profissionalizante é voltado para uma Educação Profissional e Tecnológica, educação essa que é “levada ao estatuto de Políticas Públicas, e, como tal, é considerado direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a Redução das desigualdades sociais e regionais” (SOUZA, 2011, p 43). Durante todos esses anos o ensino profissionalizante por meio da rede privada também teve grande crescimento não sendo, no entanto, o foco desta discussão.

Como dito anteriormente, o município de Paracambi manteve um laço estreito com a fábrica, pois seus moradores serviram de mão-de-obra durante todo o tempo de funcionamento. Hoje, a demanda do capital é por trabalhadores que sejam qualificados e qual o lugar melhor para se formar um bom trabalhador para o mercado de hoje, do que a Fábrica do Conhecimento? Onde antes eram produzidas mercadorias por meio da mão-de-obra paracambiense, hoje se forma mão-de-obra especializada para produzir. Assim, temos que a educação

[...] passa a ter sentido como um investimento nas habilidades e competências técnicas dos indivíduos, visando seu melhor desempenho no mercado de trabalho, ou como um bom negócio para os investimentos capitalistas na venda de uma nova mercadoria para a qual, potencialmente, tem uma grande massa de consumidores necessitados de treinamento técnico-profissional. (Lombardi, 2003, p.100)

A constante apropriação da educação por parte do Capital torna a escola um ambiente de treinamento e não de divisão e multiplicação do saber. Ao colocar a escola (seja qual for a modalidade) com a intensão clara de treinar e produzir mão-de-obra para as necessidades do capital, nega-se ao estudante o direito básico de se ter uma formação crítica como cidadão e passa-se a oferecer, como se ele tivesse o poder de escolha, uma mecanização que retira toda e qualquer autonomia intelectual e produtiva. Como resultado, tem-se uma sociedade de trabalhadores mecânicos, com o único intuito de cumprir os desejos dos grandes empresários e exercer com louvor suas funções e encargos. Uma rotina que é bem descrita na canção de Chico Buarque:

... Ergueu no patamar quatro paredes mágicas  
 Subiu a construção como se fosse máquina  
 Tijolo comtijolo numdesenho lógico  
 Seus olhos embotados de cirrento e tráfego  
 Sentou pra descansar como se fosse umpríncipe  
 Comeu feijão comarroz como se fosse o máximo  
 Bebeu e soluçou como se fosse máquina  
 Dançou e gargalhou como se fosse o próximo  
 E tropeçou no céu como se ouvisse música  
 E flutuou no ar como se fosse sáb ado  
 E se acabou no chão feito umpacote tímido  
 Agonizou no meio do passeio náufrago  
 Morreu na contramão atrapalhando o público (Buarque, 1971.)

A canção em questão chama-se “*Construção*”. A letra parece fazer alusão a simples construção de um prédio, quando na verdade, trata-se da construção do indivíduo como trabalhador. Quando se trata de educação, é essencial ter consciência do que está sendo ensinado, para quem e para quem se ensina. Educar para transmitir o saber ou para que, como diz a canção, o indivíduo saiba trabalhar “como máquina”? Eis a questão evocada com A Fábrica do Conhecimento e a Fábrica de Escolas do Amanhã. Cidadãos ou máquinas? Conhecimento ou capacidade produtiva? Autonomia ou subserviência?

## Conclusão

O município de Paracambi traz em sua história marcas de uma sociedade onde seus cidadãos foram moldados nos parâmetros do capital industrial, quanto o esse período industrial não era mais lucrativo ao capitalismo, tiveram de se reorganizar para sobreviver em meio a mudanças drásticas, tanto econômicas quanto sociais. Analisando as complexas camadas dessas mudanças, foi possível observar na prática os impactos originados nas esferas mais altas da sociedade que desaguam na massa popular, ou seja, a classe trabalhadora.

Ao entender que a instalação de uma ferrovia possibilitou a criação de um complexo fabril, que, por sua vez, deu impulso ao crescimento de um pequeno povoado, que mais tarde, graças ao crescimento das fábricas, se tornaria um município, torna-se espantoso e inegavelmente determinante o poder do capitalismo sobre a vida do indivíduo. Seja em micro ou macro escalas, as decisões de cada indivíduo ou mesmo grupo, foram cerceadas pela lógica capitalista aplicada ao modelo de produção majoritário na cidade. Foi criado um ciclo com início na formação do trabalhador, passando pela sua atuação no mercado de trabalho e retornando à formação educacional, ciclo esse que se remodelou com o passar dos anos, porém, que se mantém até o presente.

A rotina dos trabalhadores nos complexos fabris demonstra o alcance do sistema capitalista dentro da vivência do próprio indivíduo, onde não há barreiras entre o que é vida pessoal e o que é o ambiente de trabalho. A normatização dessa rotina e o desencorajamento a mudança da mesma desembocam numa sociedade marcada pela privação de uma construção social livre dos interesses daqueles que controlam os mercados e o capital. Através dos dados apresentados e, principalmente, dos depoimentos analisados é possível enxergar a luta de uma classe trabalhadora por sobrevivência em meio a um sistema econômico que ditava cada segundo do seu dia, dentro e fora da fábrica. Torna-se evidente também, o quanto uma educação crítica se faz necessária como ferramenta de resistência a favor da luta de classes e até mesmo em favor da sobrevivência diante de um sistema opressor que, a cada dia, expropria o indivíduo de sua própria individualidade.

Ainda que os tempos de vila operária tenham sido extintos em Paracambi, parte dos trabalhadores se veem diante de outra rotina, a mobilidade pendular entre o município paracambiense e o centro do Rio de Janeiro. Onde antes existia uma dependência local das fábricas, hoje há uma dependência do transporte ferroviário. A ferrovia, tão importante no início do século XX para o transporte de café e, posteriormente para o escoamento de produtos da indústria têxtil, ainda se faz presente e carrega grande importância para a cidade de Paracambi. Utilizados como principal meio de transporte, os trens são operados pela Supervia que é responsável pelo serviço de trens urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1º de novembro de 1998. Dentre as famílias entrevistadas, várias delas apresentaram casos de trabalhadores que precisam se deslocar diariamente, por longas distâncias para cumprir seu horário de trabalho, utilizando o transporte ferroviário.

Os anos passam, as máquinas mudam, os trens se modernizam e as fábricas viram escolas e, o trabalhador paracambiense vai se moldando e se submetendo às exigências do capitalismo para que sua subsistência possa ser de alguma forma garantida.

## Referências

- ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO / ZAHAR, 1987.
- IBGE, Censo demográfico (2010). Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=330360&idtema=1>>. Acesso em 9 de abril de 2021.
- BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **Formação Profissional e cidadania: A contribuição do PRONATEC**. 2015.
- BUARQUE, Chico. **Construção**. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=suia\\_i5dEZc](https://www.youtube.com/watch?v=suia_i5dEZc)>. Acesso em 5 de abril de 2021.
- CORRÊA, R.L. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 171-180.
- \_\_\_\_\_. Os estudos de redes urbanas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.29, n.4. p.93-116, mar/jun.1967.
- \_\_\_\_\_, R.L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- FRADE, G. S. ;SILVA, W. R. . Mudanças socioespaciais na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Nova Iguaçu. In: **Revista Continentes**, v. 12, p. 101-125, 2018.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JARDIM, Antônio de Ponte. Mobilidade Intrametropolitana no Rio de Janeiro. In: Helion Póvoa Neto; Ademir Pacelli Ferreira. (Org.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: FAPERJ e Editora Revan, 2005, v., p. 375-393.
- KELLER, Paulo F. **Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-Rj**. Engenheiro Paulo de Frontin, RJ: Sólton Ribeiro, 1997.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Edit. Autores Associados, 2003
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. EDUSP, 2002 [Hucitec, 1996].

SILVA, W. R. . Shopping Centers e a expansão recente da Metrópole do Rio de Janeiro. In: Doralice Sátyro Maia; Arlete Moysés Rodrigues; William Ribeiro da Silva. (Org.). **Expansão urbana: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo de espaço**. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2020, v. 1, p. 64-113.

SILVA, W. R. . Cidade e Indústria. Interações Espaciais no Médio Vale do Paraíba -- Cenário em Transição. In: **Espaço Aberto**, Ppgg - Ufrj, v. 7, p. 9-26, 2017.

SILVA, W. R. . **Centro e Centralidade. Uma discussão conceitual**. Formação (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. 1, n.8, p. 107-116, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Bertrand Brasil; 2003.

SOUZA, Antônia de Abreu; NUNES, Claudio Ricardo Gomes de Lima; OLIVEIRA Elenice Gomes. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SOUZA, Tarquínio de, (1886). **O ensino técnico no Brasil**. Rio de Janeiro: s/ed.

SPOSITO, M. Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Contexto, 1991.



**AFROPERSPECTIVA DOS POVOS  
BANTU NO ENSINO DE FILOSOFIA:  
A LEI FEDERAL 10.639/03 COMO POTÊNCIA  
PARA A EDUCAÇÃO NO CHÃO DA ESCOLA.**

THE AFROPERSPECTIVE OF THE BANTU PEOPLE IN THE TEACHING  
OF PHILOSOPHY: FEDERAL LAW 10.639/03 AS A POWER FOR  
EDUCATION ON THE FLOOR OF THE SCHOOL.

*Wudson Guilherme de Oliveira<sup>1</sup>*

**Resumo**

O trabalho apresenta um “Relato de Experiência” sobre as reflexões da Filosofia Africana acerca da ancestralidade, histórias, culturas, língua e a afroperspectiva, dos Povos Bantu e a necessidade da implementação da Lei Federal 10.639/03 no Ensino de Filosofia, como modo de descolonizar pensamentos e olhares em uma instituição privada de ensino, em um município da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Afroperspectivas; Lei 10.639/03; Filosofia.

**Abstract**

The work presents an "Experience Report" on the reflections of African Philosophy on the ancestry, histories, cultures, language and afro-perspective of the Bantu People and the need to implement Federal Law 10.639/03 in Philosophy Teaching, as a way of to decolonize thoughts and perspectives in a private educational institution, in a municipality in the Baixada Fluminense, metropolitan region of Rio de Janeiro. KEYWORDS: Afroperspectives; Law 10.639/03; Philosophy.

**Ponderações iniciais**

*“A Filosofia foi e, em certa medida, continua sendo um campo que faz poucos debates a respeito das relações etnicorraciais, do racismo antinegro e sobre os desdobramentos das relações entre colonização política e a invisibilidade renitente conferida aos saberes africanos”.*

*Renato Noguera*

*“Que os espaços de nossas salas de aula sejam revisitados por nós como espaços de resistências, suturas psíquicas e de possibilidades”.*

*Kiusam de Oliveira*

É de imprescindível grandeza, evocar que em precisamente 18 anos passados, no mês de janeiro do ano de 2003, desenrolou-se a aquiescência da implementação da Lei Federal 10.639/2003 “potencialmente transformadora, torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos públicos e particulares, incluindo o estudo da história da África e dos africanos” (MOORE, 2012, p. 21). No entanto mais recentemente, no dia 11 de Março de 2008 a Lei 10.639/2003 foi ampliada com a criação da Lei 11.645/2008, onde torna obrigatório, também, os ensinamentos ligados às Histórias e Culturas dos Povos Indígenas nos currículos oficiais da educação nacional, onde transmutaram o Artigo 26 - A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN),

<sup>1</sup> Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC, pela UFRRJ. Desenvolve vivências como Docente de História, Filosofia, Sociologia e Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA, Palestrante e Oficineiro. Possui de modo voluntário um “Projeto de sensibilização sobre a história africana, indígena e afro-brasileira através das literaturas nos espaços informais de educação”. E-mail: wudafrica@gmail.com.

estabelecendo a indispensabilidade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Ensino Básico. A Lei em questão surge com a finalidade de consolidar e remodelar a antecedente de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evidenciada e ampliada nos seguintes Artigos 26-A, 79-A e 79-B, com ações que imprimam a presença da diversidade étnico-racial nos currículos da Educação Básica, bem como os seus desdobramentos para a qualificação de professores do ensino superior nas ordenações das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

De fato, ainda que se tenha inúmeras intercessões governamentais e da sociedade civil, com o escopo de desenvolver demandas reflexivas para a implementação das Leis Federais nos espaços de educação. Existem outros fatores que ainda impedem a ascensão e promoção de sua permanência, como é explanado em diversos trabalhos e pesquisas acadêmicas, que acercam as barreiras e avanços para o implemento das Leis Federais nas instituições de ensino privados e públicos de todo o território brasileiro.

Mas vale ressaltar que, para elas fazerem parte de forma eficaz e ativa na sociedade educacional, e também em outros espaços de educação informal, ainda encontramos alguns embaraços, que impossibilitam as interpelações de suas perspectivas fundamentais que foram propostas no Artigo 26 - A da LDBEN.

É de grande valia observar, que os embaraços para a efetivação das Leis Federais, vem sendo delatadas pelos educadores e pelo Movimento Negro “[...] grupo que luta pela própria cidadania, conscientização e valorização dos próprios valores culturais, com intuito de propagar as proposições e reivindicações da população negra na busca de alcançar justiça racial e social” (MACHADO e OLIVEIRA, 2018, p. 69), que apontam críticas sobre os empecilhos que acercam a escassez de cursos de formação pedagógica sobre as perspectivas das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, a dificuldade de acesso aos materiais, didáticos e paradidáticos que não estão presentes nos ambientes escolares, resultando à não subsidiar os professores regentes.

Assim, o protagonismo das Leis Federais, não estão sendo reconhecidas e valorizadas pelos profissionais de educação, impedindo a incorporação dos referentes conteúdos que acercam a História e Cultura Africana, dos Afro-brasileiros e dos Grupos Indígenas nos currículos da Educação Básica para a superação do racismo “ideologia de superioridade racial que tende a beneficiar as pessoas brancas” (MALOMALO, 2018, p. 491).

Todo Estado do Rio de Janeiro, desde o ano de 2003, ocorreram sucessivas articulações positivas como palestras, minicursos, seminários, *workshops*, colóquios e cursos de formação continuada para professores, militantes do Movimento Negro e demais agentes da sociedade civil, que houvessem a inquietação para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Todas essas ações compensatórias “Ela visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime à discriminação, e tem como principais beneficiários, os membros de grupos que enfrentam preconceitos” (CASHMORE, 2000, p. 31), foram voltadas para reparar e oportunizar igualdades individuais, no qual aparentemente não integra toda a falta de ações imbuídas com as temáticas do Artigo 26 – A da LDBEN, para cursos e oficinas pedagógicas para educadores.

É importante também indagar, que nesses 18 anos de obrigatoriedade da Lei Federal 10.639/03, foram produzidos uma gama de vídeos, CD’s, DVD’s, páginas eletrônicas, confecções de livros, revistas, e uma infinidade de outros matérias, para a exaltação das Culturas e Histórias das Áfricas, Políticas de Igualdade Racial, Educação das Relações Étnico-Raciais, Diáspora Afrodescendente “[...] sua adoção se insere no âmbito das reparações reivindicadas pelos movimentos negros, o termo só é aplicável aos descendentes das vítimas diretas ou indiretas do escravismo dos séculos XVI a XIX” (LOPES, 2011, p. 57), Juventude Negra, Estéticas “Pensar sobre experiências estéticas perpassa por uma reflexão acerca do corpo e tudo aquilo que o atravessa e o toca” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2019, p. 129), Questões Quilombolas, Africanidades “A ideia de africanidade está muito relacionada à experiência de singularidade cultural vivida por aqueles que vivenciam diferentes (e distantes) realidades no continente e nelas percebem semelhanças no domínio da cultura” (LIMA, 2016, p. 73), Saúde da População Negra e Antirracismo.

Em todos estes 18 anos de existência, também emergiram outras discussões potentes que dinamizaram e questionaram os entraves sobre Desigualdade Racial, Violência, Preconceito, Ações Afirmativas, Gênero, Racismo, Intolerância Religiosa contra os adeptos das religiões afro-brasileiras, e outras intervenções epistemológicas e teóricas das ciências sociais, humanas, jurídicas e da saúde, incluindo, as produções críticas das teorias do século XIX, que ainda são presentes no imaginário pedagógico, teórico e social (GOMES, 2017).

Precisamos reconhecer, que ainda esbarramos em certas dificuldades para acessar os materiais confeccionados, bem como o espalhamento da existência desses materiais potentes, e por último, mais não menos meritório a exiguidade de incitamento e valia de uma grande fração de educadores, que atrelam a implementação das Leis Federais, exclusivamente aos educadores afro-brasileiros “qualitativo do indivíduo brasileiro de origem africana e de tudo que lhe diga respeito. Relativo, ao mesmo tempo, a África e ao Brasil, como o indivíduo brasileiro de ascendência africana” (LOPES, 2011, p. 56), ou unicamente aos ocupacionais de educação que lecionem aulas das Disciplina de Geografia, História, Literatura ou Artes.

Seguindo a linha de pensamento, preferencial em três culminâncias pedagógicas anuais, nas seguintes datas comemorativas: 19 de Abril, onde nesta data é comemorado o “Dia Nacional do Índio”. Atualmente, os grupos indígenas tentam resignificar em “Dia da Conscientização para a Questão Indígena”, como forma de defesa da sua cultura e dos direitos de seus povos.

A segunda data comemorativa é o dia 13 de Maio, onde vale destacar que durante muitos anos, as questões que acercavam as “Histórias e Culturas dos Negros no Brasil”, só eram lembradas de modo educativo ou cívico, apenas na data do 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888, onde declarou extinta a escravidão no Brasil. O Movimento Negro tem interpretado esta data como “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”, de modo à reeducar e construir novos diálogos pela igualdade e representatividade.

E na terceira data comemorativa temos o dia 20 de Novembro, onde no Estado do Rio de Janeiro, é decretado como “Feriado Estadual”, data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, estabelecendo este dia como o “Dia da Consciência Negra” sancionada pela Governadora Benedita da Silva pela LEI Nº 4007, DE NOVEMBRO DE 2002. Porém, está comemoração tem sido realizadas em algumas instituições de ensino público e privados apenas na penúltima semana do mês de Novembro, como mera efetivação desimpedida sobre a História e Cultura do Negro, como método de cumprimento da Lei Federal 10.639/03 nos espaços de saberes.

É necessário também observar, que as negativas apresentadas sobre o “não” implemento da Lei Federal 10.639/03, também ocorre por uma quantia vultosa de professores e outros agentes de educação, que se enjeitam em trabalhar com as argumentações e perspectivas que são vinculadas às Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras.

Em relação à essas renitências e empecimentos, estão correlacionados a viável falta de solidariedade dos colegas de educação, que hipoteticamente se deve ao enjeitamento de levar para o interior das salas de aula, debates possantes sobre tais questões, como por exemplo as perspectivas conectadas à discriminação “Tratamento desfavorável dispensado arbitrariamente a certas categorias de seres humanos. A discriminação racial tem sua forma mais radical na segregação” (LOPES, 2011, p. 458), branquitude, colorismo “O colorismo, termo cunhado por Alice Walker em 1982, [...] o colorismo considera e prevê hierarquias as variadas tonalidades de pele” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2019, p. 136), racismo, preconceito “Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais mas em crenças estereotipadas” (LOPES, 2011, p. 1059), religiões afro-brasileiras “As religiões de matriz africana desenvolvidas no Brasil compreendem, principalmente, as várias vertentes de culto aos orixás e ancestrais iorubanos e voduns jejes; o culto a ancestrais bantos e ameríndios; a umbanda; e outras formas sincréticas” (LOPES, 2011, p. 1107), branquitude entre outras asserções, indispensáveis ao sentimento de inépcia dos profissionais educacionais em nexos as competências das temáticas, ou mesmo a indisposição em suscitar

ponderações (des)colonizadoras e consideráveis sobre a Cultura e História dos grupos africanos e a sua diáspora no Brasil.

Todas as aflições manifestadas, no presente artigo intenciona germinar e alavancar nos profissionais de educação, uma ação ensimesmada em referência à emergência de se robustecer comunicações viáveis, que motive de maneira palpável a implementação do Artigo 26 - A da LDBEN, aspirando decrescer as ciladas do racismo, discriminação e preconceito, que encontramos de forma subentendidas nos espaços de educação.

### **A ação afirmativa no chão da escola**

É muito considerável acentuar que, as “Aulas/Oficinas” foram idealizadas para uma turma do 1º Ano do Ensino Médio, nas aulas da Disciplina de Filosofia, em uma instituição privada de Educação Básica, em um município da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, não consideramos digno expor o nome da instituição de ensino em questão. À vista disso, definimos fabricar o nome irreal de “Sistema de Ensino Integrado João Alves de Torres Filho<sup>2</sup> “Colégio SEIJAT””, para assim, salvaguardar a prosperidade da pesquisa acadêmica e a inatingibilidade ao espaço de educação, onde estava ocorrendo incalculáveis ocorrências pedagógicas, que estavam sendo atreladas ao *Bullying* “Compreende todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, [...] sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder” (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006) e a “brincadeiras inocentes” entre Estudantes.

Ao inclinar-me aos incidentes registrados no “Livro de Ocorrências Escolar”, foi explícito constatar que os Estudantes que estavam sempre recebendo as punições e ou advertências, era em sua maioria os Estudantes “Negro(s) e Negra(s)” que possuíam uma tez mas acentuada e característica físicas negroides “Que tem aparência de negro; aparentado com ou semelhante a negro” (LOPES, 2011, p. 924).

A partir de um enxergar mais apiedado e perscrutador aos conceitos subjugados e distorcidos gerados pelos princípios do eurocentrismo, foi capaz de me amparar nas perspectivas afrocentradas “A ideia afrocentrada projeta-se como modelo de agência intercultural em que existe o plural sem hierarquia e concede-se livremente o respeito às origens, realizações e potenciais” (ASANTE, 1998, p. 12), onde atingimos o fechamento que o “Sistema de Ensino Integrado João Alves de Torres Filho “Colégio Rei do Candomblé”” mantinha-se uma conduta impertinente, influenciada em práxis de domínio e arquétipos estéticos, originando em um racismo institucional “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder”. (ALMENIDA, 2021, p. 28).

Nos foi possível detectar por vezes, que as “brincadeiras”, “piadinhas” e “zoações”, cometidas pelos Estudantes, muitas vezes eram validada pelos sorrisos e também denominações pejorativas, alicerçadas pelos Coordenadores Pedagógicos e Professores, que estavam embasados no racismo e nas fundamentações meritocráticas, exacerbando desse modo, às desigualdades e mantendo injustiças, cultivando as exclusões fundadas em preconceitos e na preservação dos valores eurocêntricos aos grupos sempre privilegiados.

Tendo em vista a vivência acima apresentada, é propício informar que o “Sistema de Ensino Integrado João Alves de Torres Filho “Rei Negro””, havia em seu quadro de Estudantes, significante

---

<sup>2</sup> Também conhecido como “Joãozinho da Goméia”, foi um notório sacerdote das religiões afro-brasileiras, que teve o seu templo enraizado na cidade de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Filho de Oxóssi e Iansã, negro, gay, assistente social, parceiro, compositor, dançarino e costureiro, potencializou as religiões de matrizes africanas na década de 1960, não somente na cidade periférica da Baixada Fluminense, mais para todo o Brasil. Em seu templo, o Pai de Santo mesclava rituais de matrizes africanas como o Candomblé de Angola e Keto, com saudações aos caboclos indígenas. Ficou popularmente conhecido nas mídias da época como o “Rei Negro” e “Rei do Candomblé”, títulos presenteados por jornalistas e celebridades. Para saber mais sobre este babalorixá, buscar Dossiê temático “*Joãozinho da Goméia: educação, candomblé e cultura afro brasileira*”. Organizado por Andrea Mendes e Nielson Rosa Bezerra.

quantidade de jovens, Pardos e Pretos, e uma parcela menor de Brancos, onde a mesma não utilizava as essências da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08 em seus planos curriculares anuais, pois possuíam em seus fictícios a cabais convicções na existência da democracia racial presente em nossa sociedade.

Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2010) O mito da democracia racial pode ser compreendido, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

Com a infalibilidade de asseveração com uma pedagogia antirracista e decolonial. A ativista e pesquisadora Catherine Walsh (2013) foi quem delimitou a referida abordagem decolonial, por sugerir práticas insurgentes no processo de formação escolarizada, no entanto, também, em outros espaços de conhecimento. Onde estávamos também sustentados nas investigações da resistência afroperspectivista “O termo afroperspectivista tem um sentido simples, o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas” (NOGUEIRA, 2012, p. 147) em prol do enaltecimento do Artigo 26 - A da LDBEN, como forma de decantar as lutas e diligências do Movimento Negro, na demanda do abrandamento dos subterfúgios do racismo no chão da escola, que mantem-se estabelecendo gradações entre os grupos étnicos que se configuram nesta sociedade.

Surge assim, a ação afirmativa a partir da ascensão de “Aulas/Oficinas” pedagógicas intitulada “A AFROPERSPECTIVA DOS POVOS BANTU NO ENSINO DE FILOSOFIA: A Lei Federal 10.639/03 como potência para a educação no chão da escola” como um feitiço de preservar e promover a conformidade racial e o encolhimento do racismo nesta instituição privada de educação e em outros ambientes formais e não formais de educação na Baixada Fluminense e adjacências do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, nossas ações estão respaldada e inspiradas na implementação da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08, no ânimo de uma educação étnico-racial, na interdisciplinaridade para engrandecer a ancestralidade “Nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo e profundo que significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todos aqueles e aquelas que nos antecederam e com os valores fundamentais que eles e elas deixaram para nós” (CARREIRA e SOUZA, 2013) negra, com olhares nos percursos e na conjuntura atual dos descendentes dos africanos e a sua diáspora no Brasil.

Vale pontuar, que sempre estávamos objetivando à todos os integrantes “Negros” e os “não Negros” envolvidos na ação afirmativa, que se percebessem parte importante desta ação afirmativa para a elevação ao respeito e a autoestima “Sentimento de amor-próprio, dignidade; moral elevado; ânimo forte; disposição para enfrentar as adversidades da vida.” (LOPES, 2011, p. 147) dos afrodescendentes, em prol de uma educação étnico-racial no combate das malícias do racismo.

### **Metodologias esteadas na filosofia africana e nos aportes dos povos bantu**

Antes de mais nada, com a finalidade de implementar a Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08, e as suas perspectivas que acercam as Histórias e Culturas Africanas, Indígenas e Afro-brasileira, para que sejam agregados nos conteúdos curriculares do Ensino de Filosofia, para a turma do 1º Ano do Ensino Médio da Educação Básica, decidimos trabalhar com os Estudantes, utilizando perspectivas da Filosofia Africana<sup>3</sup> “Ela está presente em todas as discussões a respeito do status filosófico de pensadores e pensadoras do continente africano” (NOGUERA, 2014, p. 72) e motivados nas reflexões de alguns Filósofos (as) e Intelectuais Africanos (as), Afro-americanos (as) e Afro-brasileiros (as), com o intuito e o desafio de debruçar-se na “[...] existência de um conceito africano de pensamento, baseado nas concepções filosóficas da tradição africana” (LOPES e SIMAS, 2020, p. 16) demarcação de alguns repertórios ameríndios, indígenas, africanos e afrodiaspóricos, de modo libertador e (des)colonizado.

<sup>3</sup> Em referência aos filósofos que exploram as reflexões da Filosofia Africana, com uma abordagem filosófica afroperspectivista, poderemos consultar tais referenciais como: Cheikh Anta Diop, 1967; Kwame A. Appiah, 1997; Joseph Omoregbe, 1998; Abdias do Nascimento, 2002; Paul Hountondji, 2010; Mogobe Ramose, 2011; Renato Nogueira, 2014; Nei Lopes e Luiz Antônio Simas, 2020 entre outros.

A Metodologia praticada nas aulas da Disciplina de Filosofia, foram empreendidas de modo não hegemônico, onde convidamos os Estudantes à repensar sobre novos pontos de vistas viáveis para o ensino e saberes de Filosofia. Nos despregando das práticas tradicionais e ocidentais, pautadas sempre nas superioridades do continente europeu e nos pensadores filosóficos gregos, mais sim, à partir das perspectivas e conceitos de alguns intelectuais da contemporaneidade como o Cientista Social afro-americano Molefi Kete Asante (2009), um dos criadores da filosofia do afrocentrismo e também autor de livros como a *“Afrocentricity: the theory of social change”* (1980), *“African culture: the rhythms of unity”* (1985) entre outros.

O líder revolucionário na Argélia, ensaísta e psicólogo Frantz Fanon (2008), que desenvolveu reflexões políticas importantes a respeito da descolonização. Nascido na Martinica e falecido nos Estados Unidos, ele escreveu em 1954, *“Pele negra, máscaras brancas”*, um estudo sobre a psicologia dos negros antilhanos; O Doutor em Filosofia Renato Nogueira (2014), onde atua como professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e também como responsável pelo Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções (AFROSIN) e autor de vários livros; A Mestra em Filosofia Política Djamilia Ribeiro (2019), onde também atua como colunista do jornal Folha de São Paulo e também foi secretária adjunta de “Direitos Humanos e Cidadania” do município de São Paulo. Atualmente também coordena a coleção Feminismos Plurais da Editora Pólen. Entre outros (as) pensadores (as) filósofos (as) impetuosos (as).

Com os prismas desses intelectuais negros, trabalhamos de modo sensibilizador e democrático, a partir de sorteios que resultaram em “Grupos de Trabalhos”, para as pesquisas étnico-raciais sobre os seguintes pensadores afrocentrados conceituados: Achille Mbembe, Djamilia Ribeiro, Frantz Fanon, Amauri Mendes que é Doutor em Ciências Sociais e professor de História da África e Sociologia. Onde possui vastas publicações e experiência nas áreas de Educação, Ciências Sociais e História, atuando principalmente nos seguintes temas: Diáspora Africana nas Américas, Teoria Social e Estudos das Relações Raciais e Movimentos Sociais, Molefi Kete Asante, Renato Nogueira, Amadou Hampâté-Bâ, Angela Davis, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrice Lumumba e Nei Lopes que atua como Filósofo, escritor e compositor, além de bacharel em Direito e Ciências Sociais, é autor de várias obras sobre cultura e história afro-brasileira. Já produziu um dicionário de vocábulos de origem africana na língua brasileira, incluindo mais de dois mil verbetes com sua etimologia.



**Figura 1.** Imagem do Slide sobre os “Filósofos (as) e Pensadores afrocentrados e decoloniais”.

Fonte e Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

Ao longo de todo o 1º e 2º Bimestre, em uma semana era proporcionada aos Estudantes, os saberes do Ensino de Filosofia de acordo com as exigências curriculares do “Sistema de Ensino Integrado Joãozinho da Goméia”, e na seguinte os conteúdos afrocentrados com “Aulas/Oficinas” e apresentações dos “Grupos de Trabalhos”, onde os Estudantes apresentaram suas pesquisas em

“Seminários” dos mais diversos feitios, entre elas destacamos a apresentação do “Grupo de Trabalho” que pesquisou sobre o pensador Amadou Hampâté-Bâ, onde apresentaram as suas pesquisas (des)colonizadas com figurinos e adereços inspirados nos saberes Griot<sup>4</sup> e na História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

É potente evidenciar, que durante as “Aulas/Oficinas”, a sala de aula estava sempre ambientada com tecidos de temáticas africanas, bonecas (os) negras (os), instrumentos de percussões e Exposições de Livros Africanos, Indígenas e Afro-Brasileiros, com o objetivo de possibilitar aos Estudantes um melhor contato com estes materiais, e assim contribuir promover a cidadania plena para uma sociedade mais justa.

Ao fechamento das apresentações, eram estimuladas “Rodas de Diálogos” sobre as impressões e incitamentos encontrados para fazerem as pesquisas, oportunizando trocas de pontos de vistas em relação as perspectivas da Filosofia Africana.

No entanto em outros ciclos, realizamos leituras de fragmentos de textos, assistimos vídeos e estudamos a partir de lâminas de *Slides* afrocentrados, sobre diversas inquietações, que serviram de subsídio para as discussões e desdobramentos, para o combate contra o *Bulliyng* e o Racismo no chão da escola e também fora dela. Onde também foram ofertados aos Estudante, como forma de (des)colonizarem os olhares eurocêntricos, racistas, etnocêntricos, xenofóbicos, intolerantes, machistas, homofóbicos entre outros, com o intuito de disseminar o respeito ao próximo independentemente da sua cultura, gênero, religião e etnia.

Em um certo momento, foi apresentado para eles as perspectivas dos Povos *Bantu* “grande conjunto de povos africanos disseminados do centro para o leste, sul e sudeste do continente. Falantes de línguas semelhantes no Congo, em Angola, na Tanzânia, em Moçambique, na África do Sul” (LOPES, 2008), grupos esses, que falavam línguas estreitamente semelhantes, intituladas como línguas *Bantu* e que compartilharam seus termos, idiomas e dialetos, à língua portuguesa falada no português brasileiro entre outras presenças como nas danças, religiosidades, farmacologias, músicas e variadas contribuições potentes que vem sendo invisibilizadas.

Para Bruna Marques e Renato Nogueira (2013), o “*Bantu*” também se refere a um tronco linguístico que se iniciou no Continente Africano com os *bantufonos* conforme a afirmação evidenciada:

*Bantufonos* diz respeito ao conjunto de povos falantes, isto é, a ênfase está nas línguas que mais de 400 povos falam, neste caso usamos o termo *bantu* como plural ou estrutura linguística basilar que associada ao termo *fonos* designa *bantufonos*, conjunto de povos falantes de idioma *bantu*. Banto se refere a um povo específico, ênfase no aspecto cultural. Por exemplo, na frase: “esse costume de cuidar das crianças numa família extensa que envolve avós e tias é banto”. Ora podemos perceber isso entre no povo *Herero* que vive no sul de Angola e norte da Namíbia e na região norte da África do Sul entre os *zulus*. O povo *Herero* e o povo *Zulu* têm culturas próprias e específicas; mas, são, em termos afrocentrados, culturalmente de raiz banto (MARQUES e NOGUERA, 2013, p.151).

A partir desses pontos de vistas, podemos também considerar que o *Bantu* é na verdade, bem mais que um grupo étnico estabelecido no Continente Africano, este agrupamento de línguas aparentadas, aglutinam múltiplos conjuntos de pessoas que partilham um mesmo tronco linguístico trivial, onde circundam mais de quatrocentas variações plurais, vindas de um mesmo antepassado, intitulada como *protobanta* “O protobanto era falado em uma região fronteiriça no plano ecológico, dispondo portanto de um meio assaz rico, conquanto pudessem dele usufruir os seus habitantes” (LWANGA-LUNYIIGO; VANSINA, 2010, p 182).

---

<sup>4</sup> Termo do vocabulário franco-africano, criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes das quais, em geral, está a serviço.



Figura 2. Imagem do Slide sobre a Migração dos Povos Bantu.

Fonte: *The Nystrom Atlas of Word History*.

Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

Seguindo a investigação, sobre os apontamentos dos “Bantu”, acrescenta-se também a uma agregação de povos que são encontrados historicamente em um extenso território localizado na África Central, onde geograficamente originou-se na Nigéria e posteriormente se expandiu para outras áreas de modo diásporico, para determinados países localizados no Continente Africano.

Vale apontar que entre os séculos XVI e XIX, milhões de corpos africanos vindos dos territórios *Bantu*, atravessaram o Atlântico de forma forçada amontoados nos tumbeiros, sem objetos pessoais e tendo como destino os portos brasileiros. Esses grupos que foram forçados a fazerem estas migrações, foram subjugados e transformados em mãos-de-obra escravas especializadas. Mesmo assim, estas etnias resistiram e trouxeram consigo infinitas bagagens culturais e intelectuais, entre elas as suas estruturas linguísticas (*Bantu*) e as referências históricas, que resistiram aos impactos e as dificuldades encontradas na sociedade colonial escravocrata portuguesa no novo mundo.

No Brasil, encontramos a grande predominância da contribuição vocabular dos grupos diásporico falantes das línguas *Bantu*, notadamente está o *umbundo*, o *quimundo* e o *quicongo*. Por casualidade é dessas línguas originárias do Continente Africano, que provavelmente eternizaram em nossa sociedade palavras do tronco linguístico denominado *Bantu*, onde grande quantidade delas, conhecemos e as utilizamos em nossos cotidianos como, por exemplo as palavras:

Axé “Termo de origem iorubá que, em sua acepção filosófica, significa a força que permite a realização da vida, que assegura a existência dinâmica, que possibilita os acontecimentos e as transformações” (LOPES, 2011, p. 146), Banzo “Estado psicopatológico, espécie de nostalgia com depressão profunda, quase sempre fatal, em que caíam alguns africanos escravizados nas Américas” (LOPES, 2011, p. 181), boboca, bugiganga, ginga, cabaça, cafuné, caçula, cachaça, cochilo, dendê “Denominação do fruto do dendezeiro e, por extensão, do óleo extraído desse fruto, também chamado azeite de dendê” (LOPES, 2011, p. 445), Dengue, Fofoca, Fuzuê, Jiló, Iemanjá, Macumba, Moleque, Orixá, Oxalá, Pururuca, Quilombo “Aldeamento de escravizados foragidos, modelo de sociedade alternativa à sociedade colonial escravista” (LOPES, 2011, p. 1076), Quitanda “Loja ou tabuleiro em que se vendem hortaliças, legumes, ovos etc., bem como produtos da pastelaria caseira. Também, biscoitos, bolos e doces expostos em tabuleiro” (LOPES, 2011, p. 1082), Quiabo, Sopapo, Toco, Samba, Sunga, Tagarela, Zumbi, Zangado e milhares de outras palavras que sugestionaram de modo confirmativo na língua portuguesa falada no Brasil e nas Culturas e Histórias dos Povos *Bantu* ainda invisibilizadas em nossa sociedade.



**Figura 3.** Slide sobre algumas das palavras incorporadas no português brasileiro pelos Povos *Bantu*.

Fonte e Arte: Wudson Guilherme de Oliveira (professor).

### Algumas evidências dos saberes

As ações afirmativas tiveram como focos, Apresentar novas perspectivas sobre as Histórias e Culturas das Áfricas e dos Afro-brasileiros; Problematicar com os Estudantes olhares (des)colonizados sobre a Filosofia ocidental; Amenizar os impactos do racismo no chão da escola; Trazer as reflexões e olhares potentes sobre a Filosofia Africana e as reflexões dos (as) filósofos (as) inspirados na afroperspectiva; Reconhecer as problemáticas do racismo estrutural em nossa sociedade; Contextualizar a riqueza histórica, cultural e linguística que foram deixadas em nossa sociedade como resistência e legado dos Povos *Bantu*.

Estas atividades estiveram imbuídas de sensibilizações concludentes para a implementação do Artigo 26 - A da LDBEN, como modo de promover uma educação étnico-racial e também propiciar o reconhecimento da ancestralidade. Ao longo da ação, buscamos a partir das laminas de slides, vídeos, imagens e livros, comutar ideias sobre as perspectivas da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/2008, que serviram como estratégias para romper os empecilhos do racismo, em consonância com o respeito, a diversidade e a igualdade, a partir de práticas e ações pedagógicas, a fim de promover e dialogar com a Filosofia Africana e a História dos Povos Africanos, Grupos Indígenas e a Cultura Afro-Brasileira na construção da História e Cultura Africana e Negra no Brasil.

Sobre essas abordagens, podemos nos portar as palavras de Mônica Lima (2016) a partir da seguinte afirmação:

Não são apenas os aspectos legais que colocam frente à História da África. Muito antes e além deles, saberíamos que não se pode entender a História do Brasil sem antes compreender suas relações com o continente africano. A África está em nós, em nossa cultura, em nossa vida, independente de nossa origem familiar pessoal. Sendo brasileiros, carregamos dentro de nós muito da África. Portanto, conhecer a História da África é um caminho para entendermos melhor a nós mesmos (LIMA, 2016, p. 66).

A autora apresenta reflexões, onde afirma que as Histórias das Áfricas são partes indissociáveis da História da Humanidade, e para entende as múltiplas diversidades étnicas e culturais no Brasil, precisamos olhar para o Continente Africano, porém na conjuntura atual, ainda encontramos barreiras atreladas ao conservadorismo da sociedade, a falta de reflexões sobre as questões raciais nas esferas relacionadas a educação, onde “contribui para que as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas com desigualdades naturais” (BRASIL, 2009) devido ao “não” lançamento de um olhar mais sensibilizado amparado na afrocentricidade “[...] posição intelectual, uma perspectiva política, um

paradigma que toma a África como referência para autodefinição assertiva de si mesma e dos povos africanos no continente e fora dele” (MARQUES e NOGUERA, 2013), que promova a reflexão e o respeito no ambiente educacional integrando relações mais igualitárias, sintonias com as exigências das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 do Artigo 26 - A da LDBEN na inserção da temática racial e a pluralidade étnico-racial brasileira nos currículos escolares.

Durante as “Aulas/Oficinas”, houveram a possibilidade de se aproximar a realidade social e étnica dos Estudantes participantes, facilitadas a partir dos recursos de estratégias áudios visuais, bibliográficas entre outros, bem como as inspirações dos conceitos ancorados nos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros “No Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade” (CUTI, 2007, p. 49), corroborando em sintonia com a ludicidade e com a oralidade “Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades, aparentemente posto em segundo plano na modernidade. Além disso, considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais” (SILVA, 2003, p. 188), entre outros aspectos para a construção de um pertencimento étnico-racial em relação as culturas que permeiam todas as extensões sociais do Brasil.

Todos os saberes inspirados na afroperspectiva foram experiências inovadoras para muitos dos Estudantes, onde desmistificaram questões racistas e estereotipadas “Uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (SANT’ANA, 2004, p. 57), muitas vezes vistas como verdades absolutas por alguns, em relação a História e Cultura dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-brasileiros.

### Considerações (não) finais

Conclui-se que trabalhar com as reflexões dos Filósofos (as) Africanos (as) Afro-americanos (as) e Afro-Brasileiros (as) à partir da afroperspectiva da Filosofia Africana, nas “Aulas/Oficinas” e com a importância do protagonismo das contribuições linguísticas e culturais dos Povos *Bantu* em nossa sociedade, e história do passado e do presente, bem como a importância desses saberes libertadores para a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, para a luta a favor de uma educação étnico-racial plural. É sem dúvidas uma forma potente de dinamizar as relações raciais no chão da escola.

Por todas essas particularidades, a educação é o principal elo que pode fazer ser propagada e disseminada as intensões das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, valorizando assim as histórias das Áfricas e os feitos dos grupos africanos que aportaram no Brasil, dos seus descendentes diásporico afros-brasileiros e os indígenas em nossa sociedade, contribuindo de forma positiva no processo de eliminação das discriminações, a redução do racismo e a exclusão das desigualdades nos espaços formais e informais de educação.

Acreditamos que somente com ações antirracistas cotidianas, será possível reduzir o racismo e as suas ramificações. Pois a luta antirracista é uma luta de todos (as).

### Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2021.
- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 93-110.
- \_\_\_\_\_. **The afrocentric idea**. Philadelphia: Temple University Press, 1998.
- BEUDOIN, Marie-Nathalie e TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, 2009.
- CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa**, Unicef, SEPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CUTI. **Moreninho, neguinho pretinho**. Coleção percepções da diferença negros e brancos na escola – Volume 3 – Brasília: Editora Nove&Dez Criação e Arte, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2010. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. > Acessado em 19 de Abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIMA, Mônica. *História da África I*. In: Oliveira, Iolanda (Org.). **Educação das Relações Raciais**. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF, 2016, pp. 65-96.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4ª ed. – São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

\_\_\_\_\_. SIMAS, Luiz Antônio. **Filosofias africanas: uma introdução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri & VANSINA, Jan. *Os povos falantes de banto e a sua expansão*. In: FASI, Mohammed El (Org.). **História Geral da África, Volume III: África do século VII ao X**. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010, pp. 169-196.

MACHADO, Adilbênia Freire. OLIVEIRA, Eduardo. *Africanidades, Legislação e Ensino: Educação para relações étnico-raciais, lei 10.639, filosofia e ancestralidade*. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, pp. 49-76.

MALOMALO, Bas'illele. *Uma agenda pan-africanista na década internacional de afrodescendentes*. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, pp. 467-499.

MARQUES, Bruna. NOGUERA, Renato. *Um olhar afro-centrado sobre os bantos: o perfil étnico dos aportados no Rio de Janeiro (1790-1800)*. In: BERINO, Aristóteles. (Org.). **Diversidade Étnico-Raciais e Educação Brasileira**. Seropédica, UFRRJ: Evangraf, 2013, pp. 147-169.

MENDES, Andrea e BEZERRA, Nielson Rosa. *Dossiê temático “Joãozinho da Goméia: educação, candomblé e cultura afro brasileira”*. In: MENDES, Andrea e BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs.). **Periferia – Revista de Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da FEFB/UERJ**, Duque de Caxias – RJ. vol. 12, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia> > Acesso em 30 de Abr. 2021.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2ª edição - Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

\_\_\_\_\_. **O ensino de filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista*. **Revista da ABPN**. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012, pp. 147-150.

OLIVEIRA, Kiusam Regina de. *Carta às educadoras: práticas pedagógicas que libertam: resistência ao racismo*. In: OLIVEIRA, Kiusam Regina de (Org.). **Resistir até o fim da discriminação racial**. Fundação SM. Instituto Singularidades, 2017, pp. 12-25.

OLIVEIRA, Wudson Guilherme de e FERNANDES, Lygia de Oliveira. *Estéticas negras e a escola: reflexões a partir de conversas com estudantes do ensino médio*. In: JÚNIOR, Jonas Alves da Silva. SALES, Sandra Regina e SILVA, Tiago Dionísio da (Orgs.). **Direitos humanos na educação básica: diálogos e interseccionalidades**. Curitiba: CRV, 2019, pp. 127-139.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. *História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados*. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2004, pp. 39-67.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. Brasília, UNESCO/São Carlos, EdUFSCar, 2003, pp.181-197.

WALSH, Catherine. **Pedagogias Decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya Yala, 2013.



## MÚSICA DE BANDA DOS NEGROS DO RECÔNCAVO FLUMINENSE: DOS COLONIAIS ESCRAVOS AOS PACÍFICOS CONTEMPORÂNEOS

THE BAND MUSIC OF THE BLACKS OF THE RECÔNCAVO FLUMINENSE  
FROM COLONIAL SLAVES TO PACÍFICOS CONTEMPORARY

*João Carlos da Silva<sup>1</sup>*

### Resumo

Este artigo busca reforçar a importância da contribuição cultural da música de banda dos negros escravizados entre o período escravagista colonial brasileiro, destacando a presença e a atuação desses artistas e sua efetividade instrumental, sua inserção e ascensão dentro das mais diversas relações sociais de poder numa sociedade escravocrata; pretende destacar a relevância cultural e social dos Pacíficos, uma musical família negra centenária, nascida em Santa Rita, junto à Vila de Cava, uma das periferias urbanas de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e visa fortalecer laços de permanência de cada egresso afro no Recôncavo da Guanabara direcionando a valorização do enraizamento cultural do negro e sua importância da memória iguaçuana através das atividades musicais por parte dos negros fluminenses.

Palavras-chave: Bandas; músicos negros; ascensão; educação; profissão.

### Abstract

This article seeks to reinforce the importance of the cultural contribution of enslaved black band music between the Brazilian colonial slavery period, highlighting the presence and performance of these artists and their instrumental effectiveness, their insertion and rise within the most diverse social power relations in a Society slavery; intends to highlight the cultural and social relevance of the Pacíficos, a centenary black musical Family, born in Santa Rita, next to Vila de Cava, one of the urban peripheries of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro and aims to strengthen the bonds of permanence of each Afro egress in Recôncavo from Guanabara directing the valorization of the cultural rooting of the black and its importance of the Iguaçu memory through the musical activities by the black fluminenses.

Keywords: Bands; black musicians; rise; education; profession.

### Introdução

A música sempre fazendo parte da alma humana e da história de vida de cada indivíduo, pode ser contada momento a momento através de sons, melodias, harmonias e ritmos diversos quanto ao pulsar e em cada bater de corações e cada fato de nossas vidas está certamente estruturado a algo musical, a uma canção e ela nos leva a recordar de dores, risos, datas marcantes, nos trazendo um perfume, uma presença, uma cantiga; nada do que conquistamos seria compreensível se não houvesse em nós uma nata construção musical; daí, sê-la imprescindível em nossas vidas.

Certamente a presença do discurso musical causa efeitos em todo o nosso ser: corpo, intelecto, relacionamentos, sentimentos, visto a grande influência que ela exerce na vida de todo ser humano, pois seus efeitos são de âmbito físico, psicológicos, social, intelectual e que nos sugere ideias e sentimentos, tornando-se de total acessibilidade e socializante numa forma de expressão sentimental comum a todos os

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela UERJ-FEBF; Bacharel em Regência de Banda de Música pela UFRJ; Professor e Regente da Banda de Música na FAETEC em Nova Iguaçu, RJ.

envolvidos, em cujas atividades de convivência de lazer, arte, criatividade envolvem seus sujeitos em roda de comunicação, valorizando a inclusão social, através do qual, somos até mesmo vistos como “educadores de rua”, resgatando “memórias culturais urbanas” e reforçando o potencial de criatividade revelado nas experiências artísticas e na sequência de atividades de relações interpessoais como base para vínculos afetivos e integradores na música de banda enquanto sujeitos socializadores no local visto como nosso espaço de herança afro-musical, repleta de relevâncias culturais onde os sujeitos são agentes de transformação social através da música de banda, quer civil, escolar, religiosa ou militar.

## Desenvolvimento

A música além de ser sabidamente uma das paixões inerentes ao homem, ao mesmo tempo alicerça diferentes classes sociais tornando-se muito mais que um entretenimento ou acalanto emocional; transforma-se numa estrada de profissionalismo como vemos a partir do contexto historiográfico entre os séculos XVIII e XIX, quando a então Fazenda Imperial de Santa Cruz, situada na atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, passando a fazer parte da memória brasileira não apenas para a música colonial mas englobando nossa cultura e história patrimonial, visto ser considerada como o nosso primeiro conservatório de música, configurando desta forma a importância do legado africano musical entre nós, mesmo sofrendo intensa segregação social, quebrando ou tentando quebrar a tal ideia de superioridade por parte dos brancos europeus e que o movimento abolicionista e até mesmo a própria abolição da escravidão em 1888 não foram capazes de alterar este *negro e escuro* histórico, na visão de Santos (2009).

Logo, entendemos Almeida (2010, p.7,19) ao considerar serem as bandas de música como verdadeiras manifestações culturais e que representam a camada “povão” da sociedade assim como sua função social onde o ensino musical exerce na formação de aspectos sociais numa comunidade, ratifica que as bandas de música sempre representaram manifestações musicais da camada mais popular de uma sociedade.

Segundo Santos(2009), durante grande parte dos séculos XVII e XIX, os administradores da Fazenda Imperial Santa Cruz eram os mestres jesuítas; mais tarde com a chegada e estabelecimento de D. João VI, seu séquito e da Família Real Portuguesa no Brasil, tais atividades culturais passaram a ser então ligados à Corte: jesuítas e membros da Família Imperial sempre estiveram envolvidos com a aculturação cristã e musical entre os negros africanos; homens, mulheres em sua maioria crianças escravas foram educados via a catequese romana e a música assim seriam e o foi, um veículo de assimilação cultural, até mesmo ao se atingir a ilustre figura do Padre José Maurício Nunes Garcia, de origem africana e imortalizado por Schwarcz (1998, p.225) como “o Mozart brasileiro”; a figura do negro escravizado causará tamanha surpresa, impressão, entusiasmo e espanto da Família Real e recebendo dela apoio financeiro para dar sequência ao seu desenvolvimento musical. Negros e mestiços sempre foram relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, no registro de Almeida (2010) quando declara que no século XIX, inúmeras bandas pertenciam a irmandades e fazendas, onde os negros músicos tocavam em troca de sustento e de alfabetização.

Já a partir do segundo quarto do século XX, os Pacíficos, também uma família negra e de vida simples, têm sua história trabalhada como recorte em nossa Dissertação e retratados de forma relevante por sua ascensão social e profissional utilizando basicamente a música de banda, onde sua aprendizagem musical foi construída desde a infância dentro *das quatro paredes* de sua congregação eclesial: Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a IEADSR; esses sujeitos sociais se incorporam à vida militar no Exército Brasileiro como músicos e galgam promoções, patentes desde soldado ao oficialato. Segundo Gomes (2017, p.21,43), a “superação das desigualdades raciais [vem reforçada pela] educação, entendida como processo de humanização”. Desta forma, os Pacíficos assumem-se como agentes de representação e intervenção social, trabalhando a música em um conjunto de saberes vistos como emancipatórios para que os seus entes negros e negras cresçam culturalmente ao se organizarem numa negra coletividade onde a música carimba suas identidades artísticas construídas na prática de banda nas escolas, quartéis e igrejas; ambos vivenciando e “lutando por sua ascensão profissional, sendo afrodescendentes e

estigmatizados como povos que têm uma tradição musical própria [...] cuja força espiritual da música [é] inconteste, vigorosa, expressiva, significativa, mediadora e transformadora”, conforme Silva (2020, p.115).

E na visão de Bezerra (2011, p. 47,120,142, 187), nossos afroascendentes escravizados e posteriormente libertos, tinham o seu *modo vivendi* próprio, seus hábitos, cultura, religião, comemorações, mantendo “seus espaços de sociabilidade [...] suas trajetórias individuais e suas experiências coletivas [como] uma forma de organização de vida social através da religiosidade [...] motivada pelos ventos da liberdade e pelo sonho de novas oportunidades no alvorecer do novo século [afinal a] Baixada tem a cor da diversidade”.

São tais posturas que trazem impactos familiares, sociais e culturais através de atividades mobilizadoras buscando num processo de musicalização, formando cidadãos através de uma política público-familiar e de valorização social do chão onde vivem e convivem. São emoções geradas a partir da arte: arte musical, em cujo estado de arte visa em muito preparar sua trajetória de forma doce e acalentada por sons harmoniosos da vida e esta é uma forma de resguardar a memória social dos negros escravos músico do período colonial brasileiro, assim como história como grupo familiar; na trajetória da Família Pacífico, ratificando que em ambos os casos, a musicalidade do negro entrou e se sedimentou nas entranhas da alma brasileira em forma de cantos e instrumentos utilizados como elementos de aculturação até mesmo embasada nos princípios básicos da Lei 10639/03: valorizar a cultura de origem afro como forma de restituição democrática aos nossos ascendentes africanos. E Bosi (1998, p.30) ressalta o valor da memória lembrando dos velhos idosos e trabalha pela memória sendo uma árdua tarefa em que “uma lembrança do passado [...] é o esquecimento do tempo presente [...]”, nos traz imagens impregnadas dessas relações de tempo com a célula da família; e quando vistas são como imagens que nos são ferinas e ardidas através das quais retratam uma história por legibilidade.

### **Os negros músicos da Real Fazenda Santa Cruz**

Segundo Santos (2009) há documentos históricos descrevendo em inventários os instrumentos pertencentes ao patrimônio da Fazenda e à Igreja, para o trabalho educacional e litúrgico da referida Fazenda. Suas terras foram doadas pela Marquesa Ferreira, viúva do fidalgo português Cristóvão Monteiro, Capitão Mór, recebidas em 1556 por seus serviços prestados à Corte portuguesa, além de combates contra os invasores franceses através de trocas, doações e concessões, essas terras foram anexadas de forma pacífica e ordeira, através da qual se instalou nelas uma grande Cruz com o nome de Santa Cruz. Essas áreas (sesmarias) cresceram desde o início do século XVIII sob a liderança dos padres jesuítas gradativamente repartidas em porções de terra através de compras ou doações. A sede da Fazenda situa-se ainda no mesmo local: Rua do Matadouro 43, no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do RJ, cuja construção data a partir de 1707 e concluída em 1751; ali mesmo, já funcionou inclusive uma unidade militar do Exército Brasileiro, o Batalhão Escola de Engenharia Vilagran Cabrita, conforme inscrição em seu porto de entrada principal; atualmente abriga o Eco Museu do Quarteirão Cultural, ligado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A Fazenda era bem administrada e desenvolveu atividades em agropecuária e gado, além do “aluguel de escravos com especialização, inclusive em música [...] pequenos indícios da atividade musical dos escravos na Real Fazenda de Santa Cruz [tida como] Fazenda modelo”, inclusive com documentos históricos descrevendo inventários de instrumentos pertencentes à Fazenda, conforme ainda descreve Santos (2009, p.13-16). Ali portanto em música, desenvolviam-se intensas atividades de leitura, divisão e solfejo; portavam uniformes, acessórios musicais eram adquiridos para as intensas apresentações inclusive para Família Real nas missas, festividades familiares, sonelidades cívicas, tanto na sede da Fazenda distante 60km da sede da casa imperial, vista como uma fonte de bons instrumentistas e cantores e que participavam ativamente nas festas constantes na Quinta do Imperador, atual Quinta da Boa Vista; para manter tais funções artísticas, havia a contratação de músicos e alcançando o apogeu artístico, com total apoio de D, João VI; Os jesuítas tomados por forte religiosidade católica inseriram nos negros a importância

do ensino e da aprendizagem de um ofício e que através deste recurso, ascenderiam socialmente até mesmo através da música com a contratação de professores de música que também atuavam na referida Fazenda, seguindo ainda Santos (2009).

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, a Coroa Portuguesa incorpora a fazenda aos bens da coroa com seu novo nome: Real Fazenda de Santa Cruz e com a chegada da Corte de D. João VI ao Brasil, e procurando descansar das atividades governamentais, desfrutava desta excelente música executada pelos negros músicos e passando a ter atenção artística por parte do Imperador, causando-lhe surpresa e admiração, não apenas nele, como também aos convidados da Corte; um ambiente que descrito “como refúgio ou retiro campestre, palácio de verão da Família Real”, como descreve Wilcken (2010, p.175, 228). E além das residências imperiais localizadas no Paço da Cidade e em São Cristóvão, respectiva e atualmente: Praça XV e Quinta da Boa Vista, a Corte utilizava a fazenda como uma pousada de descanso e lazer, aliás um ambiente de constantes festas onde escravos mesmo crianças e adolescentes aprendiam cantar em corais e tocar instrumentos mesmo precários com mestres-jesuítas, inclusive tomando fama e a escola foi se tornando como o Conservatório de Santa Cruz, de acordo com Silva(2020).

Enquanto durou o período jesuítico na fazenda situado entre na segunda metade do século XVIII, houve um declínio cultural até mesmo por falta de investimento na música, bastando logo que a chegada da Família Real trouxesse o brilho musical na vida dos negros e desta forma, a Alteza Real passa a conhecer a música aqui executada pelos escravizados: uma missa cantada pela escola dos jesuítas na capela de São Inácio de Loyola, causando-lhe intensa admiração. Entretanto, esses músicos negros escravos eram considerados como artistas, artesãos e seus senhores cobravam para que eles tocassem em festas, sendo considerados como “mercadorias” pois rendiam lucros aos seus senhores, daí classificados como “escravos de ganho” (SCHWARCZ, 1998, p. 228).

Tais procedimentos advêm de sua qualificação no trabalho musical além de outras habilidades artísticas desenvolvidas na própria fazenda sendo “tudo feito por artistas mulatos e negros crioulos”, como Schwarcz (2008, p. 224) salienta: “D. João, amante do cantochão gregoriano [...] encantou-se mesmo foi com a orquestra e os escravos-cantores, [...] músicos pretos de São Cristóvão [...] um dos muitos exemplos da participação negra em bandas idealizadas para o prazer de senhores brancos”. Aliás, Souza & Lima (2007, p. 31,32,40,61) destacam que a instalação da Corte Portuguesa em muito trouxe inúmeras possibilidades para os músicos majoritariamente negros, “carregando o estigma da cor”, facilitando a participação artística e adentrando “no mundo de relações com a nobreza”, músicos estes que praticavam o ofício da música sacra e que utilizavam desta arte para se enquadrarem além das irmandades eclesásticas e também nas corporações militares, num processo de mobilidade social ascendente. Apresentavam-se com talento e inclinação artística para a música mesmo utilizando instrumentos rudimentares quanto à sua confecção, mesmo com o repertório a ser desenvolvido e artisticamente apresentado nas mais diferentes apresentações musicais que assim o exigiam tanto em saraus, como nas festivas cerimônias religiosas e políticas, até mesmo o mais alto nível dos gêneros de ópera e o clássico europeu e segundo Wilcken (2010) aqui no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, além de seu talento musical, os negros escravizados durante o período colonial brasileiro exerciam hábeis profissões artesãs e culturais e eram como o motor da cidade, considerados por sua tamanha importância quanto ao domínio artesanal e artístico-musical.

Portanto, partindo da jovialidade histórica de nossa nação e da nossa historicidade cultural e musical, buscamos quebrar os estigmas contrários à ascendência afro quando nos debatemos nos variados contextos culturais focalizando o negro apenas para instrumentos de percussão, canto e dança; fatos que corroboram um novo vislumbre histórico para esses mestres em seus instrumentos de sopro e o seu desenvolvimento musical na atuação dos coloniais negros, mulatos afro-brasileiros escravizados assim como os alforriados sempre elogiados e citados como súditos coloniais, expressão utilizada por D. João VI quando se referia aos músicos da Fazenda Imperial de Santa Cruz (Idem, 2010, p.149). Daí, a relevância destacada por Pinto e Lima (2019, p.43) sobre a importância de estarmos pesquisando acontecimentos e

personagens históricas de nossa região e o quanto esses negros sujeitos culturais contribuíram para o desenvolvimento social de nossa nação.

Santos (2009, p.23-52) também enfatiza que a fazenda merece destaque pela sua importância na atividade musical e pela quantidade de escravos negros músicos que gozavam de algumas regalias pois exerciam apenas esta função, com mais tempo livre para si, sendo, portanto, considerada uma “instituição atípica”, isto é, havia alguma vantagem para eles mesmo dentro do cativeiro. Notadamente esses negros fazem parte do histórico primeiro Conservatório no Brasil num espaço não formal onde surgem nossos primeiros mestres de banda. Também, Schwarcz (1998) esclarece fazendo diacronicamente um elo da banda dos negros escravizados com os Pacíficos, quando em 1856 a banda de Santa Cruz participou em festejos religiosos em parte do Recôncavo Fluminense como em Itaguaí e em Nova Iguaçu; evidente e necessária que se destaque a participação de músicos negros estudantes em diversas instituições, escolares e religiosas, nas quais ocorre o papel motivador do resgate sócio-educativo-cultural de uma banda de música e deste modo valorizar sua contribuição na formação étnica de nossa cultura.

Este será o mesmo processo social pelo qual se enquadram os Pacíficos que como negros, esses músicos só vieram conquistar um espaço institucional e estável utilizando-se da música tanto religiosa como a militar. Afinal, é notório que as “atividades musicais congregam jovens de diferentes pertencimentos étnico-raciais” (GOMES, 2017, p.116).

### Os negros Pacíficos

Seduzido em resgatar o passado tendo a periferia urbana da Baixada Fluminense como local de referência de memórias dos Pacíficos, baseado em Oliveira (2016), esta família é um retrato importante na música de banda não apenas no contexto das igrejas evangélicas, como ambiente não-formal de aprendizagem musical, a maneira como este pesquisador iniciou sua trajetória e atuando como educador, musicista e regente e convivendo com membros das gerações atuais dos Pacíficos e que desde o início do século XX, fincaram os pés em terras iguaçuanas de Santa Rita, bem próximo à Vila de Cava, o Iguassú Velho, junto às ruínas da Fazenda São Bernadino; embasados por Santos (2009), os Pacíficos despertaram-se para a música como profissão e acreditaram na possibilidade de sua progressão social.

De acordo com Marinho & Martinez (2013, p.8-16), Nova Iguaçu é um dos municípios fluminenses e está localizado na Região Metropolitana, conhecida também como Grande Rio; forma com mais outros doze municípios a Baixada Fluminense: são treze municípios, caracterizados em sua maioria por *ciudades-dormitório*: populações citadinas habitando em segregação, desigualdade e subalternização social; trata-se de uma herança das sesmarias com uma topografia abaixo do nível do mar e terrenos alagadiços, brejos pantanosos; abastecida por uma rica rede hidrográfica colonial e que servia aos portos existentes aqui no Recôncavo da Guanabara desde seus habitantes primitivos: os índios tupinambás; o *flumen*, justificando o papel dos seus rios e terras baixas junto ao pé da Serra do Mar; tal assertiva foge dos pejorativos populares com relação à Baixada ser vista como “rebaixada, abaixada”, nível social inferior.

Este histórico é reforçado por Nascimento & Bezerra (2019, p.102,103) quando declaram que o Rio de Janeiro foi e teve desde o período da colonização portuguesa passando pelo período colonial e o próprio século XIX ocorreram grandes impactos da escravidão negra na própria vida sociedade brasileira, mantendo uma das maiores concentrações de africanos escravizados; e a importância da cultura negra é um fato corroborado nesta importante síntese tendo a escravidão é analisada de forma invisibilidade e que nega aos afrodescendentes como a maior parte da população da Baixada Fluminense o fato direito de serem considerados como uma relevante parte da nossa história; afinal, os construímo-la com sofrimento, trabalho, dedicação ( sangue e suor \* grifo nosso). Nova Iguaçu é um dos nossos *negros municípios*.

A Família Pacífico também poderia representar o palco de desigualdades sociais pelo fato de serem desta ou daquela cor, mas que não implica o percorrer de sua trajetória cultural, social e profissional como músicos evangélicos e como militares músicos, todos nascidos e residentes em Santa Rita, Nova Iguaçu, Vila de Iguassú; ao estabelecermos a relação entre esses negros sujeitos em ascensão, torna-se um exercício de cultura e de assimilação; mas também um canal de progresso e educação ratificando os

valores históricos da 10.639/03<sup>2</sup>, materializando a importância da educação e da cultura de nossos ascendentes africanos, visto que afinal, em cada membro desta família musical houve um despertar, uma esperança para alcançar a desejada progressão social, impregnados de um talento abençoado.

E de acordo com Gonzalez & Hasenbalg (1982, p.16,19): “a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva[daí] deve o negro lutar [sempre] pra vencer na vida através de seu esforço pessoal, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco?” E Santos (2009, p.49) indaga: “Que homens seriam estes capazes de criar uma contradição numa sociedade excludente, a ponto de provocar uma certa admiração e fazer-se perceptíveis diante das pessoas como artistas”? Sujeitos estes tidos como “os esfarrapados do mundo [...] condenados da Terra, o dos excluídos”, conforme discorre e esclarece Freire (2002, p.9).

A Família Pacífico sempre se destacando no contexto musical da Baixada Fluminense; atuando como instrutores leigos, em seus próprios lares e nas dependências da igreja para as aulas de Teoria Musical e Instrumentos de Sopro; sempre primando pelo talento demonstrando enorme performance instrumental e com imensa capacidade de manipular os complexos instrumentos de banda de música nas escolas, igrejas evangélicas e quartéis. E Novo (2015) enfatiza que todo e qualquer espaço religioso pode proporcionar uma educação artística aos membros interessados em aprender música, funcionando como um importante espaço pedagógico em que visa contribuir para a formação musical de uma pessoa, de uma coletividade. Afinal, a música religiosa afeta o comportamento das pessoas, transformando-as e desta maneira, ela um canal de promoção e integração além do fazer musical.

Como musicistas, Gomes (2017) assegura que os negros ganham mais espaço social, público e político como forma de autoafirmação sendo portadores de um enorme potencial de conhecimentos culturais, dentre os tais, a música e que também na visão de Schwarcz (1993, p.147) o negro não pode ser visto como “um fator de impedimento ao progresso da nação”.

Desta forma, procuramos as presentes narrativas reforçam o papel da musicalização no cotidiano familiar e religioso, onde amadores buscam o profissionalismo traçando suas próprias trajetórias como homens e mulheres negros, buscando com solidariedade, estimular cidadãos a percorrerem uma trajetória musical e desta maneira buscar o enaltecimento acima de seus sentimentos de inferioridade, como forma contrárias às atitudes de sentimentos raciais e “o ritmo para enfrentar a servidão humana” como uma “comunidade negra”, conforme declara e enfatiza Cone (1989, p.45,54) sobre a relevância da música gospel ser não apenas um componente essencial de liturgias, mas um degrau de ascensão profissional.

E esta tem sido a estratégia quando se trabalha com a música sendo um instrumento de educação, afirmação e desenvolvimento de cidadania, engajados no sonho futuro promissor: acadêmico, militar e artístico; quando se faz música de banda, as emoções tumultuadoras e barulhentas dos ensaios transformam-se nas alegres expectativas das apresentações, misturando-se ansiedade, euforia, acolhimento e prazer; e nesta fusão emocional, dons e talentos se unificam em prol de dar o melhor pra si e para a plateia através do dom e talento musicais. Logo, a prática musical coletiva representa um movimento social pois a partir de então “constrói-se um projeto educativo emancipatório, sociabilizando saberes construídos, segundo Gomes (2017, p.130,131).

Buscamos a eficiência sociológica da educação musical tratando esta atividade como a preocupação em (re) planejar, (re) paginar a própria cultura de banda a partir de que nossos sujeitos “Os Pacíficos” também fazem parte desta mobilidade social e profissional de sua periferia urbana. Logo, a interação social reforça o aspecto da democratização gerando motivação a partir da incentivo que a prática social provoca gerando total integração, pois cada instrumentista busca trabalhar como “senso de pertencer

---

<sup>2</sup> A Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio e propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana; ressaltando a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e sua cultura, as religiões de matrizes africanas e em nosso caso específico, a música.

ao grupo” destacando a busca de sua etnicidade cultural sendo definida através do comportamento e de seu estilo de interação pessoal com relação à ascensão social do negro quanto ao preconceito, às intelectualidades dos negros, até mesmo ao negar tal escalada como forma de eliminar o preconceito; afinal, quando convivemos em determinada classe social, nossa prática de vida influencia também nossa aprendizagem e conseqüentemente o nosso desenvolvimento motor, familiar e social visto que a educação como um processo formativo nos prepara para o meio social no qual nos envolvemos e daí, a necessidade do fazer artístico em coletividade como o caso da música em conjunto.

Andrade (1989, p.115) acrescenta que ocorre aspectos sociais e importantes quanto a funções de uma banda de música quando ligada ao papel eclesiástico, pois neste contexto, a música trabalha no social e desta forma, a banda exerce o papel de instrumento educativo e psicológico e até uma relembração dos sentimentos dos negros escravos em suas práticas religiosas cujo o valor cultural retrata valores históricos de seus ancestrais lembrando a pátria África-mãe, como eram as ações utilizadas também pelas bandas dos escravos em suas comemorações festivas religiosas.

E mesmo sabendo que conforme o local no qual estamos realizando culturalmente esta atividade artística, ainda assim a problemática com relação aos negros varia em função de local, ambiente, classe social, além do marcado preconceito de cor cuja discriminação exprime e bem define situação social que: “Os caminhos da liberdade para os homens negros mais uma vez [sempre] se mostraram cheios de obstáculos” conforme declara Santos (2009, p.109).

Desta forma ao adentrar no aspecto social da música é que a Família Pacífico se posiciona através de anos e anos, e cada vez mais apresenta inúmeros integrantes de bandas de música militares, reforçando a relevância da música negra através desta família recordando as históricas Bandas de Escravos durante o período da escravidão e do pós-abolicionista; ambas formam a “Igreja negra”, como destaca e esclarece Cone (1989, p.63). Conseqüentemente, sintetizamos que a música precisa apresentar vários moldes, várias funções e facetas interdisciplinares pois funciona como resgatador e motivador sócio cultural na vida das pessoas pois além de resgatar seu folclore cívico, tem também o papel de restaurador de práticas artísticas adormecidas. cujos personagens nasceram e continuam vivendo no próprio local enriquecendo a cultura da população negra iguaçuana e resguardar toda sua memória africana e que na visão de Schwarcz (1993, p.136,249) configura-se como “um local de projeção intelectual [...] um espaço de promoção pessoal [simbolizando] locais diversos de produção do saber”.

Conforme PENNA (2012), é preciso enfatizar o conhecimento da trajetória individual e das experiências através da música, identificando nela as significações subjetivas que a música ganha em diferentes momentos de vida, percebendo-se como esta influi na realização de um sentido de vida e as influências das pessoas ou ambientes durante este percurso estão vinculadas a um modelo de experimentos coletivos, tornando-se experiências transformadoras ao longo da vida dos sujeitos.

E a junção dessas duas histórias vem ratificado por Pinto e Lima (2019, p. 37) ao “mediar a relação do homem com seu passado [...] compreender que existem memórias vividas pelos indivíduos [...] memórias herdadas que constituem o pertencimento com o período referido, [...] lugares que representam ou recordam tais memórias, [...] lugares de memória”. O negro sempre enfrentou dificuldades quanto a diferentes e variadas oportunidades sociais com maior desfavorecimento que o homem branco, mas “quem sabe” contando atualmente com a implantação da Lei 10639/03, buscar-se-ão novas e intensas políticas público-culturais que possam beneficiar, assim como fazer justiça à raça negra em todos os seus direitos sociais e raciais.

### **Considerações finais**

Este tema nos leva a entender que a vida só faz sentido dependendo de como realizamos nossas aspirações e como nos relacionamos com o nosso passado histórico; ao destacar as relações sociais e raciais relacionadas aos negros músicos coloniais de Santa Cruz (RJ) e os negros “pacíficos” de Santa Rita, também no Rio de Janeiro, tornaram-se então sujeitos históricos tocando instrumentos, gerando novos cidadãos, formando novas gerações e não perdendo a seqüência da tradição cultural que a música dos

negros revigora a tradição cultural como virtuosos e hábeis instrumentistas de banda em solenidades escolares, de culto cívico-militares e demonstração e manutenção músico-cultural brasileira. Portanto, uma banda de música reforça a noção memória como uma operação coletiva mantendo um forte sentimento do próprio pertencimento, constituindo-se como um espaço de solidariedade, convivências e reforçando as alianças de uma coletividade em busca do crescimento que contribuí para o desenvolvimento do próprio grupo; afinal, a banda de música é um compromisso comunitário.

Os músicos negros da Fazenda Imperial de Santa Cruz e os músicos negros da Família Pacífico compartilharam o amor pela arte musical vivendo sonhos possíveis e impossíveis que potencializaram outros a serem transformadores da vida já que a música ajuda a promover a sociabilidade, superar barreiras sociais e sendo um fato social solidifica experiências sociais; afinal, a música é um fato social e a música militar no Brasil tem uma ligação histórica ligada aos músicos negros e seus primórdios coloniais na Fazenda Santa Cruz, aliada aos músicos vindos com a Corte Portuguesa com sua tropa militar e daí aos Pacíficos. E como militares músicos, esta família diferentemente dos soldados dos batalhões da antiga e provinciana Guarda Nacional, durante a primeira metade do século XIX, em que não temos registros de patentes superiores para algum negro escravo ou liberto recrutado, os Pacíficos chegam ao oficialato na carreira no Exército Brasileiro, mesmo sendo de pele escura e vistos ainda como invisíveis no período pós escravidão; aqui na Baixada Fluminense onde os afrodescendentes representam a maior parte da população desde os tempos coloniais, sem o direito de serem realmente parte significativa da história dentre os que construíram a Baixada Fluminense com seu trabalho e dedicação.

Nossos negros irmãos “de cor” utilizando a música como degrau de ascensão social o fizeram acima da cor da pele pois esta não define caráter, nem distingue profissões; a música um exemplo de notabilidade e vocação que são desenvolvidas a partir da prática do convívio social. É a educação cultural evidenciada pela memória do pertencimento. Desta maneira, é preciso não apenas criá-la e sim mantê-la, vivenciá-la e construí-la como fontes de memórias coletivas emolduradas a partir de famílias cujos dons e talentos valorizam-nos e nossos antepassados e que em muito contribuíram com sonhos e ideais para que tais memórias se integrem paulatinamente entre o que se foi, o que é, o que será deixado ao construir um pilar cultural ao qual será perpetuado como patrimônio produtor da participativa memória social.

Uma ação cultural e sociológica que envolve pessoas cujas histórias revelam sujeitos ativos que constroem positivas identidades bastante saborosas as quais nos levam às recordações de uma vida vivida e que falam de lembranças genuínas impregnadas de intenso calor coletivo. Esta é a memória edificada simbolizando os bens culturais e que se tornam um patrimônio proveniente de um fulgor expresso em valores de celebrações, retratando nosso habitar entre sonhos, e que vindos da arte por nós vivida recria e valoriza o fazer, o saber, o contar, o cantar, o tocar; afinal, “através da memória é possível modelar o passado (PINTO; LIMA, 2019, p.37).

Os Pacíficos militares fizeram da carreira de músico não apenas uma simples história de uma família simples e negra, moradora da Baixada Fluminense; muito mais, uma família que destacou e contribuiu para que a empiria iguaçuana viesse a ter mais estrelas e brilho pela dedicação cívica, cuja ascensão profissional deu-se através da música de banda em Nova Iguaçu; são atores sociais de merecedor reconhecimento comunitário em busca não de prestígio mas pela quebra da própria estigmatização por serem músicos negros em busca da ampliação do nosso próprio circuito cultural.

Seguindo Nascimento & Bezerra (2019, p.207), os Pacíficos são negros descendentes de antigos cativos que aproveitaram as oportunidades surgidas como músicos dinamizaram-se através de relações sociais na carreira militar em progressão, redefinindo seus “vínculos comunitários e familiares”, para que pudessem melhorar sua qualidade de vida, ascendendo profissionalmente através de sua meritocracia.

Os Pacíficos então assumem-se como sujeitos pela luta cultural, pelo engajamento no resgate patrimonial da cultura musical, cujo instrumento atravessa e compartilha sua relevante contribuição para a melhoria de vida, configurando e ratificando o sentimento de continuidade, compartilhamento e perspectivas de uma vida musical como profissão; bem se sabe que as atividades musicais se engajam numa didática pedagógica transformadora e até mesmo no ambiente militar onde a “caserna” é um espaço

público de reciprocidade do direito. A música de banda ao ser utilizada como degrau de socialização é um poderoso instrumento de transformação social pois passa a desenvolver um papel social, educativo, abrindo oportunidades e inúmeras possibilidades para uma trajetória profissional como um instrumento que transporta o indivíduo para o além da subjetividade emocional. Quando se faz música em espaços informais, compartilha-se para a melhoria de vida dentro de sua própria periferia, assim como os negros escravizados fazendas, assim como os Pacíficos em Nova Iguaçu e nos quartéis, assim como nós, mestres e regentes construímos cidadãos através de uma banda de música.

Concluímos portanto neste histórico compasso musical que os deferentes ritmos oriundos da cultura africana em terras brasileiras configuram a melodia harmoniosa entre gerações; e como enfatizou-se em nossa dissertação:

A música atrai e como tal é um patrimônio cultural, um elemento de identificação história em resgate da própria baixada e para fins de uma equidade social [...] a música como degrau de sociabilização e ascensão, mesmo impregnada de preconceitos quando se trata de um negro pois a cor da pele não define caráter, nem distingue profissões; mas o certamente a música é vista como um exemplo de notabilidade e vocação desenvolvidas na prática do convívio social ( SILVA, 2020, p.94,95).

E com a poética inspirativa do hino de Nova Iguaçu, *os acordes finais*:

Nova Iguaçu, terra linda e encantadora  
 Desde os tempos de outrora, dos meus velhos ancestrais  
 Tens uma história, cheia de belezas mil  
 O encanto fluminense, é o orgulho do Brasil.  
 A Maxambomba, dos engenhos do passado! Nova Iguaçu, dos dourados laranjais!  
 Hoje feliz, com teu rico alvorecer  
 Com teu progresso e beleza, fiz consulta a natureza,  
 És grande desde o nascer.

#### HINO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Decreto nº102 de 19 de junho de 1979.

Letra: Paulo Costa Navega; Música: Teresa Stella de Queiroz Pinheiro Lopes

#### Referências

- ALMEIDA, José Robson Maia de. **Tocando o Repertório Curricular**: Bandas de Música e Formação Musical. Dissertação de Mestrado – Coordenação do PPGE – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ANDRADE, Hermes de. **O B da Banda**. Jodima, Rio de Janeiro, 1989.
- BEZERRA, Nielson Rosa. A Cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara, Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. Companhia das Letras, 5ª edição. São Paulo, 1998.
- CONE, J. et al. **Música e Experiência de Deus**. Trad.: Gentil Avelino Titton. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 25ª Edição. São Paulo. SP. 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, Petrópolis, RJ, 2017.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Coleção 2 pontos, Marco Zero Ltda., Rio de Janeiro, 1982.

- MARINHO, Ricardo José de Azevedo; MARTINEZ, Márcia de Castro. A Memória de Benito Martinez Durán. **Revista Pilares da História, Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH**, RJ, ano 12, n.13, p.8-17, maio 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). Dias, Amália. **De Iguassu à Baixada Fluminense: Histórias de um território: Histórias de um Território**. Curitiba, PR, Appris, p.129-152, 2019.
- NOVO, José Alessandro Dantas Dias. **Educação Musical no espaço religioso: um estudo sobre a formação musical na Primeira Igreja Presbiteriana de João Pessoa, Paraíba**. Dissertação de Mestrado, Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Programa de Pós Graduação em Música, Área de Concentração: Educação Musical, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- OLIVEIRA, Luís Claudio de. **Famílias Negras Centenárias: memórias e narrativas**. Mar de Ideias Navegação Cultural, Rio de Janeiro, 2016.
- PENNA, M,; BARROS, O.R.N.; MELLO, M.R. Educação musical com função social: qualquer prática vale? **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical, ABEM**, Londrina, v.20, nº 27, p.65-78, jan-jun 2012.
- PINTO, Matheus Pereira; LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. **Um passeio pela memória de Xerém**. Duque de Caxias, RJ, Revista Pilares da História, ano 18, n.17, p. 37-44, outubro 2019.
- SANTOS, Antônio Carlos dos. **Os Músicos Negros Escravos da Real Fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832)**, Annablume, FAPESP, SP, 2009.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil (1870-1930)**. Companhia das Letras, 18ª impressão, São Paulo, 1993.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**, SP, Companhia das Letras. São Paulo.1998.
- SILVA, J.C. **FAMÍLIA PACÍFICO MUSICAL: Trajetória de uma família negra na música de banda em Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado, PPGECC – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, UERJ.FEBF Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Fernando Prestes de; LIMA, Priscila de. **Músicos Negros no Brasil Colonial: Trajetórias individuais ascensão social (segunda metade do século XVIII e início do século XIX)**, Revista Vernáculo, nº19 e 20, UFPR, Curitiba, Paraná, 2007.
- WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)**, Trad.: Vera Ribeiro, Editora Objetiva Ltda., RJ, 2010.



## NORDESTE EM DUQUE DE CAXIAS: A FEIRA NORDESTINA UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE, CULTURA E LUGAR

BRAZILIAN'S NORTHEAST IN DUQUE DE CAIXAS: THE NORTHEAST  
FAIR – A QUESTION OF IDENTITY, CULTURE AND PLACE

Noelma Dutra da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar como a Feira nordestina de Duque de Caxias se fez e se faz um lugar de identidade e cultura do povo nordestino. Dialogando com os seguintes referenciais teóricos: Silva (2018), Hall (2013) e Tuan (1983). Se trata de uma pesquisa qualitativa, trazendo minha própria experiência de vida, descritiva, bibliográfica e de campo.

Palavras-chave: Feira Nordestina. Identidade. Cultura. Lugar.

### Abstract

The present work has as main objective to show how the Northeast Fair of Duque de Caxias was made and is a place of identity and culture of the people from Brazilian's Northeast. Dialoging with the following theoretical references: Silva (2018), Hall (2013) and Tuan (1983). It is a qualitative research, bringing my own life experience, descriptive, bibliographic and field research.

Keywords: Northeastern Fair. Identity. Culture. Place.

### Introdução

Mesmo sendo filha de migrantes capixabas, sendo moradora de Duque de Caxias desde que nasci, o Nordeste também faz parte de mim, e por causa da feira nordestina, como Tuan (1983, p. 83) fala: “Quando o espaço nos é familiar, torna-se lugar”. A feira nordestina de Duque de Caxias é também o meu lugar, Tuan (1983, p. 151) “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. E mais carrego comigo, assim como muitos moradores não nordestinos a identidade e cultura nordestina, “(...) nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.” (HALL, 2013, p. 44). Por causa disso, resolvi escrever sobre isso.

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar como a Feira nordestina de Duque de Caxias se fez e se faz um lugar de identidade e cultura do povo nordestino. Dialogando com os seguintes referenciais teóricos: Silva (2018), Hall (2013) e Tuan (1983). Se trata de uma pesquisa qualitativa, trazendo minha própria experiência de vida, dialogo com os autores lidos e trabalho de campo realizado na feira em janeiro de 2021. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de campo.

Por conseguinte, podemos dizer que a feira nordestina em Duque de Caxias é um pedaço do Nordeste dentro do município. A qual não só nordestinos, mas todos moradores nascidos aqui e migrantes de outros lugares, fazem da feira também o seu lugar. É onde acontece trocas de experiências, dialogo entre identidades e culturas diferentes. E por fim, onde todos nós nos sentimos abraçados pela cultura nordestina, que o Nordeste faz parte de nossas vidas. Somos abraçados pelos sons, sabores, dança, objetos, pelas pessoas e suas histórias. Deixamos sempre um pedaço de nós e carregamos um pedaço deles. “Se abrir um coração e revirar pelo avesso, tem o mapa de um tesouro que ninguém conhece o preço: tem rua, bairro e cidade, afinal toda saudade tem um nome e endereço.” (BESSA, 2018, p. 61).

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia Cultural (UERJ), cursando bacharel e Geografia (UERJ); bolsista do NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense) e formada em Licenciatura com ênfase em Meio Ambiente (UERJ/FEBF)  
Email: noelmadutra@gmail.com

## A feira nordestina em Duque de Caxias: Reexistência

“Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: — Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.” (Graciliano Ramos – *Vidas Secas*).

Os nordestinos por muitos anos vivem numa eterna diáspora, principalmente por causa das secas na região, que já foram retratadas em obras como **O quinze** de Rachel de Queiroz e **Vidas Secas** de Graciliano Ramos e em tantas outras obras literárias. A palavra diáspora que também já foi usada por Stuart Hall é usada também por Silva (2018), ao falar das migrações de nordestinos e assim, como Hall (2013) falar da questão de identidade e pertencimento. Sobre diáspora e retornando a citação que abre esse capítulo, Silva (2018, p. 13) acrescenta “Sabe-se que as dispersões, geralmente, ocorrem por efeito de invasões, guerras, que forcem grandes contingentes a mudar de região geográfica. No caso nordestino, isso se dá pela guerra contra a fome e contra a seca que assolou dramaticamente o nordeste brasileiro (e ainda assola)”.

A feira nordestina de Duque de Caxias, tem uma importância tão grande na localidade, que no ano de 2015, foi registrada como o primeiro Bem Cultural Imaterial do município e Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo não tendo uma data certa de seu início registrado, os moradores relatam que existe há mais de cem anos, antes mesmo do município ser emancipado em 1943, Souza (2014). Sobre a origem da feira temos um relato no jornal Extra de 2012:

A migração nordestina é muito forte na cidade, e a Feira de Duque de Caxias proporciona o resgate dessa cultura”, diz a diretora do Instituto Histórico da Câmara do município, Tania Amaro. Realizada aos domingos, a feira, que conta com cerca de 1.600 barracas, ocupa as avenidas Presidente Vargas e Duque de Caxias, além da Rua Prefeito José Lacerda. Teve origem na década de 20, depois da inauguração da estação de São João de Meriti, em 1913. Na época, os produtos (frutas, legumes, carnes e roupas) eram vendidos nas plataformas, trazidos em carroças pelos agricultores. As comidas típicas, cujas barracas principais estão localizadas perto do chamado Mercado Municipal, são a grande atração. Nelas é possível encontrar caruru, vatapá, acarajé, tapioca, carne de sol e cachaça, entre outros produtos. A variedade na culinária nordestina atrai a atenção de personalidades como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Chico Anysio e Nelson Pereira dos Santos, que eram vistos com frequência no local. (Fonte: Jornal EXTRA, Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/baixadafluminense/feira-em-duque-de-caxias-resgata-culturatordestina-5893086.html#ixzz4RG859Fnq>. Acesso em: 14/01/2020)

Na década de 30, toda a Baixada Fluminense recebeu um intenso contingente populacional de migrantes, que vinham para a capital do Brasil, na época o estado do Rio de Janeiro. Até metade do século passado Duque de Caxias, assim, como outros municípios da Baixada, recebeu uma enorme quantidade de nordestino de vários estados. Silva (2018, p. 118) complementa: “Em suas diásporas, os nordestinos ocupam as periferias das grandes metrópoles. Apesar de não se estabelecerem apenas nos espaços de concentração ou aglutinação, estão em destaque nos centros comerciais e principalmente na forma de trabalho.”

A feira nordestina de Duque de Caxias, começa aos sábados à noite com bandas, músicas, danças e barracas com culinária típica nordestina. No domingo na parte da manhã até a tarde, mais de mil barracas e feirantes livres cruzam todo o bairro da 25 de Agosto. Diferente da Feira de São Cristóvão, a de Duque de Caxias é aberta, na rua, e sem cobrança de entrada, o que a torna mais democrática. Como completa Silva (2018, p. 120):

Há mais de 50 anos, os costumes nordestinos são preservados e transmitidos às novas gerações pela tradicional Feira de São Cristóvão e de Duque de Caxias. Estas feiras são

responsáveis pela continuidade de costumes e tradições de diversas regiões, principalmente do nordeste. Sabe-se que parte da população do Rio de Janeiro é composta de nordestinos que a décadas migraram em busca de oportunidades de trabalho e aqui permaneceram. (SILVA, 2018, p. 120)

Outro ponto a ser destacado é que quando o nordestino sai de sua terra, do seu lugar, ele fica com medo do que vai encontrar no novo espaço desconhecido para ele. Tuan (1983, p. 70) diz “As pessoas são seres sociais. Gostamos da companhia de nossos semelhantes. Como toleramos ou apreciamos a proximidade física de outras pessoas, por quanto tempo e em que condições, varia sensivelmente de uma cultura para outra”. A feira nordestina, faz com que o nordestino se reencontre com suas memórias, cultura e identidade. Silva ainda acrescenta (2018, pp. 123, 124):

A feira de Caxias é mais do que um lugar para conhecer ou matar as saudades do artesanato, das roupas típicas e do patrimônio culinário do Nordeste – como o vatapá, o acarajé, a buchada, a carne de sol, a rapadura, o queijo coalho e o sarapatel. A feira, a festa e o lazer são desdobramentos da nordestinidade, do imenso amor e compromisso que o nordestino tem com seus costumes e seus contemporâneos. Tem necessidade visceral de conviver, repartir e dialogar. Cada visitante busca na feira uma referência identitária grupal, lá se tem amigos, conhece e se é reconhecido. (SILVA, 2018, pp. 123-124)

A feira nordestina de Duque de Caxias é um lugar de encontro entre nordestinos e não nordestinos, onde todos tem apego as mesmas coisas. Pessoas trocam experiências e memórias comuns ou não. Nos tornamos íntimos do lugar, das pessoas, do paladar, do cheiro, da paisagem, do som ao mesmo tempo que é um lugar de passagem, é um lugar de permanência. Mesmo não estando ali todos os dias, está em nossa memória, faz parte da identidade de todos moradores de Duque de Caxias, independentemente de onde vieram e para onde vão. A feira nordestina de Duque de Caxias, está guardada na memória de cada um de nós. Como nos fala Tuan (1983, p. 156):

Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. Como são esses lugares? São transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, mas não são guardados como instantâneos no álbum de família nem percebidos como símbolos comuns: lareira, cadeira, cama, sala-de-estar, que permitem explicação detalhadas. Não se podem desenhar nem planejar deliberadamente, com a mínima garantia e êxito, as ocasiões de troca genuína de intimidade. (TUAN, 1983, p. 156)

Nesse mundo moderno e globalizado a qual estamos inseridos, que tudo muda a todo tempo, o tempo todo. A feira nordestina de Duque de Caxias, parece que parou no tempo e no espaço. Ela continua ali domingos após domingos, anos após anos. Ela nos permite criar raízes profundas, através de experiências únicas e também coletivas. Ela nos oferece experiências singulares envolvendo todos os sentidos. Ela é um lugar de resistência e reexistência. Termina com as palavras de Tuan (1983, p. 203):

O homem moderno se movimenta tanto, que não tem tempo de criar raízes; sua experiência e apreciação de lugar é superficial. Esta é uma sabedoria convencional. O conhecimento abstrato *sobre* um lugar pode ser adquirido em pouco tempo se se é diligente. A qualidade visual de um meio ambiente é rapidamente registrada se você é um artista. Mas “sentir” um lugar leva mais tempo: se faz da experiência, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. E uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos. (TUAN, 1983, p. 203)

### “Lugar é uma pausa no movimento” (Tuan)

Augé (1994) fala do conceito de lugar na visão do antropólogo, que precisa ter três características “identitário, relacional e histórico” e quando não existe estes três elementos é um espaço um “não-lugar”. Que o lugar de nascimento é nossa identidade individual. O lugar histórico é a memória coletiva. Interessante notar que mesmo os descendentes de nordestinos já nascidos no município de Duque de Caxias, se sente nordestino, está voltado para a cultura e identidade nordestina e a um “não pertencimento” a cultura local de Duque de Caxias, como fala Silva (2018, p. 71) “Este sujeito transita no não lugar sem perder sua raiz cultural”. Duque de Caxias é um “não-lugar” para os migrantes e filhos de migrantes nordestinos, como nos fala Augé (1994) é um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico para eles. É como se todos estivessem aqui de passagem, esperando um dia retornar. Porém, a feira nordestina aos sábados à noite e domingo de manhã até a tarde, se torna um lugar, de identidade, memória e história.

Quando o migrante chega no estado Rio de Janeiro, no município de Duque de Caxias, ele encontra a liberdade, não conhece ninguém, não tem seus vizinhos, suas ruas, sua culinária, tudo é novo. Mas, ele busca na feira nordestina o seu lugar. Parafraseando Santos (1988), lugar é aquele pedaço do mundo, onde acontecem algumas possibilidades. O lugar é aquele pedaço do mundo que desempenha um papel na nossa história, na nossa vida. É nele que temos inteiramente aquele sentimento de pertencimento. Conforme salienta Tuan (1983, p. 141) “O espaço tem significado temporal nas reflexões do poeta, na mística da exploração e no drama da migração. O espaço também tem significado temporal ao nível das experiências pessoais do dia-a-dia. A própria linguagem revela a íntima conexão entre pessoa, espaço e tempo.”

Falando de experiência, na feira temos a experiência dos próprios nordestinos que tem a oportunidade de viver seu lugar em outro lugar. E seus filhos e netos que já nasceram no município de Duque de Caxias ou em outros municípios do estado do Rio de Janeiro, mas tem essa identidade de pertencimento totalmente voltado para a cultura nordestina. E também existe a experiência de pessoas como eu nascida no município de Duque de Caxias, de descendência nada relacionada a cultura nordestina, mas que vive a feira nordestina de Duque de Caxias desde sempre. E assim essa cultura nordestina, faz parte também da vida de todos moradores da região de forma direta ou indireta. Tuan (1983, p. 9) acrescenta:

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. (TUAN, 1983, p. 9)

Ademais o lugar é onde podemos viver os nossos sentidos relacionados com identidade e símbolos. Na feira nordestina de Duque de Caxias o lugar é vivido em todos sentidos. Na culinária podemos sentir gostos e cheiros, olfato e paladar. Na música tradicional nordestina a audição e tato, ouvimos e dançamos. E em toda paisagem, a visão ver a todo momentos elementos da cultura nordestina. Exemplo são as xilografias<sup>2</sup>, presente em toda parede do barracão que faz parte da feira.

É irrefutável que os símbolos da cultura nordestina, estão presentes em toda paisagem da feira. A música, a dança, a culinária, os objetos, só em olharmos para tudo isso, só em ouvir e sentir, sabemos sem nada ser dito que estamos inseridos numa cultura totalmente vinda do Nordeste. Como exemplo a carne de sol e carne de cabrito e carneiro, quando vemos, sentimos o cheiro e o gosto, isso nos leva direto ao Nordeste, sem precisar ninguém nos falar. Sobre símbolos Tuan (1983, p. 129) completa: “O símbolo é direto e não requer mediação linguística. Um objeto se torna um símbolo quando sua própria natureza é tão clara e tão profundamente manifesta que, embora seja inteiramente ele mesmo, transmite conhecimento de algo maior que está além.”

---

<sup>2</sup> Figuras comuns para dar representatividade a literatura de cordel.

Além do mais, a feira nordestina de Duque de Caxias é também um tipo de espaço mítico. Concordando com Tuan (1983), podemos dizer que a feira é também uma extensão conceitual dos espaços familiares e cotidiano de experiências diretas. Antes do nordestino chegar na feira, ele ouve falar sobre ela, a imagina, a fantasia, Tuan (1983, p. 91) "(...) nossa imaginação constrói geografias míticas que podem ter pouca ou nenhuma relação com a realidade. Os muros das fantasias são construídos sobre pouco conhecimento e muita vontade". A feira pode ser fantasiada de um modo, para atender a vontade do nordestino, porém nem sempre essa expectativa é alcançada na realidade. Porém, é o que ele tem no momento, conforme fala Tuan (1983, p. 99) "Os pequenos mundos da experiência direta são bordejados por áreas muito mais amplas conhecidas indiretamente através de meios simbólicos."

Por outro lado continuando com os pensamentos de Tuan (1983, p. 114) "O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana". Sendo a feira, um espaço construído pelo homem, está sendo moldada a todo tempo, para atender não somente as necessidades culturais e identitárias do nordestino. Mas, também para atender toda a comunidade local. Podemos ver isso, na venda de produtos como peixes, frutas, legumes, verduras, flores, pastel com caldo de cana, etc. Logo a feira nordestina de Duque de Caxias de certa forma é um ambiente planejado para atender a uma diversidade de necessidades locais, tradições, identidades, memórias e tudo mais.

Sendo assim, nessa ida e vinda de migrantes, nessa correria do dia a dia de casa e trabalho, casa e escola, faculdade, cursos, igrejas, etc. A feira nordestina de Duque de Caxias parafraseando Tuan, é uma pausa no movimento. É onde essas pessoas e todos nós nos sentimos acolhidos, por um povo, por uma cultura, por uma gente guerreira e resistente. Temos certeza que faça chuva ou sol, até em meio a pandemia da Covid-19, a feira estará ali aos domingos, nas mesmas ruas, com as mesmas pessoas, com os mesmos sabores e cheiros "A permanência é um elemento importante na idéia de lugar" (TUAN, 1983, o. 155). Termina com as palavras do geógrafo Tuan "A afeição duradoura pelo lar é em parte o resultado de experiências íntimas e aconchegantes" (1983, p. 153).

### **Agregando a identidade a novas identidades**

A identidade de Duque de Caxias se mistura com as identidades de vários lugares. Mas, como meu objetivo aqui é falar da identidade nordestina, essa vai além da feira nordestina no município. Barbosa Leite é um grande exemplo, respeitado artista nordestino na Baixada Fluminense, mesmo depois de sua morte, deixou sua marca. Ele é autor do hino oficial de Duque de Caxias<sup>3</sup> (abaixo o hino), além do mais ele ajudou a outros nordestinos migrantes a dizimar suas culturas na região, desde a literatura de cordel até a comida nordestina servida na feira, Silva (2018).

Nesse hino Barbosa Leite, exalta a cidade que o recebeu, fala da natureza, da atividade industrial e do acolhimento de forma geral de migrantes e imigrantes. Em todo município de Duque de Caxias, encontramos marcas da identidade nordestina, até porque eles correspondem a grande parte da população local nos dias atuais, Souza (2014). Por outro lado percebemos em comum nos nordestinos e filhos de nordestinos nascido no município, que todos tem uma ligação com o Nordeste, e um sentimento de retorno. Acerca disso Hall (2013, p. 28) fala:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural, seja, fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. E impermeável! a algo tão "mundano", secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades — os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor. (HALL, 2013, p. 28)

A questão de identidade nordestina mesmo fora do Nordeste que a feira traz a todo momento, tem como objetivo não apenas marcar suas culturas, valores simbólicos e materiais. É uma forma

<sup>3</sup><https://www.lettras.mus.br/hinos-de-cidades/941155/>

também deles se protegerem em território estranho, proteger suas marcas indenditárias, de se protegerem contra o descaso das autoridades políticas, que por séculos parece fechar os olhos, para suas questões naturais e fenomenológicas. A feira é resistência antes de tudo, na qual seus patrimônios materiais e imateriais são protegidos, por eles mesmos. Quando o nordestino migra, ele se junta a seu grupo, no novo destino, faz questão de manter laços. Ele mantém uma ligação com sua identidade, mesmo não estando presente de forma física no seu lugar, se mantém fiel as suas tradições e origem. Como Hall (2013, p. 29) fala:

Trata-se, e claro, de uma concepção fechada de "tribo", diáspora e pátria. Possuir uma identidade cultural nesse sentido e estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical e o que chamamos de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade as origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade". E, claro, um mito — com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado as nossas vidas e dar sentido a nossa história. (HALL, 2013, p. 29)

O nordestino está na feira nordestina, não é o mesmo de estar no seu lugar no Nordeste. Porém ao mesmo tempo que está longe fisicamente, está perto emocionalmente. A feira permite esse sentimento de pertencimento, de acolhimento, de identidade. Ao mesmo tempo há saudades e o lugar e suas memórias são trazidos para perto, para dentro desse migrante. Não só em pensamento, mas em materialidade, dos objetos, da comida, das pessoas. Sobre isso Tuan (1983, p. 164) nos fala: "Eis aqui um paradoxo aparente: o pensamento cria distância e destrói a proximidade da experiência direta; é, no entanto, através do pensamento reflexivo que os momentos fugidios do passado são trazidos para perto de nós na realidade presente e ganham uma certa forma."

Falando de identidade nordestina, isso se faz presente principalmente na culinária de forma geral, frutas, bebidas, queijos, biscoitos, bolos, entre outros que estão em todo lugar na feira nordestina de Duque de Caxias, e faz de certa forma com que essa população tenha uma ligação com sua identidade, através do paladar. Um exemplo é a fruta ciriguela bem comum no Nordeste do Brasil e encontramos na feira. Outro exemplo são os caranguejos também bem comum em alguns lugares do Nordeste, como Pernambuco e até gerou o romance do geógrafo e nordestino Josué de Castro **Homens e caranguejos**.

Vale ressaltar, que Duque de Caxias é formado de várias identidades, de vários estados do Brasil. Se buscarmos mais fundo, chegaremos aos sambaquis, a tribos indígenas que viveram aqui antes da chegada dos portugueses, aos portugueses, negros que vieram como escravos, etc. Souza (2014). Hall ainda afirma "(...)a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo — dizimados pelo trabalho pesado e a doença" (2013, p. 30). A identidade cultural do nordeste é mais uma, que no meio dessa diversidade, conseguiu uma forma de se destacar, de se manter viva.

Em síntese, Hall (2013) em toda sua obra fala que a experiência de identidade é marcada a partir do que ele chama de diáspora, como também Silva (2018). Levando em conta a hibridação das identidades que por muito tempo foram apresentadas como fixas, imutáveis e puras. Porém ele mostra que na identidade há transições e transformações, acompanhadas pelas mudanças tecnológicas, econômicas e culturais. Contemporaneamente, migração, emigração e imigração tendem a ser representadas como diáspora. Logo penso que nossa identidade sempre sofrera mudanças, porém sua raiz continuará preservada. A feira nordestina de Duque de Caxias nos mostra isso, ela continua a sua essência atravessando o tempo histórico e o espaço geográfico.

## **Cultura: O caminho que percorremos para conhecermos a nós mesmos**

O Brasil de forma geral é formado por diversas culturas, onde se mesclam culturas nacionais com as internacionais ao longo do tempo. Mesmo assim, cada região, cada estado, cada cidade e até bairros mantêm suas próprias identidades. Posso falar até que cada rua. Uma forte marca da cultura nordestina, que sempre encontramos na feira é a literatura de cordel. A literatura de cordel é também reexistência de suas culturas e identidades, de suas questões sociais, a qual eles se fazem ser ouvidos. Além do mais, muitas coisas são deixadas para trás, nesse êxodo, como casas, roupas, objetos e até familiares. Porém o cordel, o nordestino leva consigo na mente, no coração, na alma e isso, ninguém pode tirar dele, como salienta Silva (2018, p. 13):

O Cordel, no caso dos retirantes do nordeste brasileiro, não é apenas um espaço de expressão artística, nem somente um veículo de tristeza e alegrias do cotidiano, ou das incertezas e apatias do poder público. O cordel é uma das veias do sangue poético, criativo dos nordestinos. É uma marca identitária-artística que o acompanha, como vela em mares de insegurança, tristezas, alegrias ou esperança, em busca de uma terra prometida, que vela pela tradição da cultura de matriz nordestina. (SILVA, 2018, p. 13)

Outra marca da cultura nordestina são os objetos. Objetos que os nordestinos usam, outras culturas compram apenas para ser enfeites. Objetos são passado de geração para geração, como patrimônio daquelas pessoas, e atravessam o tempo e o espaço. Objetos como esses também são encontrados na feira, vinda diretamente do nordeste, para atender seus locais aqui. Os objetos marcam profundamente a identidade de uma cultura. E os objetos tem um significado especial, para a cultura a qual ele pertence. Tuan (1983, pp. 181, 182) acrescenta:

Objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta a percepção. No entanto, certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares através da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas. Talvez qualquer grande aspectos na paisagem crie seu próprio mundo, o qual pode aumentar ou diminuir segundo o interesse momentâneo das pessoas, sem perder inteiramente a sua identidade. (TUAN, 1983, pp. 181-182)

Dito tudo isso, sabendo que com a globalização as fronteiras culturais já não existem mais. Tudo que encontramos na feira nordestina de Duque de Caxias e até a própria feira em si, marcam a experiência de identidade e cultura do nordestino, se tornando um lugar de cultura abundante e diversificada. Encontramos no mesmo lugar o saber popular, o hibridismo cultural, a migração, a temática social, e em cada canto da feira encontramos marcas da cultura nordestina. “Cada cultura possui seus próprios símbolos de intimidade, amplamente reconhecido pelas pessoas” (TUAN, 1983, p. 163).

Além do mais, a cultura faz as particularidades dos lugares, quando um grupo de migrantes sai, está levando em sua bagagem todas as suas culturas. Que uma pessoa sozinha não consegue carregar. A feira nordestina de Duque de Caxias é um pedaço do Nordeste no Sudeste, é a Paraíba, Ceara, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte dentro de Duque de Caxias. É onde o migrante encontra em cada objeto, cada prato de comida, em cada nordestino, em cada refrigerante Jesus, um carinho na alma, coisas que para muitos parecem banais, porém de grande significado para essas pessoas. “Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato” (TUAN, 1983, p. 152).

Geertz (1989, p. 27), fala de um pensamento a qual se diz difícil saber o que é natural, universal e constante do ser humano. Com o que é convencional, local e variável. A feira nordestina de Duque de Caxias, podemos observar claramente a diferença entre esses elementos. Comer, beber, ouvir música é natural, constante e universal de qualquer ser humano (ou pelo menos deveria ser), porém o tipo de

comida, de bebida, de música, isso é convencional, local e variável. Muda de cultura para cultura. Nesse reencontro com sua cultura a pessoa deixa de ser o motorista de ônibus, a empregada doméstica, o caixa de supermercado, deixa de ser o pai, a mãe e filho. É a hora dele assumir sua identidade e ser completamente nordestino.

Trazendo a questão de influenciar e ser influenciado. Sabemos que há culturas e pessoas que são totalmente influenciadas por outras. No livro **O cortiço** de Aluísio Azevedo, percebemos que todas as pessoas que vão morar no cortiço, são influenciadas pela cultura daquele lugar, independentemente de onde vieram, de qual classe era, ali se tornam praticamente todos praticantes da mesma cultura. Quando Stuart Hall vai para Inglaterra, como relata no seu livro **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, ele relata o quanto se sentiu fora daquela cultura. Retornando ao nosso assunto em questão, uma coisa que fica bem evidente, é que o povo nordestino de forma geral, não são influenciados por outras culturas e sim influenciadores.

Continuando com Hall (2013), o autor também relata que a cultura popular leva consigo uma ressonância, que a própria palavra popular tem constantemente seu apoio nas experiências do dia a dia, nas tradições, nas memórias, de coisas que envolve a população. Dessa forma, a cultura dita popular são experiências de pessoas comuns, fixando autenticidade, e a cultura popular historicamente tem se tornado a forma dominante da cultura global. Pois essa cultura abre espaço para homogeneização, na qual os estereótipos e as formulas acionam as experiências dentro da sua rede, lugares que ocorrem o controle com respeito a narrativas e representações que passa as mãos das burocracias culturais ditas de quando em quando até sem resistência. A feira nordestina em Duque de Caxias, representa tudo que Hall fala, sobre isso Silva (2018, p. 129) acrescenta:

A feira é um espaço geográfico humanista, político, social e cultural na qual as culturas dialogam a todo momento com os diversos sujeitos sociais que transitam buscando e levando informações, comprando instrumentos e objetos representativos de sua cultura, assistindo e atuando em tempo real, estudando, escrevendo a dinâmica da feira, do 'não lugar', de espaço interdisciplinar carregado de valores simbólicos de raças e etnias diferentes. (SILVA, 2018, p. 129)

Logo, podemos perceber que a cultura nordestina faz parte da cultura do município de Duque de Caxias. Porém, parece que a cultura de Duque de Caxias não faz parte da cultura nordestina. Nessa perspectiva, o nordestino ao vim para o município continuar preso a sua identidade de uma forma tão complexa e sólida, que não abre muito espaço para ser influenciado por outras culturas. E sua cultura é tão forte, que eles são capazes de influenciar outras culturas a se envolverem totalmente em seu mundo.

## Considerações finais

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho. O próprio leite das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. Depois olhou um garotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergôntea estorricada. E ao dar as costas, rumo à casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente: - „ Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 2015, p. 24 – 25).

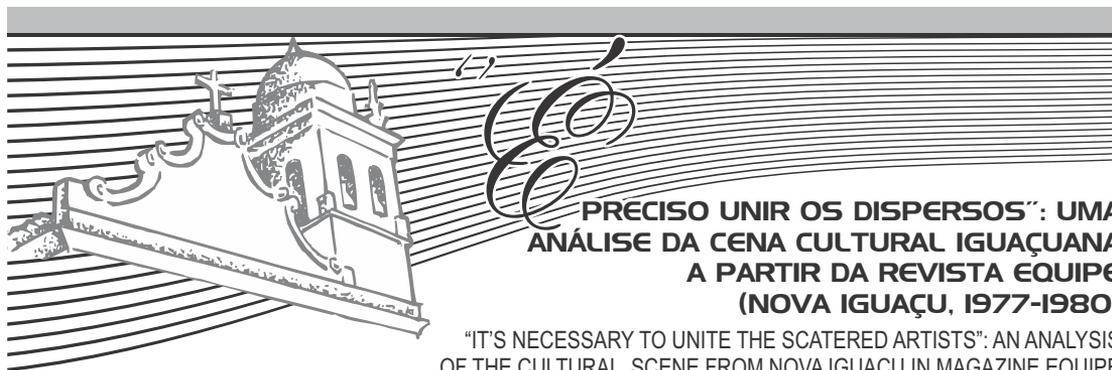
Quando lemos os livros ou vemos filmes que retratam o Nordeste, na maioria das vezes ficamos em um estado de depressão profunda. Com ódio dos governantes e até raiva de Deus e de qualquer outra divindade. E quando conhecemos um nordestino, muitas das vezes não entendemos essa vontade dele querer voltar para um lugar, que praticamente o expulsou de lá, por causa da falta de condições básicas de sobrevivência. Quando lemos esse trecho no livro de Queiroz (2015), só sentimos tristeza,

imaginamos essa paisagem descrita totalmente sem vida e a única vida que ainda resta está preste a ser perdida.

Porém penso que existe muitas formas de ver a vida e a nossa existência, escrevemos livros, poemas, músicas, e escolhemos se vamos ficar do lado bom ou ruim. Nesse artigo procurei olhar o lado belo das coisas, e como existe vida na cultura nordestina. Se todos eles querem voltar para a sua terra, é porque amam aquele lugar, independentemente de qualquer coisa. Na feira nordestina de Duque de Caxias, temos a oportunidade de ver toda essa vida, cultura e identidade. Porque o nordestino leva o lugar dentro dele, e esse lugar se infiltra na alma cultural de onde ele chega. O nordestino não fica esperando retornar a sua terra, para reviver sua cultura. A migração para ele, não é um processo de desenraizamento. Ele não corre esse risco de ficar sem seu queijo coalho, sem seu baião de dois, sem seu forró, sem seu guaraná Jesus. Pelo menos no município de Duque de Caxias. Logo, podemos concluir com tudo que foi posto, que a resistência não é apenas social, mas acima de tudo cultural. Terminei dizendo que tenho orgulho de ser capixaba, negra, italiana, índia e também Nordestina.

## Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares** – Introdução a uma antropologia super modernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AZEVEDO, Aluizio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997
- BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma**. Rio de Janeiro: Sextame, 2018.
- CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- Feira nordestina considerada patrimônio.  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/857aa49e72a5fc9b83257f1c0048762c?OpenDocument>. Acesso em 14/01/2021.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. **“A identidade cultural da pós-modernidade”**. Rio de Janeiro: DO&A Editora, 2003.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- Hino oficial de Duque de Caxias in <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/941155/>. Acesso em 08/01/2021.
- QUEIROZ, Rachel. **O quinze**. 98ªed, Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 127ªed, Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- Relato do início da feira nordestina de Duque de Caxias.  
<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixadafluminense/feira-em-duque-de-caxias-resgata-culturanordestina-5893086.html#ixzz4RG859Fnq>. Acesso em 14/01/2021.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SILVA, José. **Diáspora Nordestina: a literatura de cordel como marca indenitária**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.



## PRECISO UNIR OS DISPERSOS<sup>1</sup>: UMA ANÁLISE DA CENA CULTURAL IGUAÇUANA A PARTIR DA REVISTA EQUIPE (NOVA IGUAÇU, 1977-1980)

"IT'S NECESSARY TO UNITE THE SCATERED ARTISTS": AN ANALYSIS OF THE CULTURAL SCENE FROM NOVA IGUAÇU IN MAGAZINE EQUIPE (NOVA IGUAÇU, 1977-1980)

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre; Jonatan Magella da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo discute o papel desempenhado pela revista *Equipe* no campo das artes em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, entre os anos de 1977 e 1980. Tendo em vista a ausência de estudos sobre o impresso, o trabalho trata de sua fundação, da mediação entre artistas e leitores, e do incentivo às diferentes linguagens da produção cultural periférica. Palavras-Chave: Imprensa; Arte; Cultura; Nova Iguaçu; *Equipe*.

### Abstract

Abstract: The article discusses the role played by *Equipe* magazine in the art sector in Nova Iguaçu, a city located in the Baixada Fluminense, from 1977 to 1980. Given the absence of studies on the press, the text talks about its foundation, its mediation between artists and readers, and its encouragement to the different languages of peripheral cultural production.

Keywords: Press; Art; Culture; Nova Iguaçu; *Equipe*.

### Introdução

Em entrevista concedida em janeiro de 2021, Enock Cavalcanti, jornalista nascido em Nova Iguaçu e ex-morador da cidade, afirmou que a cena cultural iguaçuana possuía grande efervescência e integração nos anos de chumbo:

Nós éramos os adoradores de Caetano, de Gil dessa geração; leitores do Pasquim; então os grupos se fazem, como o Clube da esquina de Minas [...] havia referências nacionais [...] e por vias transversas sabendo das dores do Brasil na ditadura, prisões, exílios [...] lutamos pela anistia [...] e em Nova Iguaçu a gente também queria fazer parte desses movimentos. Então se alguns faziam comício, alguns cantavam [...] a gente produzia literatura e fazia jornalismo. (CALVACANTI DA SILVA, 2021, 1h17m35s)

Na contramão do vazio cultural e da completa censura, a memória tecida pelo jornalista a partir da revista *Equipe*<sup>2</sup>, periódico destinado a difundir a cena artística de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, entre os anos de 1977 e 1980, nos instiga a situar a relação entre o referido impresso e a difusão da cena cultural local.

É sabido que o número de trabalhos acadêmicos sobre a região é crescente nas últimas décadas<sup>3</sup>,

<sup>1</sup>Doutora em História pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (marialuciabsa@gmail.com); Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Especialista em Educação para as relações étnico-raciais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor da Secretaria Municipal de Nova Iguaçu (SEMED) e da Secretaria Municipal de Educação de Seropédica (SMECE) (Jonatanmagella@gmail.com)

<sup>2</sup>Das treze edições da revista *Equipe* analisadas neste artigo, onze foram fotografadas do rico acervo do poeta Edgar Vieira Matus (Moduan Matus) e duas foram cedidas pelo também escritor Marcos Antônio da Silva (Miúdo).

<sup>3</sup>Ver trabalhos de conclusão de curso de licenciatura em História da UFRRJ campus Nova Iguaçu: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/31>. Acessado em 23, set.2021.

especialmente no que tange aos processos de escolarização, movimentos sociais, relações étnico-raciais e disputas político-partidárias. Contudo a quantidade de estudos sobre o campo cultural é considerada menor quando contabilizamos o volume de ações individuais, instituições e coletivos produtores das artes na Baixada Fluminense a partir da segunda metade do século XX<sup>4</sup>.

Historicamente, a cena cultural iguaçuana – aqui nos ateremos a Nova Iguaçu - é referenciada a partir de espaços associativistas responsáveis por legitimarem, entre os anos 1950 e 1960, práticas culturais realizadas pela elite estabelecida a partir da citricultura, principal atividade econômica, nas três décadas anteriores. De acordo com Maria Lúcia Alexandre (2015), a Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL), instituição fundada em agosto de 1955 por membros provenientes da “civilização da laranja”, produziu uma literatura memorialística vinculada à cidade no período pujante da citricultura. “[C]ostumes e valores eram incentivados por meio de produções teatrais, mostras artísticas, danças populares, saraus, conferências e cursos que enalteciam e preservavam o que era “originalmente” iguaçuano. (ALEXANDRE, 2015, p.130).

Tanto as obras editadas pela AIL quanto as produções movidas por outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI) – criado em 1962 e dirigido pelo árcaide Ruy Afrânio Peixoto -preencheram páginas do *Correio da Lavoura*, semanário fundado por Silvino de Azeredo em 22 de março de 1917. Plataforma da modernização do campo, da instrução e de reformas sanitárias nos anos 1920 e 1930, a folha de propriedade da família Azeredo fez com que pautas vinculadas à cultura dominante predominassem nos anos seguintes. Nas palavras de Amália Dias “O *Correio da Lavoura* [...] exercia a propaganda ruralista no município de Nova Iguaçu [...]” (DIAS, 2012, p.62) haja visto o espaço dado ao tema pelos intelectuais reunidos em sua redação. Isso cristalizou referências culturais estabelecidas pelo grupo, de modo que produções oriundas de camadas populares fossem encobertas nas décadas seguintes. A constatação se concretiza quando buscamos a circulação de outros grupos e sujeitos que não provenham da elite patriciana, mesmo o território iguaçuano adquirindo novos contornos a partir dos anos 1960.

Nova Iguaçu tornou-se um município bem diferente da “cidade perfume” idealizada pelo *Correio da Lavoura* e seus personagens saudosistas, uma vez que as terras antes fruticultoras receberam uma massa de migrantes buscando propriedades a custo baixo e acesso relativamente fácil à capital. (SIMÕES, 2006). O processo de retalhamento das terras associado aos movimentos emancipatórios de Duque de Caxias (1943), São de João de Meriti (1947) e Nilópolis (1947) evidenciaram a ausência de investimentos em infraestrutura em distritos, agora emancipados. De acordo com Lúcia Silva:

A região que antes era apenas um município chegava ao final do Estado Novo como dois, embora consolidando apenas uma dinâmica social, aquela voltada para ocupação urbana sem urbanização, cuja estética é a dos loteamentos sem infraestrutura. Enquanto politicamente a região se dividia em unidades diferentes, a realidade tornava-se única sob o signo da periferização. (SILVA, 2018, p.24).

A ilegalidade de loteamentos abertos em todo município, para receber essa mão de obra em busca de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, potencializou problemas de ordem urbana – transporte, saneamento, abastecimento d’água, violência - para uma rede de sujeitos estabelecidos a partir de vínculos familiares, religiosos e laborais provenientes da mesma origem social - pobre, migrante, analfabeta, trabalhadora - em grande parte, sem entrada em espaços formais de representação civil e política. Nos anos subsequentes ao golpe civil-militar de 1964, os filhos dos migrantes instalados na Baixada Fluminense se articularam politicamente, dado o acesso à educação formal e especialização técnica. Romperam entraves do estado de exceção e buscaram avanços em setores como saúde, habitação e ensino, mesmo o município sendo palco de constantes mudanças no poder executivo municipal (BATISTA, 2014).

<sup>4</sup>Dentre os inúmeros exemplos, podemos citar a escola de teatro Fábrica dos atores, a Escola Livre de Cinema, os eventos literários Sarau de Poetas e afins e Aleatórios, o Instituto Enraizados e o Centro Cultural Donana.

A partir de 1974, a chamada Distensão do Governo Geisel fez com que a sociedade civil se reorganizasse contra a ditadura e buscasse assegurar seus direitos e deveres. Em Nova Iguaçu, surgiram movimentos em busca de melhorias em bairros populares, como o Movimento da Associação de Bairros, o MAB (1974); a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu (1978); organizações sindicais (sindicato dos rodoviários) e partidárias, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (1980). O êxito dessas ações organizadas fez, inclusive, com que homens e mulheres da região se projetassem tanto no campo político, quanto no campo cultural nacional dos anos 1980, como a atriz Mariah da Penha, que atuou em novelas da rede Globo, e o ex-vice-governador do Rio de Janeiro, Francisco Amaral.

Organizações de ordem civil e religiosa, despontaram concomitantemente à amplitude adquirida pelo campo cultural e jornalístico iguaçuano. O florescimento de grupos teatrais, cineclubes e reuniões de escritores era resultado de ações organizadas por indivíduos como Luís Ferrão. Jornalista e editor da revista *Equipe*, Ferrão também participou de espetáculos teatrais com o Teatro Independente de Nova Iguaçu (TINI), do cineclubes, do MAB e de reuniões da Comissão de Justiça e Paz. Esse múltiplo envolvimento permitiu que o jornalista promovesse um intercâmbio entre diversas áreas da cultura municipal, isso foi materializado em contos, reportagens e críticas na revista *Equipe*, textos nos quais tratou sobre desigualdades sociais e os problemas gerados a partir delas. Além disso, o aspecto boêmio da arte produzida por Ferrão e seus companheiros nos anos 1970 deve ser ressaltado, uma vez que o bar tornou-se um importante locus da cultura iguaçuana, como demonstra Leonardo Onofre (2011) em seu trabalho acerca do Daniel's Bar, importante espaço de apresentações e discussões artísticas entre 1989 e 1996, em Nova Iguaçu.

Alguns dos trabalhos recentemente redigidos sobre a cultura na Baixada Fluminense durante a ditadura civil militar apresentam os caminhos tomados para que críticas sociais ao regime reverberassem, mesmo sob os olhos da censura e da perseguição política. Como demonstra Geiza Araújo (2017), no início dos anos 1980 – período de reabertura democrática - os Festivais da canção de Nova Iguaçu foram realizados no teatro Arcádia e no Instituto de Educação Rangel Pestana. Canções como *Servidores da força*, de Wilsinho, e *Sonho com a liberdade*, de Dida Nascimento, foram autorizadas pelo Serviço de Censura de Diversão Pública (SCDP) apenas para participar do festival. Muitas das vezes os censores não liberavam as músicas por conterem “cunho político oculto” ou “ameaças” aos costumes e à família. (ARAÚJO, 2017, p. 36). Nesse sentido, é possível traçar um paralelo e compreender que, mesmo sofrendo repressões ao direito de expressão, os editores da *Equipe* conseguiram produzir uma imprensa alternativa relevante na cidade.

Para além dos eventos, encontros e grupos citados em alguns desses trabalhos, cabe destacar o papel da imprensa nesse período. O campo jornalístico tornou-se um importante polo para algumas lideranças ligadas diretamente ou não a movimentos sociais e partidários. Mesmo com a investidura do regime militar contra a liberdade de imprensa, seja de grandes grupos de comunicação ou não, surgiram no país veículos ditos alternativos, que buscavam, em maioria, defender os direitos humanos, combater o regime e dar voz às classes subalternas (SOBRINHO, 2001, p. 118). Em Nova Iguaçu, existiram jornais combativos à intervenção militar, como *O Pontual*, que, dirigido por Góes Telles, fez oposição a João Batista Lubanco, interventor federal na cidade entre 1975 e 1977.

Na primeira metade dos anos 1970, o jovem Enock Cavalcanti levou o texto “*Parada obrigatória para pensar*” até a redação do *Pontual* para obter sua publicação. Recebido por Adalberto Cantalice, logo foi admitido como colunista, e em 1976, tornou-se editor. Nesse mesmo ano, Cavalcanti acolheu Laís Amaral Júnior como cronista do periódico. Enquanto isso, o suplemento cultural do jornal reuniu a produção literária de poetas da região em colunas como “*Corja dos ex*”, editada por Luís Ferrão. Vale ressaltar que esses autores não possuíam graduação na área de jornalismo, visto que até o fim dos anos 1970 o diploma de jornalismo podia ser obtido apenas comprovando a experiência no campo.

Embora existissem outros jornais na cidade, como *Correio da Lavoura*, *Correio de Maxambomba* e o *Jornal de Hoje*, o *Pontual* permitia que seus colaboradores tecessem críticas à ditadura, principalmente às forças políticas locais. Segundo Luís Ferrão (2021, s/d), Góes Telles dizia que os jornalistas deveriam

dar “borrachada mesmo [nos interventores]”. Ainda segundo Ferrão, Telles contratava advogados de defesa para os jornalistas e assinava a carteira de trabalho para dar segurança trabalhista. Apesar dessa abertura a críticas, o *Pontual* possuía uma linha editorial que opunha certos limites aos colaboradores, como afirmou o cronista Laís Amaral Júnior, em depoimento:

O *Pontual* era um jornal normal, um jornal tradicional, a grande imprensa do município [...] então a gente seguia a cabeça do dono [...] e o jornal fazia uma certa oposição à situação política do município [...] claro que às vezes saía uma ou outra coisa que pegasse o país ou a ditadura [...] então o jornal podia ser censurado de alguma forma, não só o dono vir falar com a gente, mas também o dono ouvir alguma repreensão. Então ali [na imprensa alternativa] a gente se sentia mais liberto. (AMARAL JUNIOR, 2021, 58m07s).

Nesse sentido, Enock Cavalcanti contou, também em entrevista, que a revista *Equipe* surgiu a partir dessa busca por uma liberdade editorial irrestrita:

Dentro do *Pontual*, fomos nos conhecendo. Laís, Ferrão, o Cantalice já estava lá [...] conhecemos alguns desenhistas da época; conhecemos o esquema de gráficas [...] desse encontro é que vai surgir a ideia de não depender desses caras [donos de jornais], porque eu estava subordinado a uma linha editorial que não era minha [...] E aí alguém disse “vamos fazer uma revista cultural em Nova Iguaçu?” Então surge a ideia da *Equipe*. (CAVALCANTI DA SILVA, 2021, 52m10s).

A revista surgiu em 1977, atraindo jornalistas, escritores, críticos, desenhistas, e tantos outros profissionais vinculados aos mundos da literatura, das artes e do jornalismo. O encontro de nomes como Adalberto e Arthur Cantalice com os jovens Enock Cavalcanti, Laís Amaral Júnior e Luís Ferrão gerou um núcleo interessado não apenas no fazer jornalístico, mas na literatura – e sobretudo no gênero conto, muito popular nos anos 1970 - enquanto promotora de mudanças sociais. Poemas de jovens escritores como Moduan Matus, Luiz Coelho Medina, Jocenir Ribeiro e Jorge Cardozo foram publicados, bem como textos de Celso Mosciaro e Marco Mirelli acerca do Teatro de Nova Iguaçu. Críticas e reflexões dos professores Waldick Pereira e Éder Rodrigues foram uma constante nas páginas da revista, assim como a produção memorialista de Ney Alberto e até ficções brevíssimas do bispo dom Adriano Hipólito, como o conto “Imagem Dia”: Cansada, estafada, moída, trem, ônibus, estrada. Pro Tabuleiro. Teu consolo nesse dia amargurado? Conversar com o namorado. Este é teu dia, menina. Esta a tua vida, Jesuína. Meu Deus, que sorte, que sina! (EQUIPE, ed. 13, 1979 p. 11).

Acreditamos que, ao reunir artistas da cidade e difundir-los à população local, os membros da *Equipe* atuavam como intelectuais mediadores. Segundo Gomes e Hansen (2015), esses seriam aqueles que se envolvem em “processos de acesso à recepção” às chamadas “criações originais”. Ou seja, a revista atuava como “divulgadora” ou “vulgarizadora” da arte produzida na região.

É preponderante criar formas mais permanentes de organização das atividades culturais, promovendo a cooperação e união de todos aqueles que intervêm no campo das artes populares, procurando elevar e estabelecer uma programação cultural realmente comprometida com a realidade na qual estamos vivendo. Para isso, devemos vencer o mais cedo possível a barreira dos improdutivos sectarismos. (EQUIPE, 1978, ed. 9, p. 3).

Interessados em publicar no jornal poderiam fazê-lo de três maneiras: entregando o texto pessoalmente na redação, postando pelos Correios – o periódico tinha uma caixa postal destinada a isso – ou, levando a produção aos bares onde os editores e colaboradores costumavam frequentar. O colaborador Davi de Castro afirmou que “O bar era a base da nossa turma” (CASTRO, 2021, 23m50s). Sobre o mesmo assunto, o editor Luís Ferrão lembrou o que dizia aos autores novatos que desejassem

inserir um texto na revista: “Quer publicar? Vai pro Beirute!” (FERRÃO, 2021, 1h09m05s)<sup>5</sup>.

Sobre sua circulação, a revista se fez presente em bancas de revendedores da região. Além disso, o periódico também era vendido informalmente, para amigos e conhecidos que demonstravam interesse prévio. O jornalista Davi Castro, em entrevista, lembrou como eram feitas as comercializações na época: Eu não tinha dinheiro, mas coube a mim vender [...] Cantalice, sentado à mesa do bar com Enock, o Du malhado também. Ele dizia assim, Davi, toma dez, vai vender. E eu saía nas lojas e escritórios [...] e vendia a boa imagem da obra. (CASTRO, 2021, 50m20s). Corroborando com Castro, Luís Ferrão também afirmou que: “a gente vendia rapidamente a revista, porque a gente tinha uma corrente muito grande de amigos em bairros.” (FERRÃO, 2021, 1h25m45s). Existia, ainda, a possibilidade de assinatura mensal, semestral ou anual, com cupons destacáveis numa das páginas.

Desse modo, a *Equipe* tornou-se um grande mosaico da cena cultural iguaçuana, uma vez que atraiu poetas, ficcionistas, professores, críticos, enfim, um conjunto de autores desejosos de dialogar sobre as artes e a realidade iguaçuana postas no fim dos anos 1970, período marcado pelas dificuldades socioeconômicas e intervenções autoritárias na política municipal. Ao reunir a classe artística, a *Equipe* produziu um conjunto de publicações que nos dará, na segunda parte deste artigo, uma breve dimensão das iniciativas conduzidas pela categoria artística, bem como as principais discussões tecidas sobre o contexto imposto pela ditadura civil militar na região.

### As artes iguaçuanas na revista *equipe*

A nossa “vida cultural” encontra-se desvinculada da nossa realidade, deixando de refletir as angústias e os problemas do nosso povo [...] e os grupos, artistas populares, escritores, atores, músicos e poetas que tentam resistir a essa situação têm ficado cada vez mais isolados. (EQUIPE, 1978, ed.8,p. 3).

Entre 1977 e 1980, a revista *Equipe* veiculou informações, ideias e, sobretudo, as artes produzidas em Nova Iguaçu<sup>6</sup>. Idealizada por Adalberto Cantalice<sup>7</sup>, a publicação teve como objetivo principal “avançar na integração e no intercâmbio entre os grupos [artísticos] existentes” (EQUIPE, 1978, ed. 8 p. 3). Bimestral<sup>8</sup>, teve periódicos -*Pasquim*, *Ficção*, entre outros - da chamada Imprensa Alternativa<sup>9</sup> como referências principais. Incentivou “uma programação cultural realmente comprometida com a realidade” (EQUIPE, 1978, ed. 9, p. 3), além de representar um local para “debate e denúncia da situação da cultura, da arte e dos artistas populares” (IDEM, IBIDEM) em Nova Iguaçu.

Das dezenove edições lançadas, tivemos acesso a treze delas, mais precisamente, do número 7 ao número 19. Fundada em 1977<sup>10</sup>, a revista focou nos bastidores políticos e na vida social no Rio de Janeiro. Contudo, a partir da oitava publicação, a *Equipe* deu início a uma fase em que se pretendia “colocar inteiramente a serviço da divulgação das diferentes atividades culturais que marcam a vida iguaçuana” (IDEM). A partir daí, o que se vê nas páginas do periódico é um aumento do número de publicações de textos ficcionais, poéticos e de debates sobre as artes em Nova Iguaçu.

<sup>5</sup> Beirute era um dos bares e restaurantes onde os escritores se reuniam nos anos 1970.

<sup>6</sup> Ao longo das treze edições analisadas, a *Equipe* publicou 51 contos, 122 poemas, 9 crônicas, 25 charges ou ilustrações, 6 histórias em quadrinhos, 1 cordel, 5 letras de música e 21 textos de críticas, entre literatura, teatro e cinema, além de 8 “entrevistas-documento”.

<sup>7</sup> Jornalista, editor e livreiro iguaçuano, Adalberto Cantalice escreveu para importantes periódicos da cidade, como o *Jornal de Hoje* e o *Correio da Lavoura*.

<sup>8</sup> Na edição Nº 8, o editorial traz a intenção de ser uma publicação mensal, contudo, o que se vê nas revistas seguintes são publicações bimestrais.

<sup>9</sup> Ver: SOBRINHO, P. V. DA C. Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil. *Revista Cronos*, UFRN, v. 2, n. 1, p. 117-123, 16 fev. 2017).

<sup>10</sup> O ano de 1977 é uma hipótese, visto que após as entrevistas não foi possível confirmar o ano de criação. Outrossim, na primeira revista que tivemos acesso consta “Ano II” e ela é de 1978.

Nessa fase de transição, alguns nomes<sup>11</sup> são mais constantes, como Enock Cavalcanti, Luís Ferrão e Laís Sá do Amaral Júnior. Além de reportagens e artigos, esses autores tinham principalmente no conto sua forma mais usual de expressão literária. O trio também está presente nas coletâneas de contos Primavera relativa (1977), Pau de sebo (1980) e Contos de plataforma (1981), todas produzidas pela *Equipe*, que também funcionava como editora<sup>12</sup>.

Na nona edição, Enock passou a dividir a direção com Cantalice, Luís Ferrão tornou-se editor e Jô Vitorino - ilustrador iguaçuano - assumiu a supervisão gráfica. Com isso, a revista também ganhou volume, uma vez que passou de vinte e oito páginas para trinta e duas. Dentre as razões para isso, destacamos o crescente espaço dedicado aos anunciantes - sobretudo profissionais liberais e políticos -, a publicação de poemas de caráter político, reportagens sobre o TINI (Teatro Independente de Nova Iguaçu), matérias acerca do capitalismo e, sobretudo, a publicação de contos, que ocupavam um considerável número de páginas. Eles tinham os trabalhadores iguaçuanos como protagonistas e trataram dos desafios impostos pelo transporte público, loteamentos, violência urbana etc.

Além dos contos, a *Equipe* também publicou textos de caráter teórico sobre o fazer artístico na periferia, dentre eles destacamos Monopólio da fala I, artigo do poeta e produtor cultural Jorge Cardozo; Manifestação de porrada na cultura burguesa, manifesto do jornalista e editor Jocenir Ribeiro; e a republicação de Ser artista é mais importante que ser político, artigo de Caetano Veloso. Essas, entre muitas outras publicações, possuíam um caráter pedagógico em relação à produção artística. “O escritor suburbano é uma denominação necessária para qualificar a diferença entre este e o colega da metrópole” (EQUIPE, 1979, ed. 17, p. 15), escreveu Luís Ferrão no ensaio O escritor suburbano e a literatura do oprimido. Esses textos pareciam indicar uma certa identidade que deveria ter o artista periférico, em prol de negar uma realidade que não lhe pertencia e dar luz à realidade da Baixada Fluminense. “O escritor da periferia até aqui esteve ao sabor das oportunidades de publicações condicionadas pelos ciclos econômicos, da laranja, do café, da cana-de-açúcar, e preocupado com as classes dominantes que o financiam.” (IDEM, IBIDEM)

A partir da décima primeira edição, a *Equipe* iniciou a publicação de “entrevistas/documentos” oito encontros feitos com personalidades iguaçuanas. Dentre as mais emblemáticas, destacamos as entrevistas de Robinson Belém de Azeredo<sup>13</sup>, relato em que recupera a história da imprensa local; e a do historiador e letrista Ney Alberto, depoimento em que o memorialista, dentre outras coisas, reuniu denúncias de corrupção contra a Coordenadoria de comunicação social da prefeitura de Nova Iguaçu, além de suposta tentativa de suborno feita pelo acusado para que a entrevista “não fosse muito forte” (EQUIPE, 1979, ed. 12, p. 11). Outras personalidades da cena pública iguaçuana também foram entrevistadas, como o ex-prefeito de Nova Iguaçu Ary Schiavo; o escritor iguaçuano Rodolpho Quaresma Filho; o ator e diretor teatral Celso Mosciaro; o advogado e crítico literário Éder Rodrigues; o presidente da Comissão de Justiça e Paz Paulo Amaral; e, por fim, o cantor e compositor João do Valle, que à época residia em Rosa dos Ventos, bairro da periferia de Nova Iguaçu.

A partir da décima terceira edição, novas colunas deram ainda mais corpo à revista. Recém-promovido à direção da *Equipe*, o jovem estudante de jornalismo Jocenir Ribeiro realizou entrevistas curtas com os políticos Francisco Amaral e Jorge Gama. Nesse número, Luís Ferrão e Éder Rodrigues começaram a produzir críticas literárias de livros publicados em Nova Iguaçu. Nesse momento, Enock também deu início à coluna “Rápido e rasteiro”, espaço destinado a análise de outros jornais iguaçuanos, como *O Pontual*, *Agora* e *o Hoje*. Também nessa fase, Ferrão produziu críticas de cinema para filmes que

---

<sup>11</sup>Enock Cavalcanti (1953), jornalista, pseudônimo João Luís Santanna; Jocenir Ribeiro (1952), jornalista e editor; Laís Amaral Júnior (1954), jornalista publicava contos e crônicas; Luís Ferrão (1957), editor, pseudônimo Zeferino Gatto.

<sup>12</sup>A revista *Equipe* também editorou o jornal *Berro da Baixada* e publicações literárias entre 1977 e 1984.

<sup>13</sup> Editor-chefe do *Correio da Lavoura*, jornal iguaçuano fundado em 1917 pelo seu avô, Silvino de Azeredo. Robinson faleceu em 2020, aos 76 anos.

pensavam os subúrbios.

A presença de Dom Adriano Hipólito<sup>14</sup> como autor de ficção também se revelou um destaque. Dentre suas publicações estão os contos Imagem-dia, Imagem da vida feroz e Imagem da grã-contrafação. O bispo iguaçuano tratou do cotidiano dos trabalhadores da Baixada Fluminense e da violência das incursões policiais em favelas cariocas, como Antares e Nova Brasília, tecendo irônicas críticas ao comando da Polícia Militar. Aliás, os grupos de extermínio, muito presentes à época na região da Baixada Fluminense<sup>15</sup>, foram assunto recorrente no periódico, como em A segurança da violência, artigo do advogado e articulista J. Pontual, assim como na repercussão dada ao atentado à bomba ao próprio Bispo Dom Adriano. Também destacamos o poema 1978, de Jocenir Ribeiro, e os quadrinhos e charges de Frazn, Coutinho e Vanderley Marinz, dentre eles, “Domingo na Baixada”, que fazia alusão ao terror de um domingo violento na região.

Nas edições de 1979, sobretudo os números 16 e 17, a revista abriu espaço às lutas do Movimento da Associação de Bairros (MAB)<sup>16</sup>, como em “O domingo em que o povo se uniu” e “Luta pela libertação”, duas reportagens de Enock Cavalcanti sobre grandes assembleias populares do movimento, ambas ocorridas em 1979 no Instituto de Educação Santo Antonio (IESA). Outro artigo, intitulado “A questão da moradia ou o mal de viver na Baixada”, texto assinado pelo presidente da Comissão de Justiça e Paz, Paulo Amaral, tratou da importância da moradia popular na região. Segundo Amaral, “existem dois pontos cruciais na questão [da moradia]: primeiro, a aprovação de loteamentos criminosos pelo poder público. Depois, a especulação imobiliária” (EQUIPE, 1979, ed. 14 p. 13). Paulo Amaral avança no texto falando sobre a “via crucis do trabalhador”, que vai desde a frustração com a compra de um loteamento sem infraestrutura, passando pela casa sem acabamento, água ou luz, além da falta de hospitais por perto.

Pautas de teor político e social não foram as únicas a preencherem as páginas do periódico. O teatro iguaçuano também foi uma constante na revista. O editorial da décima quinta edição<sup>17</sup> repercutiu as manifestações contra “a ameaça de despejo que paira sobre o Teatro Arcádia”<sup>18</sup>.

Com faixas e cartazes, os artistas iguaçuanos em passeata chamaram a atenção de centenas de pessoas [...] Cinco viaturas do 20º Batalhão da Polícia Militar abordaram os manifestantes. Policiais armados de revólveres e metralhadoras intervieram na passeata, tomaram faixas e prenderam o ator e cantor Sylvio Monteiro [...] Mas, apesar da repressão, os artistas não recuaram e na Praça da Liberdade, sentados no chão, impediram a viatura policial de conduzir o companheiro detido, que horas depois foi liberado. (EQUIPE, 1979, Ed. 15, p. 3)

Nessa mesma edição uma entrevista/documento com o ator e diretor teatral Celso Moschiaro e o artigo Para onde vai o teatro iguaçuano? de Luís Ferrão foram publicadas. Ambos procuraram discutir a cena teatral iguaçuana no fim dos anos 1970, sobretudo as lutas, desafios e conquistas dos atores. A Equipe deu espaço, ainda, para o surgimento de novos grupos teatrais<sup>19</sup> na cidade. A presença de

<sup>14</sup> Adriano Hipólito foi um frade franciscano e bispo católico brasileiro. Ver: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

<sup>15</sup>Ver: ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

<sup>16</sup> No anos 1970 o Movimento Amigos do Bairro (MAB) buscou melhorias na infraestrutura dos bairros da cidade Ver: SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento Amigos do Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

<sup>17</sup> Nesta edição surge o cargo de redator, ocupado por Enock Cavalcanti (ex-diretor) e Luís Ferrão (ex-editor). Jocenir Ribeiro se manteve como diretor, ao lado de Adalberto Cantalice.

<sup>18</sup>O Arcádia foi um importante teatro de Nova Iguaçu, com relevantes apresentações nos anos 1970 e festivais de música nos anos 1980. Era assim chamado por servir de sede para a Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL).

<sup>19</sup>O autor cita os grupos Reticências, Axé, Era uma vez, TINI e Sem nome.

críticas teatrais foi igualmente recorrente, com destaque para Vento, asfalto e Poeira, de Charles Serdeira e Toni Ribeiro; e Rei Momo e Olho da rua, espetáculos do Teatro Independente de Nova Iguaçu (TINI).

A revista também dava espaço para dicas culturais na região como o Cine arte cultura, de José Esteves, que levava curtas-metragens às praças públicas, e Painéis sobre teatro, com TINI e outros grupos, no Procópio Ferreira (teatro do Colégio Afrânio Peixoto), evento de debate sobre a cena teatral daquele momento. Houve também a organização própria de um concurso literário de contos e poesias. Enquanto a categoria conto foi anulada pelo baixo número de inscrições (EQUIPE, 1979, ed. 17, p. 23), em poesia venceu Paulo Roberto de Andrade, além de menções honrosas a Luís Coelho Medina e Moduan Matus. A décima nona e última edição da *Equipe* saiu em dezembro de 1980, tendo como capa o cantor John Lennon, recém-assassinado. Dentre as obras que fazem menção ao músico inglês, citamos trecho do poema Only After Nime 1980, de Vanderley Marins:

É um eterno redescobrir que o sonho acabou  
Sendo como um naufrago boiando nas esquinas  
De qualquer rua do mundo  
Sem chance de gritar HELP! (EQUIPE, 1980, ed. 19, p. 3).

É possível que houvesse a intenção de dar prosseguimento à revista, pois o artigo “O monopólio da fala I”, de Jorge Cardozo, indica uma série de textos futuros. Destaca-se também, nesta última edição, o expressivo número de poemas (quase vinte), como Sexo em lata, de Moduan Matus; Operário em exposição, de Luís Coelho Medina; e Canto derradeiro, de Waldick Pereira<sup>20</sup>. Em contraposição a isso, temos um baixo número de contos (dois), sendo um deles Barraca da cultura, escrito por Arthur Cantalice<sup>21</sup>, segundo o qual a feirinha de livros na Praça da Liberdade<sup>22</sup>, liderada por Adalberto, havia tido “uns problemas com o DOPS” (IDEM, p. 27) por causa da venda de livros de caráter político. Tal disparidade entre os gêneros revela um deslocamento de interesses da produção literária de Nova Iguaçu que, entre os anos 1980, 1990 e 2000, teve grande efervescência de recitais e saraus de poesia. Mesmo com mudanças nos quase quatro anos de existência, a *Equipe* manteve-se firme em seu propósito de ser um importante catalizador das artes locais, diminuindo o isolamento e o enfraquecimento dos artistas iguaçuanos.

## Conclusão

Até os anos 1960, as práticas culturais iguaçuanas eram, em grande medida, voltadas à legitimação da classe citricultora e à exaltação de um passado rural. Podemos notar essa inclinação nas páginas do *Correio da Lavoura* e nas atividades realizadas pela Arcádia Iguaçuana de Letras. Contudo, com a ditadura civil-militar de 1964 e as intensas migrações que a cidade recebeu no período, Nova Iguaçu tornou-se um local bastante diferente da “cidade-perfume” exaltada por esses veículos “tradicionais”. Com a Distensão da ditadura, surgiram espaços de resistência democrática e busca por melhorias, muitos deles integrados por filhos de migrantes, que tiveram acesso à educação formal. Podemos citar os Festivais da canção, o MAB e uma imprensa alternativa atuante, da qual a revista *Equipe* fez parte.

Criada em 1977, a *Equipe* pretendia unir a classe artística, a fim de torná-la mais combativa ao governo autoritário e questionadora no que se referia à realidade vivida pela massa trabalhadora. Utilizando-se de diversas linguagens artísticas e jornalísticas, a revista produziu publicações que nos permitem traçar um panorama da cena cultural iguaçuana no fim dos anos 1970.

O periódico apresenta uma cidade com graves problemas de ordem socioeconômica e política.

<sup>20</sup> Waldick Pereira foi professor, historiador, arqueólogo e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), sendo seu presidente até 1984, quando faleceu.

<sup>21</sup> Jornalista e diretor da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Arthur Cantalice escreveu para o *Correio da Lavoura* e publicou contos sobre o cotidiano e a imprensa da cidade na revista *Equipe*.

<sup>22</sup> A Praça da Liberdade está situada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, região central de Nova Iguaçu, e historicamente reuniu inúmeras manifestações de caráter político e cultural.

Esse cenário fica exposto, por exemplo, nos contos publicados. Os protagonistas construídos nessas narrativas, trabalhadores iguaçuanos, enfrentavam desafios no que tange ao transporte público de massa, leia-se trens, habitação, violência urbana e aflição devido à crescente desigualdade social e à falta de expectativas. Contudo, a *Equipe* também publicou textos sobre o fazer artístico na periferia, incentivando uma produção que dialogasse com a realidade vivida pelos mais pobres em detrimento de uma “cultura burguesa”. O periódico deu espaço ao que chamava de “entrevistas/documentos”, seção que trazia políticos, jornalistas e artistas de destaque na cena cultural e política local, debatendo a história e o presente da cidade, como o depoimento de Ney Alberto, sobre episódios de corrupção em uma secretaria municipal.

Os grupos de extermínio, muito presentes à época na região da Baixada Fluminense, também foram explorados em artigos, quadrinhos, contos, poemas e charges na revista. Isso nos ajuda a entender o clima de insegurança vivido no fim da década de 1970, bem como o surgimento de uma milícia que até os dias de hoje comanda boa parte do território local e assola sua população. Além de denúncias, a *Equipe* também deu voz a movimentos sociais e organizações pró-direitos humanos, como o trabalho desempenhado pela Comissão de Justiça e Paz, MAB, passeatas históricas, denúncias de loteamentos clandestinos, entre outros. Mesmo com as dificuldades impostas pelo contexto, as entrevistas e matérias feitas pelo periódico sobre o tema reforçam que a *Equipe* nunca se furtou do debate sobre os problemas que acometiam a região.

O cronograma cultural publicado mensalmente reforçou a produção teatral iguaçuana como o TINI, bem como o intercâmbio entre companhias locais e grupos de outras localidades. Dar visibilidade a cineclubes, painéis de debate, feiras de artesanato, lançamento de livros e exposições também foi uma das estratégias da *Equipe*, que cedeu grande espaço para poesia nas últimas edições da revista. Por sua vez, esse seria o prenúncio dos saraus, recitais e de grupos poéticos expandidos nos anos 1990 e 2000, momento em que passaram a realizar intervenções em bares, praças e outros espaços públicos da cidade.

Ainda há questionamentos sem resposta como: quais artistas não foram incluídos na revista e por quê? Até que ponto havia uma “liberdade editorial irrestrita” se propagandas da ARENA e do MDB preencheram páginas da revista? e, principalmente, se a *Equipe* promoveu integração, debate e luta, por que não conseguiu estabelecer uma memória sobre si e sobre a cidade? Isso talvez se explique pelo fato de seus editores terem se mudado para outras cidades já nos anos 1980, mantendo vínculos menos intensos com o município.

Apesar das perguntas em aberto, a análise gerou possibilidades para se pensar a cena artística iguaçuana na segunda metade da década de 1970. As obras publicadas na revista foram produzidas, em grande medida a partir dos problemas sociais e políticos da cidade. Nesse sentido, a revista *Equipe* foi uma das responsáveis por tal produção, seja aglutinando artistas, problematizando questões políticas e históricas do município, apoiando pautas culturais, ou ainda abrindo espaços para autores iniciantes, o que incentivava a criação artística. São inúmeros os exemplos capazes de demonstrar que, apesar da censura ainda existente no período da Distensão, a revista conseguiu representar um *locus* de arte no município. Arte como um modo de reflexão sobre o mundo, sobre o país e, principalmente, sobre Nova Iguaçu.

### Fontes

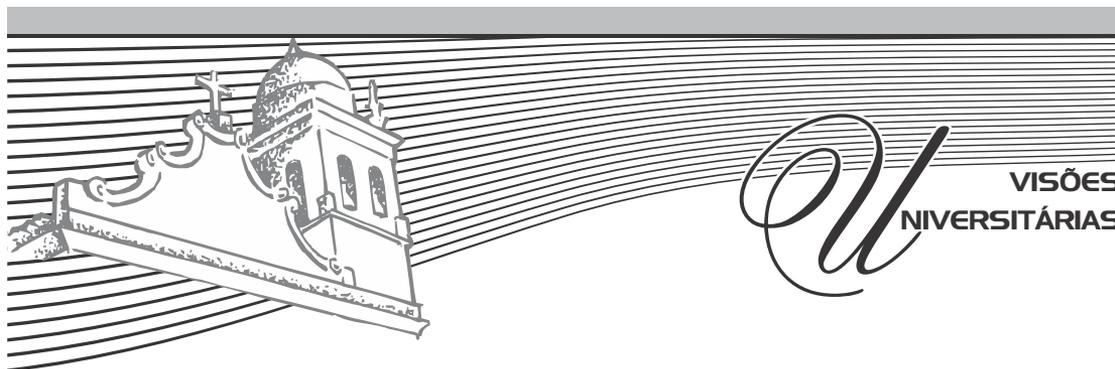
- Equipe*, ed. 7, 1978, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 8, 1978, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 9, 1979, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 10, 1978, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 11, 1979, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 12, 1979, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 13, 1979, 36 pp.  
*Equipe*, ed. 14, 1979, 40 pp.  
*Equipe*, ed. 15, 1979, 44 pp.  
*Equipe*, ed. 16, 1979, 46 pp.  
*Equipe*, ed. 17, 1979, 52 pp.  
*Equipe*, ed. 18, 1979, 46 pp.  
*Equipe*, ed. 19, 1980, 50 pp.

### Entrevistas

- AMARAL JUNIOR, Laís Sá do. **Entrevista concedida a Jonatan Magella da Silva**. 05 de fevereiro. 2021, 1h50m35s.
- CASTRO, Davi Almeida de. **Entrevista concedida a Jonatan Magella da Silva**. 10 de fevereiro. 2021, 2h01m35s.
- FERRÃO, José Luís Francisco. **Entrevista concedida a Jonatan Magella da Silva**. 06 de fevereiro. 2021, 2h05m35s.
- SILVA, Enock Cavalcanti. **Entrevista concedida a Jonatan Magella da Silva**. 06 de fevereiro. 2021, 2h29m01s.

### Referências

- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)**. 2015. 203f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- ARAÚJO, Geiza Pereira. **Sons da Repressão: a censura na Baixada Fluminense durante a ditadura**. 2017. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.
- BATISTA, Alofs Daniel. **Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil-Militar**. 2011. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.
- DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. 2012. 338f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Mediação cultural: experiências, percursos e estratégias intelectuais*. In: **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- ONOFRE, Leonardo de Freitas. **Daniel's Bar: a circulação de artistas e produtores culturais no espaço dos bares (1989-1996)**. 2011. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias*. In: **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, Suplementos, jul./dez. 2018, p. 19-25. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1397>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOBRINHO, P. V. DA C. *Reverendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil*. **Revista Cronos**, UFRN, v. 2, n. 1, p. 117-123, 16 fev. 2017.



## EDUCAÇÃO POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS E AS LIGAS CAMPONESAS (1945-1947)

## EDUCATION, POLITICS, AND SOCIAL STRUGGLES IN BAIXADA FLUMINENSE: THE POPULAR DEMOCRATIC COMMITTEES AND THE PEASANT LEAGUES (1945-1947)

*Laiza Bianca Luna de Souza de Oliveira*<sup>1</sup>

*Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro*<sup>2</sup>

*Vitor da Silva Batista*<sup>3</sup>

### Resumo

Neste artigo faz-se uma exposição sucinta da experiência de educação política realizada pelos Comitês Populares Democráticos e pelas Ligas Camponesas na Baixada Fluminense, durante os anos do imediato pós-guerra (1945-1947). Destaca-se o caráter educativo deste esforço de organização popular, engendrando lutas sociais travadas na região, naquele momento histórico.

Palavras-chave: Educação política; organização popular; Baixada Fluminense.

### Abstract

This article presents a succinct exposition of the experience of political education carried out by the Popular Democratic Committees and by the Peasant Leagues in the Baixada Fluminense during the immediate post war years (1945-1947). The educational character of this grassroots organizing effort is of note, as it engenders social struggles waged in the region during that historic moment.

Keywords: Political education; grassroots organizing; Baixada Fluminense.

### Preâmbulo

A Baixada Fluminense, formada atualmente por 13 cidades (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Queimados, Paracambi, Mesquita, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica), é marcada pelo histórico de serviços deficientes e infraestrutura precária. Trata-se de uma região em que o processo de ocupação do seu território se configurou “a partir dos interesses dos grupos dominantes locais subordinados aos núcleos centrais de poder e dos interesses dos grupos que detinham o controle do aparelho burocrático e político do poder central” (SOUZA, 2014, p. 19). Concomitantemente, foi marcado também pelas formas de ocupação popular da região e pelas lutas sociais travadas por diferentes sujeitos históricos, partindo de suas necessidades mais sentidas, de suas reivindicações imediatas, tais como terras para lavradores, moradia, saneamento, pavimentação, transporte público, escolas, postos de saúde etc. (idem).

Promovendo um balanço sobre a historiografia da Baixada Fluminense, Álvaro Nascimento e Nielson Bezerra observam que por muito tempo as ricas histórias das cidades da região “pareciam inexistir aos olhos de historiadores acadêmicos até a década de 1990”, destacando que os poderes

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela UERJ/FEBF e bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/UERJ. Membro do grupo de pesquisa Ehelo – Estudos de História da Educação Local. E-mail: laizabianca25@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História Comparada pela UFRJ. Professor Adjunto de História da Educação da UERJ/FEBF. Membro do grupo de pesquisa Ehelo – Estudos de História da Educação Local. E-mail: mcezarufrij@uol.com.br.

<sup>3</sup> Graduando em Pedagogia pela UERJ/FEBF. Membro do grupo de pesquisa Ehelo – Estudos de História da Educação Local. E-mail: vitorbatista08@gmail.com.

públicos municipais “seguiram e ainda seguem o caminho da irresponsabilidade, sem uma política clara e objetiva em defesa da memória e do patrimônio locais” (NASCIMENTO; BEZERRA, 2019, p.7). Os autores apontam também que “já é possível identificar uma considerável produção historiográfica sobre a região”, porém tem-se “um flagrante problema de circulação das novas pesquisas e da construção do saber crítico que tem florescido na Baixada Fluminense ao longo das últimas duas décadas” (idem, p.11-12).

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo contribuir para a divulgação de um legado histórico ainda pouco explorado, que é a experiência dos Comitês Populares Democráticos (PINHEIRO, 2007; 2014) e das Ligas Camponesas na Baixada Fluminense no esforço de organização popular e formação de uma consciência política das classes trabalhadoras. A pesquisa da temática aqui tratada vem sendo desenvolvida através do projeto de pesquisa “Educação popular na Baixada Fluminense – A experiência dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947)”, desde 2018, no âmbito do Ehelo – Estudos de História da Educação Local, grupo de pesquisa formado por professores da área de História da Educação e por alunos e ex-alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

### **Educação política e lutas sociais na Baixada Fluminense**

No período marcado pelo pós-guerra, no qual se viveu um complexo processo de democratização, especificamente entre 1945 e 1947, aconteceu no território da Baixada Fluminense uma significativa experiência de educação política de setores populares, mobilizando-os em torno de suas reivindicações mais imediatas, na busca de melhores condições de vida. As lutas sociais empreendidas se deram através do esforço de organização popular dos chamados Comitês Populares Democráticos, chefiados pelo PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), como observado no levantamento realizado no jornal comunista *Tribuna Popular*, a partir das reivindicações mais sentidas da comunidade, e de intercâmbio entre os comitês através de reuniões e atividades conjuntas, visando fortalecer a organização popular e a política de “União Nacional” então defendida pelo PCB.

Eles surgiram devido à carência vivida pela população local, com vários problemas de infraestrutura, como saneamento básico, educação pública, locomoção, saúde, desemprego e tantos outros que refletiam em índices sociais baixíssimos. Além da necessidade da população, outro fator importante para seu surgimento foi o fortalecimento do Partido, que, devido ao seu prestígio, ganhou o apoio das massas, no esforço de tentativa de organização popular, despertando-as para o interesse pelos assuntos de cunho social e promovendo uma conscientização política, a fim de lhes dar voz, de se criar espaços políticos acessíveis aos não privilegiados.

Segundo matéria do jornal *Tribuna Popular*, no Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu “homens e mulheres de todas as classes” reuniam-se em “grande assembleia popular”, discutindo os problemas mais sentidos (“amparo à produção de laranjas, transportes, água, esgoto, mais escolas, ampliação da saúde pública) e compreendendo que a democracia só viria com a força do povo organizado. Vicente Rodrigues da Costa relatava o seguinte na mesma reportagem:

O município de Nova Iguaçu foi um dos primeiros a atender à convocação patriótica de Luiz Carlos Prestes, no seu famoso discurso do dia 23 de maio [no comício realizado no estádio de São Januário, em que, oficialmente, foi lançada a criação dos Comitês Populares Democráticos]. Imediatamente, fundamos o nosso Comitê, sob a bandeira da união nacional, da tranquilidade interna, pela democratização e pelo progresso do país. Agora, o que nos resta – a todos nós, moradores – é trabalhar pela solução de nossos problemas, pelas reivindicações justas do povo de Nova Iguaçu. (*Tribuna Popular*, 29/06/1945, p. 8)

Os frutos colhidos partiram de uma ação coletiva, não deixando de lado quaisquer que fossem as necessidades da população. Na sua organização, o trabalho dos Comitês se deu em duas frentes: os comitês de bairro e os profissionais, sempre com uma base estruturada em uma direção (presidente,

secretário, tesoureiro, entre outros cargos), escolhida democraticamente pelos moradores da localidade ou pelos trabalhadores da categoria a que os Comitês representavam.

Foi justamente pelo seu caráter educativo na organização e mobilização dos setores populares, que suas ações tiveram alguns efeitos positivos. Os comitês de bairros ficaram responsáveis por fazer um levantamento das necessidades mais básicas e imediatas da localidade, de promover o debate de cada um dos problemas apontados e buscar resolver esses problemas. Buscou-se gerar uma consciência no processo de participação daquelas pessoas, levando em conta o conhecimento e o reconhecimento das condições de vida delas, no presente e no passado, de modo que compreendessem que para resolver os seus problemas só com organização popular, no caso, por meio dos Comitês Populares Democráticos. Na medida em que esses princípios norteadores foram sendo assimilados pelo grupo, foram, também, sendo construídas formas de (re)ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes colocou.

Para exemplificar uma destas formas de (re)ação, o Comitê Democrático de Mesquita, naquela época pertencente ao município de Nova Iguaçu, conseguiu aglutinar o apoio popular necessário em torno das reivindicações mais imediatas da localidade, conquistando importantes vitórias, após insistente pressão junto ao poder público, durante a gestão do prefeito Paulino Barbosa (*Tribuna Popular*, 10/03/1946, p. 4). Nesse sentido, "o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de serem concretizadas, e, antes de lançá-las, fez a necessária organização de massa", promovendo comícios, colocando cartazes nas ruas etc., de modo que quando o prefeito de Nova Iguaçu tomou conhecimento do problema da iluminação pública, por exemplo, essa reivindicação já se constituía em um grito unânime da população do bairro. "E contra o povo organizado, em torno de suas justas reivindicações, nada pode fazer a reação" (*idem*).

Quando não se tinha iniciativa por parte do governo, após pressão do movimento popular organizado, os próprios comitês em conjunto com a população procuraram resolver, na medida do possível, seus problemas. Os Comitês Populares Democráticos não ficaram esperando o cumprimento de promessas, organizaram-se táticas e estratégias para a obtenção de soluções para determinadas necessidades consideradas como direito. Os mutirões, o espírito de cooperação e de equipe, a solidariedade e até mesmo a filantropia foram fatores muito importantes no processo de organização popular e na coordenação de forças com um objetivo comum, contribuindo para que a organização não fosse somente a soma individual de cada um, mas pudesse transformar-se em uma "força social coletiva organizada" – para usar uma terminologia do historiador E. P. Thompson (1979).

Uma lição importante é que a organização popular não seja somente do ponto de vista de unificar e ter uma estrutura orgânica, mas também lhe dar consciência política. De início, a ação coletiva de base surge a partir do compartilhamento de uma experiência comum e da identificação de interesses comuns, como apontado pelo historiador Ciro Flamarion Cardoso:

Nem todos os grupos são um "nós" consciente: pode tratar-se de um "eles" somente estatístico, unificado por residência, sexo, etnia, posição numa estratificação econômica etc. Entretanto, as próprias características objetivas que configuram um "eles" estatístico – alguma(s) dessa(s) característica(s) – em certas circunstâncias podem servir de base ao surgimento de uma comunidade, de um "nós" consciente e disposto a uma ação concertada: nós os socialistas, nós os negros, nós as mulheres, nós os democratas etc. (CARDOSO, 2005: p. 69).

É importante atentar para esta dimensão educativa dos movimentos sociais na constituição de um "nós" consciente para analisar e perceber como esse processo, não linear e contraditório, ocorre na experiência de organização popular dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense. Na dinâmica da constituição de um "nós" consciente, "o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência" (GOHN, 2009, p. 19), vai havendo, como já apontado anteriormente, "princípios norteadores, assimilados por todo o grupo [ainda que gradualmente], que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca" (*idem*, p. 20).

Sem desistir de fazer pressão sobre os poderes públicos para exigir e assegurar seus direitos sociais elementares, foi comum a oferta de serviço voluntário por parte de integrantes dos comitês. Como no caso do Comitê Democrático de Duque de Caxias, quando em reunião para a aprovação do

manifesto-programa e eleição da diretoria, “sob grandes entusiasmos foram feitos os seguintes oferecimentos ao Comitê: a dra. Maria Corina Guimarães, seus serviços profissionais de enfermagem, gratuitamente; dr. João Peres Montilho, dentista, o seu gabinete dentário, para realização de extrações e pequenos serviços da sua profissão” (*Tribuna Popular*, 20/06/1945, p. 5). No ano seguinte, o mesmo comitê levou a bandeira de fundação de um posto de saúde, considerada “a reivindicação mais sentida dos 70.000 habitantes de Duque de Caxias”. Mobilizado em buscar formas e recursos para a fundação do “Posto de Saúde de Emergência”, o Comitê, “composto de elementos de todas as correntes democráticas e populares”, esteve “empenhado em instalá-lo dentro do espaço mais curto possível” (*Tribuna Popular*, 24/01/1946, p. 2).

No Comitê em Vila Meriti foi criada uma escola gratuita para crianças, que recebeu o nome de Anita Leocadia Prestes, em homenagem a filha de Luiz Carlos Prestes, então senador mais votado da República eleito pelo PCB no pleito de 2 de dezembro de 1945. No ato de inauguração da referida escola, dezenas de crianças se manifestam reivindicando escolas, livros, transporte, passagens a preços acessíveis e vida digna a todo e qualquer cidadão. Em foto publicada pelo jornal comunista *Tribuna Popular* (11/01/1946, p.5), as crianças aparecem segurando um cartaz onde se lê: “Precisamos escolas, livro gratuito, passagens e almoço, e vida barata para nossos pais”.

Além de não suprir as necessidades mais básicas, o governo não supriu a carência educacional, comprovada pelo alto índice de analfabetos adultos e pela quantidade de crianças que não tinham acesso à educação elementar. Pensando em enfrentar essa realidade, os Comitês Populares criaram diversas ações educacionais, tendo como referência o trabalho “A situação do ensino no Brasil – 1945”, elaborado pelo educador marxista Paschoal Lemme (2004, p. 33-50), que serviu de base para o programa educacional do PCB, e, conseqüentemente, dos Comitês Populares Democráticos. Uma das ações mais significativas foi a campanha de alfabetização de adultos, que favoreceu o avanço do processo de democratização, permitindo que um número maior de pessoas pudesse participar do processo eleitoral, uma vez que ao analfabeto não era permitido o direito de votar. Não se limitando apenas a formar eleitores, os Comitês Populares tinham a preocupação em ofertar uma educação política, indo além do ensinar a ler e escrever, procurando dar subsídios para que setores mais amplos da população participassem ativamente do meio político, entendendo quais seus direitos e como saber reivindicá-los. Assim como os adultos, as crianças também puderam receber alguma educação. Foram criadas escolas por iniciativa dos Comitês Populares em diversas localidades dos municípios que hoje constituem a Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Joao de Meriti, Queimados, Nilópolis e Mesquita. Além da alfabetização e formação política, não deixando de lado a renda, devido à pouca oferta de empregos, foram oferecidos também cursos profissionalizantes, para que os jovens e adultos tivessem a oportunidade de se integrarem ao mercado de trabalho, garantindo sua sobrevivência.

Para que tivessem êxito neste processo de conscientização política, os Comitês Populares Democráticos disponibilizaram palestras relacionadas às mais diversas temáticas, como política, economia, educação, saúde, direitos trabalhistas, liberdades democráticas, direitos sociais etc. Procurou-se articular as questões locais com aquelas dos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional. Isto é, formar o cidadão coletivo no movimento popular organizado que reivindicasse baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas, em que a solidariedade teve um peso fundamental neste processo educativo de formação política desenvolvida pelos Comitês Populares, visando incentivar e despertar o sentimento solidário pelas causas sociais diversas, para além de suas demandas meramente locais.

Evidentemente que o ponto de partida deste processo de mobilização, organização e formação de uma consciência política é as necessidades imediatas e mais sentidas, fazendo nascer a luta popular, mobilizando os setores populares a reagir de forma, primeiramente espontânea, em que o “elemento espontâneo”, como nos explica Lênin, não é senão uma “forma embrionária do caráter consciente”, em que se vai perdendo a “fê tradicional na imobilidade” das coisas e começa-se a “sentir a necessidade de uma resistência coletiva”, rompendo “resolutamente com a submissão servil às autoridades” (LÊNIN, 2020, p. 46). Nesse sentido é pertinente a afirmação de Maria Gloria Gohn, de que “a educação ocupa

lugar central na acepção coletiva da cidadania”, pois “ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (GOHN, 2009, p. 16).

Enquanto os comitês de bairro se organizavam em conjunto com a população para atender suas demandas mais urgentes, os comitês profissionais atuavam em conjunto aos sindicatos para garantir condições dignas de trabalho. Organizando-se em subcomitês, se colocavam a fiscalizar as condições trabalhistas dentro dos locais de trabalho e então repassar aos sindicatos o que houvesse de irregularidade. Também recebiam as reivindicações da população, atuando conjuntamente com os comitês de bairro, para que fosse feita uma mediação entre o povo e o governo. Caso emblemático ocorria no distrito de Santo Aleixo, distrito proletário do município de Magé e o 1º distrito do Brasil a ter inaugurada uma sede do PCB (*Tribuna Popular*, 01/07/1945, p. 8), em que havia uma forte articulação entre o Comitê Democrático Progressista de Santo Aleixo, o movimento sindical (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem) e o PCB, conforme noticiários do jornal comunista *Tribuna Popular*, durante os anos de 1945 a 1947.

Os Comitês Populares Democráticos não se restringiam a aglutinar pessoas apenas por meio dos locais de moradia ou de trabalho e de categorias profissionais. Havia também a formação de comitês em torno de representações e demandas mais específicas, como questões afro-brasileiras, evangélicas, ensino leigo e de mulheres pró-democracia. Merecendo destaque a atuação do poeta e militante comunista Solano Trindade na Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias, coordenando o Comitê Afro-Brasileiro. Além da saúde, educação, infraestrutura, o acesso à cultura também era precário, assim como o lazer dos setores populares. Portanto, os Comitês Populares Democráticos desenvolviam várias atividades culturais, em sua maioria com cunho educativo, procurando apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas. Dentre as atividades desenvolvidas, estavam: teatro amador, sessões de cinema, exposições de artistas locais, concursos carnavalescos, show de calouros etc. Eram muito significativas para a população mais pobre, tendo em vista sua condição social, a qual não lhe permitia ter momentos de lazer e atividades culturais.

Entre as demandas populares prementes, a questão da terra também marcou o processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, sendo um problema latente naqueles anos do pós-guerra, como verificado nas edições do jornal *Tribuna Popular* ao longo dos anos 1945-1947. Como, por exemplo, a situação dos camponeses na baixada de Vila Meriti, próximo do canal de Sarapuí, em Duque de Caxias, expulsos de terras “que se diz do governo” (*Tribuna Popular*, 10/07/1945, p. 5), ou a reportagem “Temos fome de terra e eles morrem de indigestão de latifúndios” (*idem*, 23/05/1946, p. 3), sobre a luta de 120 chefes de família pelo direito de plantar em 80 alqueires de terras abandonadas, “entre as paradas Cachoeira (no Ramal de São Pedro) e Iguazu (no Ramal de Tinguá)”, que “iniciaram, então, um movimento que serve de lição e exemplo para os milhões de trabalhadores rurais deste vasto Brasil”.

Entre 1945 e 1947, junto aos trabalhadores agrícolas e moradores das áreas rurais, os militantes comunistas fundaram Ligas Camponesas em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Paracambi. As Ligas funcionaram como uma versão nas áreas rurais dos Comitês Populares Democráticos, que existiram nos núcleos urbanos e suburbanos da região, ou seja, se organizaram a partir das demandas imediatas da população da localidade. Foi assim, por exemplo, com a Liga Camponesa Francisco Lira, que aglutinou os trabalhadores rurais de José Bulhões, 3º distrito de Nova Iguaçu, dispostos a levar adiante suas reivindicações. Condições de vida, “como os camponeses de todo o Brasil”, marcadas pela fome, pelo trabalho de sol a sol, pela falta de escolas para seus filhos, pela ausência de assistência médica para suas famílias e pela exploração dos grileiros (*Tribuna Popular*, 09/07/1946, p. 8).

Assim como os Comitês Populares Democráticos, as Ligas Camponesas eram mediadoras entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas dos que decidiam. Nesse sentido, a Liga Camponesa Francisco Lira, que tomara o nome de um líder camponês “recentemente assassinado, com a conivência da polícia fascista de Pernambuco” (*idem*), unia os trabalhadores do campo daquela região para pressionar as instâncias públicas competentes, obtendo uma importante vitória naquele momento, a

conquista de 160 alqueires de terras devolutas. Significava “sem dúvida o exemplo mais concreto que poderiam ter aqueles camponeses das vantagens da ação conjunta” (*idem*). Em seu estatuto, a Liga Camponesa do distrito de José Bulhões se comprometia “a lutar, intransigentemente, pela elevação dos níveis econômico, educacional e social dos seus associados, abrangendo o município de Nova Iguaçu e adjacências” (*idem*).

Os Comitês Populares e as Ligas Camponesas buscaram fortalecer a organização popular na Baixada Fluminense realizando intercâmbio e interações diversas entre eles. Se esforçaram para ligar a luta específica e concreta de cada um com a luta para alcançar seus objetivos e interesses comuns inerentes na região e a luta geral pelo processo de democratização do país. Esta articulação tentou, de alguma maneira, fortalecer a finalidade da organização popular então em curso de juntar, esclarecer, organizar as classes trabalhadoras, qualificar a militância, mobilizar a massa e lutar para alcançar seus objetivos imediatos e interesses de classe. Fortalecer o movimento popular organizado na Baixada Fluminense.

Por exemplo, atendendo ao convite da Liga Camponesa Francisco Lira, o Comitê Democrático Progressista de Mesquita excursionou com uma caravana de “centenas” de pessoas, transportadas em caminhões, até a localidade de José Bulhões. Entre as atividades realizadas, uma partida de futebol entre times infantis de Mesquita e José Bulhões, apresentação de um show com artistas populares, como os “Garotos Batuqueiros de Mesquita”, Iraci e Iracema, Noel Gonçalves e Lídia Telmo, juntamente com do Departamento Artístico do referido Comitê, contando também com a participação do Departamento Artístico do Centro de Vigilância Democrática de Anchieta (*Tribuna Popular*, 01/03/1947, p. 4; 07/03/1947, p. 4). Além de atividades artísticas, desportivas e educacionais, ocorreram iniciativas no campo da cooperação econômica, como o fornecimento de carvão vegetal, oriundo da Liga Francisco Lira, aos associados do Comitê Democrático de Mesquita, a preço que as carvoarias não poderiam concorrer, e com a perspectiva de “vender novos produtos aos seus associados, concorrendo para isso os entendimentos que este mantém com a Liga Camponesa Francisco Lira” (*idem*, 01/12/1946, p. 7).

Há indícios na imprensa comunista da participação de comitês da Baixada Fluminense na Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, que tinha por finalidade fazer com que a Campanha de Alfabetização pudesse atender melhor às necessidades dos “bairros proletários” representados pelos devidos Comitês, “criando e ampliando os Cursos de Alfabetização e tomando conhecimento das necessidades mais urgentes nesse setor”, facilitando o trabalho de distribuição das cartilhas (com redação do professor Moisés Xavier de Araújo e ilustrações dos artistas Carlos Scliar e Hudson Machado) e outros materiais escolares (*Tribuna Popular*, 04/04/1946, p. 4).

Apesar das adversidades, na Baixada Fluminense, algumas escolas foram criadas por iniciativas dos Comitês, com a finalidade de levar adiante a campanha de alfabetização e educação política dos setores populares, como por exemplo a do Comitê Democrático Progressista da Posse, localizado no município de Nova Iguaçu (*Tribuna Popular*, 11/11/1945, p. 5), a escola Éden, no bairro do Éden (*idem*, 07/02/1946, p. 8) e a Escola do Povo, fundada pelo Comitê Popular da Vila Guanabara, em Duque de Caxias (*idem*, 01/02/1946, p. 6). Além de inúmeros cursos e postos de alfabetização, como em Belford Roxo (*idem*, 12/01/1946, p. 5), em Nilópolis (*idem*, 17/03/1946, p. 4) e Paracambi (*idem*, 11/08/1946, p.4).

Ainda que, inicialmente, a campanha de alfabetização dos Comitês Populares tinha uma preocupação em formar eleitores (Conferir o artigo “Os Comitês Democráticos e os anseios populares”, de Oscar Porciúncula, *Tribuna Popular*, 09/08/1945, p.3), dada a proximidade das eleições de dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar, as atividades educativas desenvolvidas não se restringiam às questões eleitorais, tanto que a campanha de alfabetização se manteve ativa no ano posterior, e até mais intensa, assim como outras iniciativas educacionais (PINHEIRO, 2014). O trabalho educativo empreendido pelos Comitês estava articulado com o propósito de fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira e bastante precário na região da Baixada Fluminense. Nas palavras de Frida Ciornai, presidente da Comissão de Intercâmbio de

Alfabetização dos Comitês Populares, a campanha de alfabetização era altamente patriótica:

A campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral; ela é, inegavelmente, uma campanha altamente patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos, pois ensinando a ler às nossas massas populares analfabetas, estaremos lutando pela União Nacional, de que tanto necessita o nosso querido Brasil, e lutando pelo esmagamento total e definitivo dos remanescentes do nazifascismo que ainda existem espalhados pela nossa terra (*Tribuna Popular*, 9/1/1946, p. 5).

Os objetivos educacionais dos cursos de alfabetização dos Comitês Populares Democráticos foram explicitados em matéria do periódico comunista por Moisés Xavier de Araújo, consultor técnico da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, do Distrito Federal, e autor da cartilha “Chave da leitura (para adultos)”, adotada pelos comitês cariocas para dar uniformidade à campanha de alfabetização.

Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. Em todas as oportunidades há sempre, portanto, a mais cordial aproximação entre os alunos e os professores, de modo que o trabalho destes não tenha o caráter de “obra de benemerência”, mas de “cooperação” entre brasileiros que, de um lado, ensinam, e, de outro, aprendem. Trata-se de um trabalho verdadeiramente popular, democrático, humano. [...] Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (*Tribuna Popular*, 8/9/1945, p. 6).

Os Comitês Populares e as Ligas Camponesas desenvolviam um trabalho de “educar o povo” que compreendia mobilizações de conotação política. Além das reivindicações práticas e imediatas para melhoria das condições de vida da população local, constavam de suas atividades, aquelas relacionadas às políticas gerais. Por meios diversos, abaixo-assinados, memoriais, telegramas, comícios, eventos beneficentes, os Comitês Populares se manifestavam em defesa da política de “União Nacional”, pela garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc., pela anistia aos presos políticos, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte (não a “Constituinte com Getúlio”), pela autonomia política municipal, pela saída das tropas norte-americanas das bases militares do Nordeste, pelas campanhas de solidariedade aos povos da Península Ibérica e aos prisioneiros e perseguidos políticos em várias partes do mundo, pelo direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, em solidariedade aos trabalhadores presos nas greves, contra as arbitrariedades da polícia, etc. Estas organizações populares eram consideradas pela direção do PCB como “centros de experiências de trabalho prático” (*Boletim Interno*, 23/10/1945). Apesar dos percalços e dos erros cometidos, o PCB empreendia uma luta árdua para organizar o movimento dos trabalhadores em torno da sua liderança, como também não se furtava em participar das lutas por conquistas de direitos sociais, civis e políticos dos trabalhadores e de outros setores populares.

Porém, qualquer tentativa de organizar as classes populares sobre novas bases, ou seja, em um sistema democrático fundado na soberania popular (democracia como forma política de dominação da maioria) e na plena expansão da cidadania, foi duramente combatida pelas classes dominantes no Brasil. Tanto no campo ideológico, no qual os órgãos de imprensa desempenharam importante papel na propagação das representações anticomunistas, como por meio da repressão, aplicada de diferentes formas, com maior ou menor sutileza, objetivando reprimir os mais combativos e mostrar aos

inconformados passivos os riscos contidos em qualquer ensaio de conspirar contra a ordem estabelecida. Aliás, a repressão foi algo, historicamente, marcante na região da Baixada Fluminense. Como publicado em uma série de reportagens do jornal *Tribuna Popular*: “Protesta a Liga Camponesa de Nova Iguaçu contra as violências da polícia local” (20/07/1946, p. 8), “Protesta o povo de José Bulhões contra as violências da polícia local” (11/10/1946, p. 4), “Terror policial em José Bulhões” (22/10/1946, p. 4), “Camponeses de Sarapuí violentamente despejados” (27/05/1947, p. 5).

Desde o início da tentativa de organização popular em torno dos Comitês Populares Democráticos, a reação das classes dominantes já se faziam presente, como fora observado por Paschoal Lemme, no relatório “Problemas de educação no Distrito Federal”, redigido entre julho e agosto de 1945.

[O] regime democrático só pode ser aquele que se organiza de baixo para cima, “do povo, para o povo, pelo povo”, na síntese magnífica dos seus grandes propugnadores. Não é pois de estranhar que os Comitês Democráticos Populares já estejam causando graves preocupações aos que, dentro dos velhos moldes, desejam continuar a se servir do povo e não servir ao povo, apresentando-se candidatos a representantes, ao invés de serem por ele apresentados; não deve causar surpresa também a campanha que já vem sendo feita em relação aos Comitês, por certos setores bem conhecidos, com a reedição de certas fórmulas já desmoralizadas de que os Comitês são apenas máscaras de células comunistas (LEMME, 2004, p. 52).

O ativismo da militância comunista nos meios sindicais e nos Comitês Democráticos Populares e o impressionante desempenho eleitoral do PCB nas eleições de 1945<sup>4</sup> e 1947 transformaram o PCB numa força política em potencial, assustando as classes dominantes, sempre temerosas da participação popular na vida política do país. Diante de tal ameaça e do avanço da Guerra Fria, em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB. Em outubro do mesmo ano, o governo brasileiro rompeu relações com diplomáticas com a União Soviética, assumindo seu alinhamento à política externa norte-americana.

Uma onda repressiva violenta se abateu sobre o movimento democrático e popular, em particular os comunistas (ver, por exemplo, sobre a prisão do poeta Solano Trindade e do operário da construção civil Moysés de Oliveira Freitas, em Duque de Caxias, *Tribuna Popular*, 25/11/1947, p. 2). Uma vez tornado ilegal, as sedes do PCB foram lacradas, seus bens e documentos apreendidos, os jornais ligados ao Partido foram fechados e entidades ligadas de alguma forma aos comunistas foram banidas ou perseguidas, caso dos Comitês Populares Democráticos (ver, por exemplo, “Arbitrariamente fechada a Liga Camponesa Francisco Lira”, *Tribuna Popular*, 17/05/1947, p. 8). Por meio do Decreto-lei no 23.046, de 7/5/1947, o governo Dutra fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e as uniões sindicais estaduais, frutos do trabalho realizado pelos comunistas à frente do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Além disso, o governo promoveu intervenções em mais de 400 sindicatos, inaugurando nova fase de repressão aberta ao sindicalismo mais combativo. Durante o governo Dutra, vigorou um regime político fundado “no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB”, ainda que “inscrito nos marcos da denominada democracia liberal” (POMAR, 2002, p. 9).

Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas, em âmbito federal, estadual e municipal, tiveram seus mandatos cassados, sendo jogados na clandestinidade. Alguns dos Comitês Populares

---

<sup>4</sup> Segundo dados do Relatório da Secretaria de Segurança Pública, nas eleições de dezembro de 1945, o PCB foi o partido que recebeu mais votos em Duque de Caxias e o segundo colocado em números de votos nos municípios de Nova Iguaçu e Magé (apud Souza, 2014, p. 190), evidenciando a influência comunista na região da Baixada Fluminense.

Democráticos, já no ano anterior, transformaram-se em associações de moradores, medida que visava burlar a repressão policial. Poucas organizações camponesas continuaram funcionando e pouquíssimas as que conservaram o nome de Ligas; uma das exceções foi a Liga Camponesa de Iputinga, em Pernambuco, que subsistiu apesar das constantes prisões de seus líderes e das crescentes suspensões de atividades sofridas (MORAIS, 2006, p. 27). Apesar das possibilidades de atuação bastante reduzidas, os militantes comunistas continuaram ativos nas comunidades dos bairros de diversas cidades do país e no meio rural, como demonstravam os relatórios policiais nos anos seguintes, a imprensa e os relatos memorialísticos, como o de Bráulio Rodrigues da Silva, em “Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense” (SILVA, 2008).

Resgatar este legado histórico de organização popular e lutas sociais na Baixada Fluminense é tirar da invisibilidade “os ideais e as lutas dos setores, que não obtiveram êxito em seus propósitos revolucionários e transformadores e, muitas vezes, sofreram duras derrotas” que, segundo a lógica da História Oficial, são “esquecidos, silenciados, deturpados e combatidos” (PRESTES, 2010, p. 95).<sup>5</sup> Resgatar este pedaço da história da educação popular é contribuir para diminuir lacunas e alargar as fronteiras da historiografia da Baixada Fluminense.

## Referências

- BOLETIM INTERNO.** Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1945-1946. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia:** ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. **Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008).** Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro, UERJ, 2021.
- LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador,** v. 4.. 2 ed. Brasília: Inep, 2004.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?:** questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MONTEIRO, Claudia. *A luta por um partido de massas: O PCB e os Comitês Democráticos Populares no Paraná (1945-1947).* In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA,** 7, 2015, Maringá. Anais. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1094.pdf>. Acesso em: 04/08/2021.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil.* In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964).** São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. *Apresentação. As fronteiras da historiografia da Baixada Fluminense.* In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. (Orgs.) **Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território.** Curitiba: Editora Prismas, 2019. pp. 07-18.
- PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951).** Dissertação de Mestrado em História e Culturas Políticas, Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- PINHEIRO, Marcos Cesar de. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947).** Dissertação de Mestrado em História Comparada, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura**

<sup>5</sup> Nesse sentido, conferir a análise feita por Eliana Laurentino, em sua tese de doutorado, como a escrita da história local se configurou por meio do atual Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, entre os anos de 1971 e 2008, em que se mostra a lógica da História Oficial em apagar o passado de resistências e lutas de Duque de Caxias, em afirmar que “a ‘Cidade Progresso’ não é aquela comuna”. (LAURENTINO, 2021).

**Popular (1958-1964): uma história comparada.** Tese de Doutorado em História Comparada, Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

PINHEIRO, M. C. O.; BATISTA, V. S.. *Educar o Povo Para a Democracia: a Experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945 - 1947)*. In: X Congresso Brasileiro de História da Educação, 2019, Belém do Pará. **Anais Eletrônicos do X Congresso Brasileiro de História da Educação**. Belo Horizonte: SBHE, 2019. v. 9. p. 4346-4355.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira; RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. *Movimento social, cidadania e educação na experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947)*. In: **Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão**, V, 2018, Niterói. Anais V CEDUCE, v. 2, 2018.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRESTES, Anita Leocadia. *O historiador perante a história oficial*. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 1, n. 2, p. 91-96, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607/7031>. Acesso em: 21 jun 2021.

PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, s/d.

SANTOS, Henrique Buy dos. **Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)**. Monografia de Licenciatura em História, Nova Iguaçu, UFRRJ, 2011.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008.

SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)**. Dissertação de Mestrado em História, Salvador, UFBA, 2012.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, APPH-CLIO, 2014.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979..

**TRIBUNA POPULAR**, Rio de Janeiro, 1945-1947. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional (BN).

## ENTRE LARANJAS E LETRAS: O CONCURSO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL EM IGUAÇU (1931)

## BETWEEN ORANGES AND LETTERS: THE CONTEST FOR MUNICIPAL TEACHING IN IGUAÇU (1931)

*Mariana Hapuque Raphael da Silva<sup>1</sup>*

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa de iniciação científica em andamento acerca da história do magistério público em escolas primárias no município de Iguazu entre 1929-1949. Utilizam-se documentos oficiais, jornais e fotografias como fontes primárias.

Palavras-chaves: Concurso, escolas primárias, professores.

### Abstract

This paper aims to present the ongoing scientific initiation research on the history of public teaching in primary schools in the municipality of Iguazu between 1929-1949. Official documents, newspaper and photographs are use as primary sources.

Keywords: Contest, primary schools, teachers.

### Escolas e professores municipais em Iguazu

Apresentamos resultado de pesquisa em andamento sobre a história do magistério público em instituições de ensino primário no município de Iguazu, especialmente sobre o concurso municipal que aconteceu no dia 19 de fevereiro de 1931. Nas décadas de 1920 e 1930 houve uma expressiva participação do poder executivo municipal na criação de escolas. Informação retirada da Tabela Orçamentária da Câmara Municipal acusa a existência de 09 escolas primárias municipais em 1920 (Correio da Lavoura, 30 dez. Ano IV n. 198).

Em 1925 o prefeito Octavio Ascoli defendia a criação da Inspeção das Escolas Municipais:

Hoje já possuímos onze (11) escolas e precisamos que ellas deem o resultado almejado. Para este fim é necessária a fiscalização feita por alguém competente, que em conjunto com a inspeção, de instrução ao professorado, de modo que seja eficiente o sacrifício do município (MENSAGEM DO SR.PREFEITO, 22 mar.1925).

Em 1928, o Prefeito João Telles de Bittencourt informava a criação de mais duas escolas municipais, o que totalizava 14 escolas municipais em funcionamento no município de Iguazu, tornando-se motivo de Júbilo. “É, portanto, de franco progresso a situação da instrução municipal, em parte devido aos esforços do actual Superintendente de ensino Dr. Oscar Teixeira, em quem tenho encontrado um auxiliar dedicado.” (MENSAGEM DO SR. PREFEITO, 02 ago.1928.) Observamos que em diferentes governos era mantido o discurso da importância da atuação do poder público municipal na oferta de escolas públicas primárias.

O relatório da prefeitura sobre o ano de 1931, publicado em 1932, informava a existência de 29 escolas e a subvenção das escolas primárias São José, em Nilópolis e a Escola Humildade e Caridade, de Andrade Araújo, além da subvenção, desde 1930, do “Gymnasio Leopoldo”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU, 22 mar 1932). Em 1934, o município de Iguazu ocupava o 4º lugar em número de escolas primárias (34) mantidas pelas municipalidades do estado do Rio de Janeiro, ficando atrás de Itaperuna (53), Campos (49) e Nova Friburgo (37) (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935, p 120). Além das escolas primárias o município também tinha instaladas escolas públicas primárias sob a responsabilidade do governo estadual. A “capilarização da escola pública na Baixada Fluminense” (BORGES; DIAS, 2021) foi um longo processo que se pautou em critérios de distribuição de escolas pelo

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela UERJ/FEBEF. Bolsista de Iniciação científica UERJ no projeto “Processos de Escolarização na Baixada Fluminense: história, memória e patrimônio”. Membro do Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO/FEBEF).E-mail: marianahapuque52@gmail.com

território conforme dados populacionais, disponibilidade de docentes, interesses e negociações políticas. A institucionalização de escolas e a provisão das mesmas como professores e estudantes, sob a fiscalização das agências estatais, era parte do processo de “fazer-se Estado fazendo escolas” (DIAS, 2014). Não foi, contudo, um processo linear. Escolas poderiam ser criadas e não ser providas, poderiam ser fechadas, mudadas de lugar de funcionamento. Localidades mais urbanizadas recebiam maior número de escolas. Ainda assim em muitos casos havia excesso de matrículas em proporção ao número de docentes, enquanto, em regiões menos centrais dos municípios, principalmente em regiões rurais, era menor a oferta de escolas e maiores as dificuldades de lotação e fixação dos docentes no lugar. Remoções, licenças e transferências caracterizavam a instabilidade na oferta do serviço de instrução. Isabela Jara (2017) chamou de “tropeiros da instrução” essa marca da história do magistério, pois os docentes estavam sujeitos, por vontade ou por exigência das agências estatais, a diferentes lotações ao longo da carreira docente.

No relatório da atuação municipal de 1931, o tema da instrução era valorizado junto com as intervenções urbanas realizadas no distrito sede município, como a reformulação de ruas e praças. A historiografia acerca da Baixada Fluminense reforça a importância da citricultura para o desenvolvimento econômico de Iguaçu nas décadas de 1920 a 1940. A história da “cidade perfume” repercute na memória social e afetiva dos iguaçuanos como um período “áureo” do distrito-sede, Nova Iguaçu. Os estudos sobre história da educação notam que a criação de escolas serviu de propaganda para um almejado progresso local (DIAS, 2014). Assim, entre laranjas e letras, havia relação entre os projetos de sociedade e de economia, entre política e educação, num município que tinha na exportação de laranjas uma fonte de riqueza financeira.

Nesse contexto de criação de escolas municipais em Iguaçu num período econômico importante, investigamos a realização de um concurso municipal para professores em 1930. Em diálogo com a historiografia buscamos investigar o processo de institucionalização de escolas municipais e, principalmente, investigar o quadro do magistério.

A metodologia é pautada na pesquisa documental no Jornal Correio da Lavoura, na hemeroteca da Biblioteca Nacional e na análise dos mapas de frequência escolar digitalizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A realização de um concurso para o magistério municipal em 1931 informa sobre os modos de seleção e ingresso no magistério. Interrogamos se as docentes eram diplomadas em Escola Normal, como foram avaliadas e se permaneceram fazendo carreira em Iguaçu.

O tratamento metodológico das fontes e os recortes estabelecidos são conduzidos pelo referencial teórico de que são os interesses do pesquisador que definem a circunscrição da investigação. Os limites territoriais de um município não devem ser considerados como balizas externas. Para o caso do município de Iguaçu, nas décadas de 1920 e 1930, a bibliografia aponta que os distritos eram pautados por distintos usos das paisagens rurais e urbanas. O primeiro distrito, Iguaçu, que tinha como sede a cidade de Nova Iguaçu, era o mais mobilizado em prol da citricultura, enquanto Nilópolis, por exemplo, era cenário de intenso processo de loteamento urbano (SIMÕES, 2011). Assim, as pesquisas em história da educação, quando tomam o território como posição de análise, devem considerar distintos processos históricos e funções sociais atribuídas à escola, conforme a historicidade da região estudada. Os resultados sobre o concurso municipal de 1931 informam sobre escolas existentes numa extensão região que hoje abrange Nova Iguaçu, Queimados, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, São Joao de Meriti.

### **O Concurso municipal para o magistério**

Na ausência de arquivos públicos municipais, a pesquisa sobre a história da educação em municípios encontra muitos obstáculos para o acesso a informações da administração municipal. A imprensa adquire uma importância central como fonte de pesquisa. Nesse sentido, o Jornal Correio da Lavoura, que publicava atos da prefeitura, foi a principal fonte de informação. Antes da realização do concurso, houve a exoneração do quadro do magistério municipal. Em dezembro de 1930, o Prefeito Sebastião de Arruda Negreiros exonerou 19 professores “querendo adotar medidas que redundem em

benefício da Instrução Pública Municipal". Nos termos da portaria publicada no Jornal Correio da Lavoura:

O Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, prefeito do Município de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, usando as atribuições conferidas em lei, e querendo adoptar medidas que reduntem em benefício da Instrução Publica Municipal. RESOLVE: exonerar os Professores José Targino das Chagas, José Antonio dos Santos e Hypolito da Silveira Baldez, e as Professoras Thereza de Jesus Santos, Elzira Guimarães dos Santos Pimentel, Esmeralda Alves, Carolina da Costa Fernandes, Ayxha Soares, Esmeraldina Reis e Silva, Francisca Jeremias da Silveira Menezes, Wanderlina de Oliveira, Zilda dos Santos Von Boeckel, Nair Cardoso, Leocadia dos Santos Braga, Adelia Aceti, Déa Barbosa Soares, Stelitta Pinheiro dos Santos, Vicencia Jambo da Costa e Maria de Souza Araujo. Registre-se e cumpra-se. Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 1930. (CORREIO DA LAVOURA, 1931, p2).

Avaliamos que houve da parte da prefeitura interesse em dispensar o quadro do funcionalismo existente antes de realizar um concurso. Foi publicado no Jornal Correio da Lavoura no dia 8 de janeiro de 1931 o edital para o concurso municipal para o provimento do cargo de professores municipais. Para se inscrever no concurso havia alguns requisitos, pois era necessário ser brasileiro nato, ter mais de 18 anos e não possuir nenhuma deficiência física que impossibilitasse o candidato de exercer o magistério. Teria preferência na nomeação os candidatos que possuíssem o diploma de Escola Normal, Instituto de Ensino Superior e os que tivessem a melhor pontuação na prova.

No concurso, que se realizará dez dias após o encerramento das inscrições, os candidatos serão examinados por uma Comissão previamente designada, cujo exame versará sobre as seguintes matérias: Portuguez; Arithimetica, Geometria, Geographia, História do Brasil. (CORREIO DA LAVOURA, 1931, p2).

O concurso foi realizado no dia 19 de fevereiro de 1931, às 14 horas no "Gymnasio Leopoldo", uma escola subvencionada pelo município de Iguçu. Segundo o Diário de Notícias 29 mulheres se inscreveram no concurso municipal: Alayde de Souza Azevedo Gomes, Maria do Nascimento, Henedina Barros Calino. Alice Mattos da Costa, America de Mello, Abigail Gonzaga, Jurema Soares Guimarães, Alda de Almeida Corrêa, Hilda da Pacheco da Rocha, Annita Alarcão, Vicencia Jambo da Costa, Octalia Monteiro, Adelina de Carvalho, Maria de Souza Araujo, Elza da Silveira, Ayxha Faria Soares, Celia Pacheco da Rocha, Maria Amelia Kelly Marques, Carmelita de Luca, Eloísa Sá Peixoto, Romelia Araújo Pereira, Luristella de Figueiredo Vasconcelos, Jurema Dias, Dinorah Manzoni, Maria Eulina da Silveira, Ediméa da Silveira, Esther do Nascimento Melo, Joana Costa e Izabel Pralon de Carvalho.entre elas verificamos dois nomes de docentes exonerados no final de 1931, que se inscreveram: Vicencia Jambo da Costa e Ayxha Faria Soares.

Não localizamos ainda notícias sobre o andamento do concurso ou sobre a comissão de avaliação. Contudo, o local de realização, o Ginásio Leopoldo, por ser uma instituição recém fundada no município sob o patrocínio da subvenção da prefeitura, é representativo da importância do concurso. Ana Paula Esteves analisa a relevância da fundação do Ginásio em 1930 e a projeção da instituição na cidade ao longo das décadas de 1930 e 1940 (ESTEVES, 2020). O Ginásio funcionava às margens da linha do trem em área urbanizada do distrito-sede de Iguçu.

Foi publicado no jornal Correio da Lavoura o resultado final do concurso para o provimento de cargos de professores municipais:

- 1º lugar – Hilda Pacheco da Rocha
- 2º lugar – Dinorah Manzoni
- 3º lugar – Octacilia Monteiro
- 4º lugar – Cílicia Pacheco da Rocha
- 5º lugar – Jurema Dias
- 6º lugar – Heloisa de Sá Peixoto
- 7º lugar – Ayxha Faria Soares
- 8º lugar – Esther Nascimento Mello

- 9º lugar – America de Mello  
 10º lugar – Annita Alarcão  
 11º lugar – Abigail Gonzaga  
 12º lugar – Alayde de Souza Gomes e Alice Matos da Costa  
 13º lugar – Jurema Soares Guimarães (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ, (12 mar. 1931, p. 2).

Como vemos na listagem, quatorze docentes foram classificadas e entre elas figura uma professora que tinha sido exonerada no final de 1930, Professora Ayxha Faria Soares.

No mesmo dia em que prefeitura publicava o resultado do concurso, outra mudança adotada era informada pelo Prefeito Arruda Negreiros, justificada pelo propósito de melhorar as instruções municipais de ensino, que foi a reorganização das escolas do município de Iguazu. A reforma na distribuição das escolas em 1931 justificava-se pelo critério de localização “nos núcleos de população mais importantes de acordo com as necessidades de ensino” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ, 12 mar, p.2). As escolas estaduais e municipais estavam concentradas no distrito sede do município e nas áreas urbanas (DIAS, 2014).

Como demonstrado na tese de Amália Dias, ocorria o processo de “Fazer-se estado fazendo escolas” e “Fazer-se estado fazendo o magistério”. A profissionalização docente era vértice do processo de institucionalização de escolas e do poder público municipal. As escolas eram conhecidas por seus números como a escola nº8 localizada no Morro do Agudo, que tinha a denominação especial de Coronel França Soares. Comparativamente com as escolas estaduais, as escolas municipais tinham maior costume de ter uma denominação especial que em geral era o nome de alguém conhecido na região.

Reorganização de escolas do Município de Iguazu (1931)		
Nº	Denominação	Localização
1ª	Duque de Caxias	Estrella
2ª	Barão de Tinguá	Tinguá
3ª	Tavares Guerra	São João
4ª	Prof. Pariz	Santa Branca
5ª	Francisca Rosa	Marapicu
6ª	José dos Reis	Rancho Novo
7ª	Dr. França Carvalho	Jacutinga
8ª	Barão de Mesquita	Mesquita
9ª	Valerio Rocha	Prata
10ª	Rangel Pestana	Coelho da Rocha
11ª	Cel. França Soares	Morro Agudo
12ª	Ignacio Serra	Merity
13ª	Guilherme Guinle	Posse
14ª	Dr. Thibau	Madureira
15ª	Custodio Baptista	Chatuba
16ª	Maria de Souza	Riachão
17ª	Coronel Elyseu	Itinga
18ª	Nilo Peçanha	k-11

19ª	Major Sousa Antunes	Passa Vinte
20ª	Desembargador Eloy Teixeira	Queimados
21ª	Bernardino Mello	Bomfim
22ª	Vereador Sá Freire	Rio D'ouro
23ª	Vereador Salustiano de Andrade	Xerem
24ª	França Leite	Palmeiras

Fonte: Elaborado a partir de Correio da Lavoura, 12 mar. 1931, p.2.

As 14 docentes foram alocadas em uma dessas 24 escolas. Havia portanto, maior número de escolas do que de docentes concursados. A pesquisa do nome das docentes nos mapas de frequência escolar demonstrou uma diversidade de situações. Os mapas de frequência escolar estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A documentação organizada por município permite o acesso de mapas mensais de escolas, do período de 1929 a 1949. Constam endereço e categoria das escolas, dados de matrícula e de dos docentes. Foi possível identificar quais docentes foram lotadas em quais escolas municipais, tempo de permanência se eram diplomadas ou não. Assim foi possível saber se havia professoras concursadas sem titulação. Foi o caso da professora municipal concursada Cecília Pacheco, e de Jurema Soares Guimarães, que não eram diplomadas, segundo as informações profissionais lançadas nos mapas de frequência escolar das escolas em que exerceram o magistério em Iguazu. Algumas docentes que lecionavam no ensino noturno eram concursadas e também trabalhavam em outras escolas municipais no ensino diurno. Algumas docentes transitaram em diferentes escolas e com diferentes cargos, pois as mesmas transitavam em diferentes áreas do ambiente escolar como professores, diretores ou inspetores. Outro dado interessante é que alguns docentes que foram exoneradas em 1930 continuaram trabalhando no município. Isso foi constatado pelo cruzamento do nome das docentes exoneradas com os mapas escolares de Iguazu.

### Trajetórias docentes

Os nomes dos docentes exonerados em 1930 e os nomes dos docentes aprovados em concurso em 1931 permitem a investigação de trajetórias individuais, pela busca dos nomes na hemeroteca da Biblioteca Nacional ou no repositório institucional do CEDIM da UFRJ, onde é possível pesquisar o jornal iguaçuano Correio da Lavoura.

A pesquisa sobre os professores municipais conta ainda com as fotografias que, entre 1932 e 1933 foram produzidas para comemorar o centenário da Vila de Iguazu. Essa coleção de fotos é conhecida por pesquisadores locais como Coleção Arruda Negreiros.

Na imagem a seguir foi possível identificar a professora Ayxha Faria Soares, que foi exonerada em 1930 e aprovada no concurso em 1931. Além de ser professora concursada e regente da Escola Municipal Mista Dr. Thibau (FDE, APERJ, 02681) em 1933 e em 1935, também foi citada nos quadros de visitas recebidas em muitas escolas municipais, como “auxiliar do Técnico de Educação” nos anos de 1944, 1945, 1946, 1947 e em 1948 (FDE, APERJ, 02631, 02672, 02683, 02690, 02683, 02692, 02693, 02695, 02717, 02720, 02726, 02752). A partir de abril de 1948 (FDE, APERJ, 02693) é citada como “Inspetor de Ensino” até o final da documentação (1949). Por exemplo, em 1949, na Escola Municipal Monsenhor Pizarro (FDE, APERJ, 02693) Ayxha Faria Soares realizou visitas mensais e em algumas ocasiões esteve acompanhada do prefeito Dr. Sebastião de Arruda Negreiros.

**Figura 1. Fotografia Escola Dr. Thibau**



Fonte: Acervo IHGNI, Coleção Arruda Negreiros.

Assim, a partir do nome de docentes mencionadas em jornais, em fontes oficiais municipais, em mapas de frequência escolar e pela busca na hemeroteca, é possível descortinar trajetórias dos docentes que fizeram o concurso municipal em 1931 e ampliar a investigação para além da data do concurso. A história da profissão docente na Baixada Fluminense é tanto a história de trajetórias quanto de políticas e de lutas pela institucionalização da escola pública e o pelo acesso da população a esse direito social.

### Considerações finais

No quadro traçado busquei mostrar a situação do magistério em Iguaçu a partir do ano de 1930, o mesmo passou por varias mudanças até se tornar o que conhecemos hoje do exercício da profissão docente na Baixada Fluminense. Com cenário que se encontrava a educação no município de Iguaçu em 1930, o concurso para o magistério municipal veio para trazer mudanças consideradas necessárias pela prefeitura nas instruções de ensino, contribuindo assim para o projeto “Fazer-se estado fazendo escolas e Fazer-se estado fazendo magistério”.

Apesar das mudanças realizadas no que diz respeito ao exercício da profissão docente no município de Iguaçu e nos demais distritos, após o concurso municipal os professores continuaram enfrentando e atualmente enfrentam diversos obstáculos para serem reconhecidos em seus direitos.

### Referências

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras**: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870- 1933). In: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (orgs.). **Um mar de escolas**: diálogos e pesquisas em História da Educação. Curitiba. Editora Appris, 2021. p.95-110.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933. Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ary Parreiras, Niterói, 1934.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PARREIRAS, Ary. Estado do Rio de Janeiro. Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República. Período de 1931-1934. Niterói, 1935, p.120.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. **O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950)**. Dissertação (Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

JARA, Isabela Bolorini. **O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu**: funcionarização, agências e experiências (1895-1925). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Baixada

e experiências (1895-1925). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

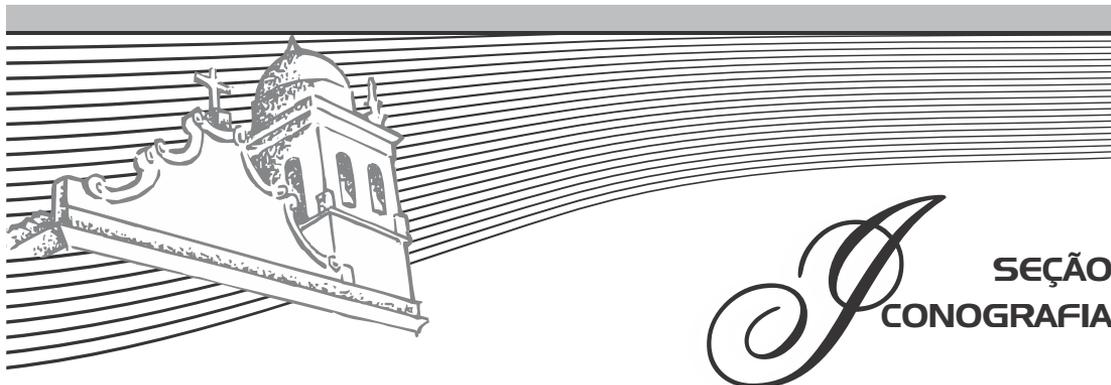
MENSAGEM DO SR. PREFEITO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, Ano XIV, n 721, 8 jan. 1931.

MENSAGEM DO SR. PREFEITO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, Ano XI, n.418, 22 mar.1925.

MENSAGEM DO SR. PREFEITO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, Ano XII, n.594, 02 ago.1928.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, Ano XIV, n. 730, 12 mar. 1931.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ. **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, Ano XVI, n.784, 22 MAR 1932.



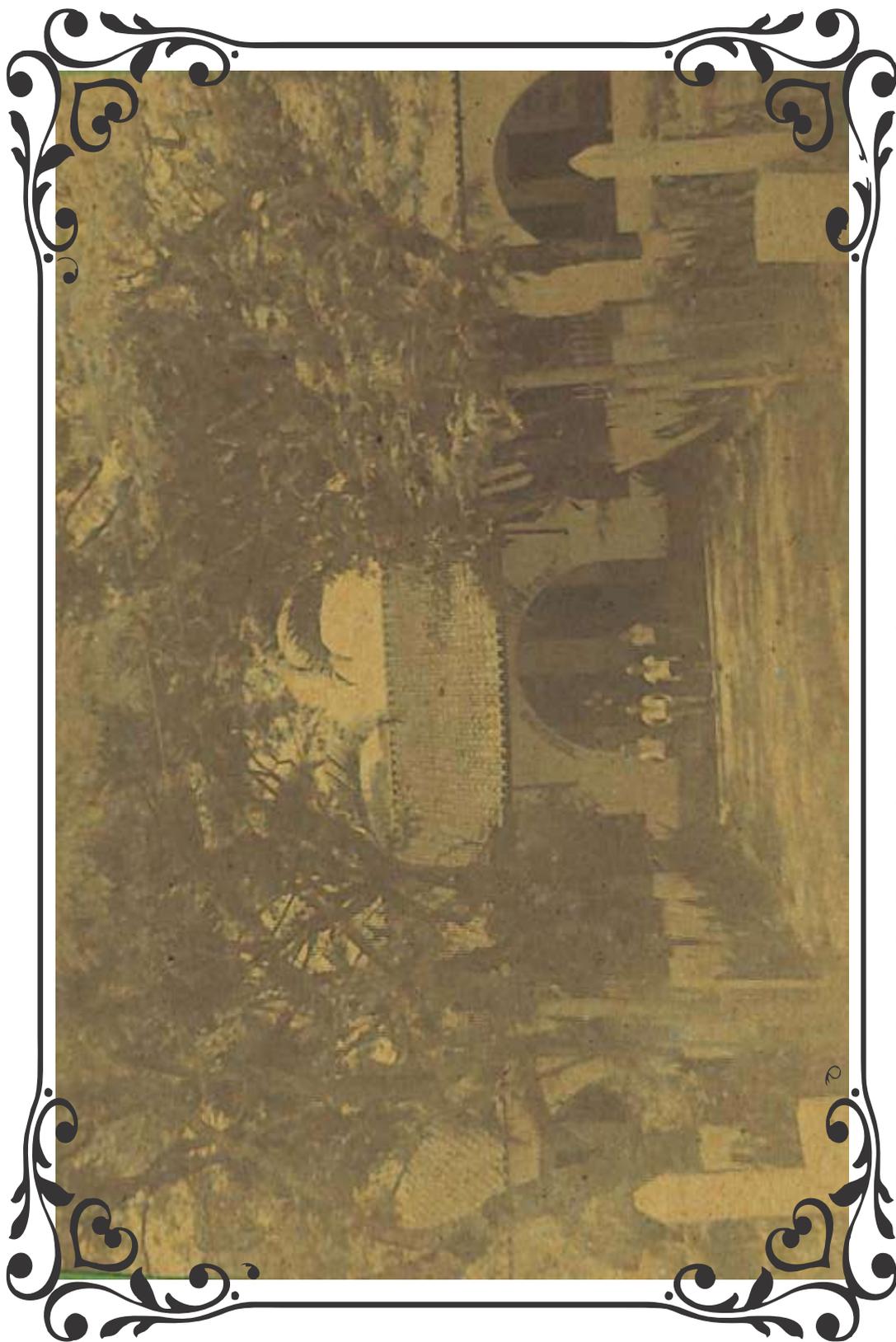
*Esta seção tem objetivo de divulgar os documentos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação.*

*Nesta edição, reproduzimos fotografias de ESCOLAS que integravam a 2ª Região Escolar - Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.365, de 27 de outubro de 1969, constituída pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Magé.*

*A 2ª Região Escolar estava subordinada ao Departamento de Educação Primária, da Secretaria de Educação e Cultura.*

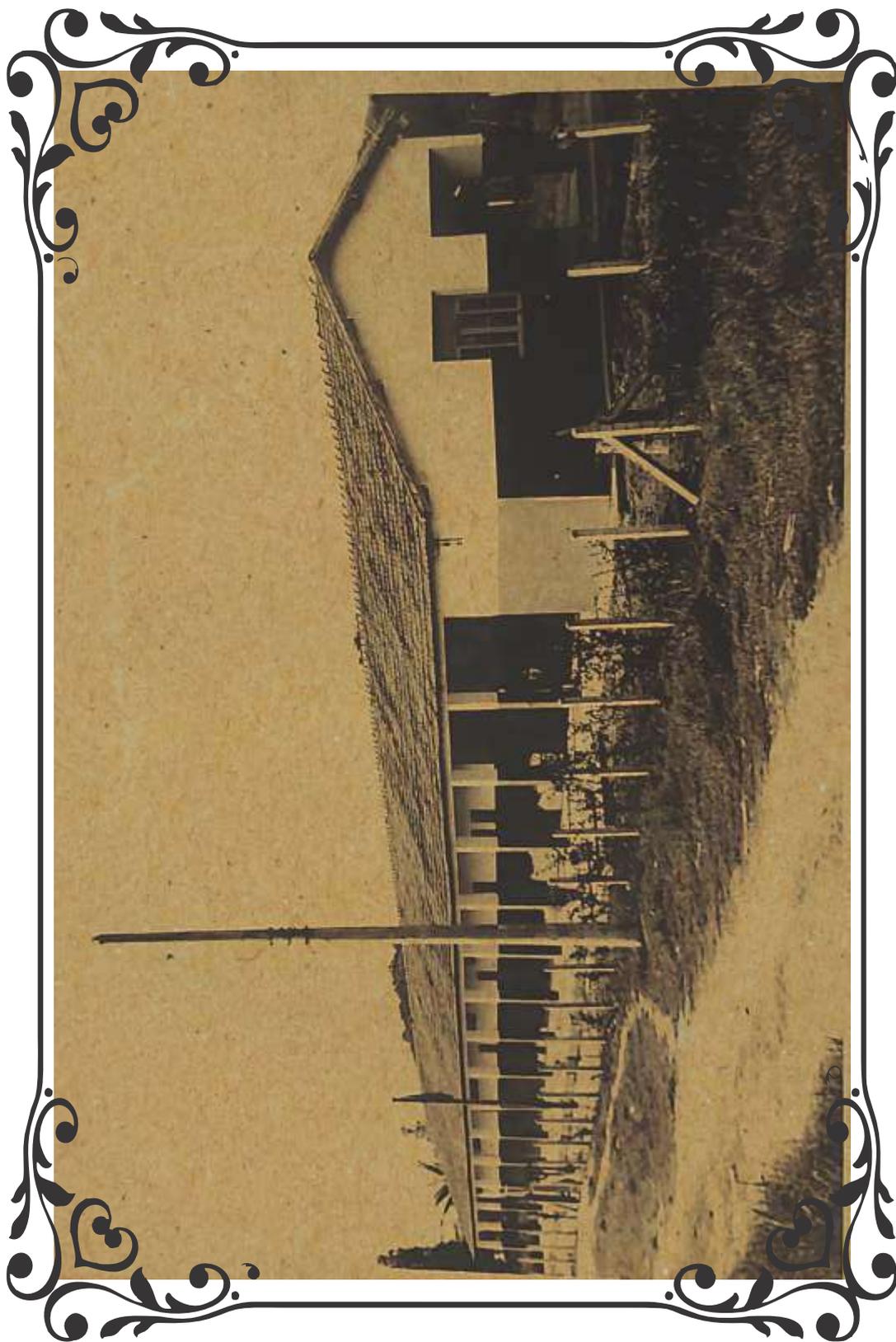
*Estas imagens integram o acervo documental do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, com datas referentes à década de 1970.*





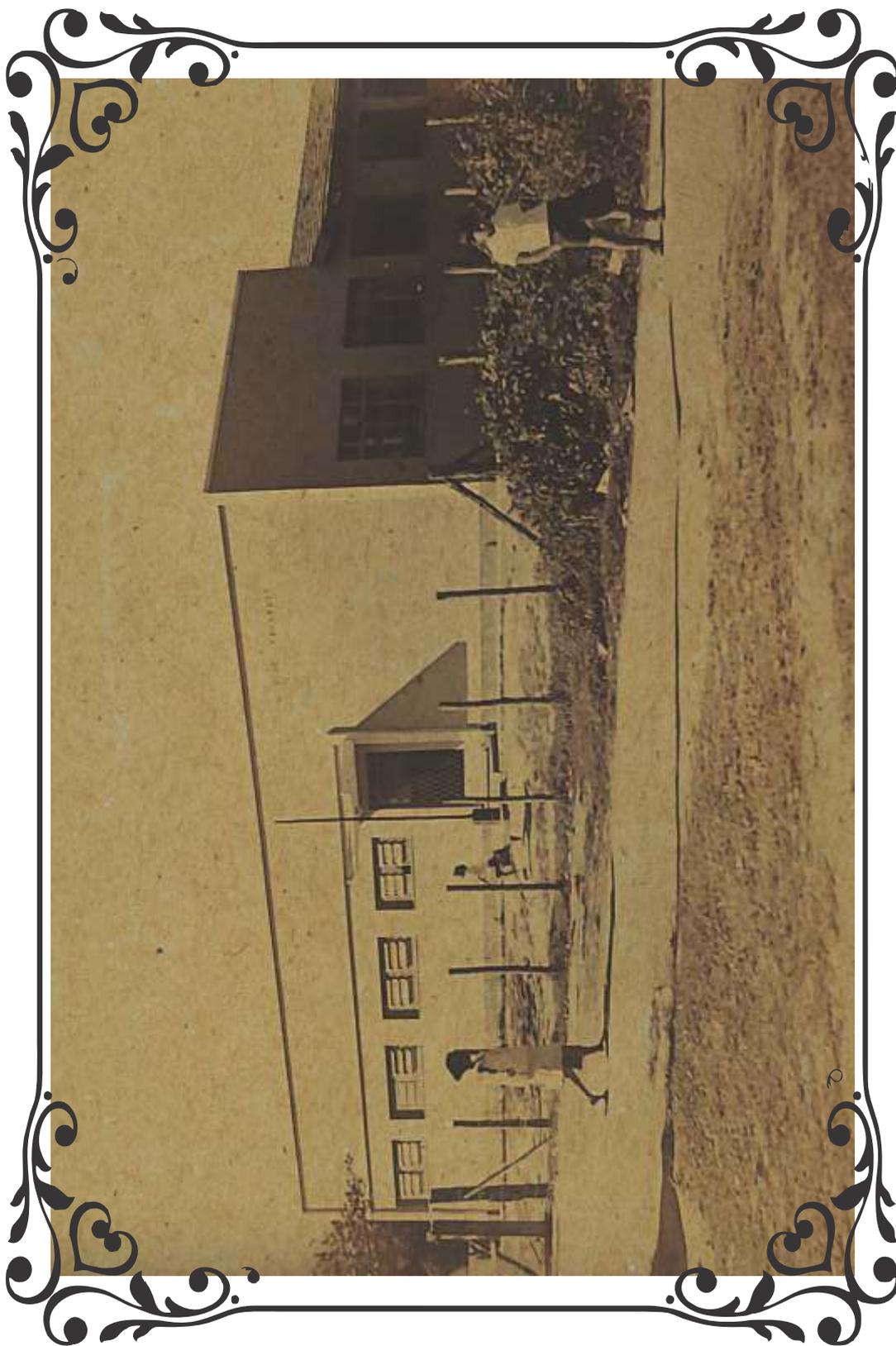
Grupo Escolar Adelina Castro – Rua Tupinambá de Castro, s/nº - Campos Elíseos – 2º Distrito – Duque de Caxias





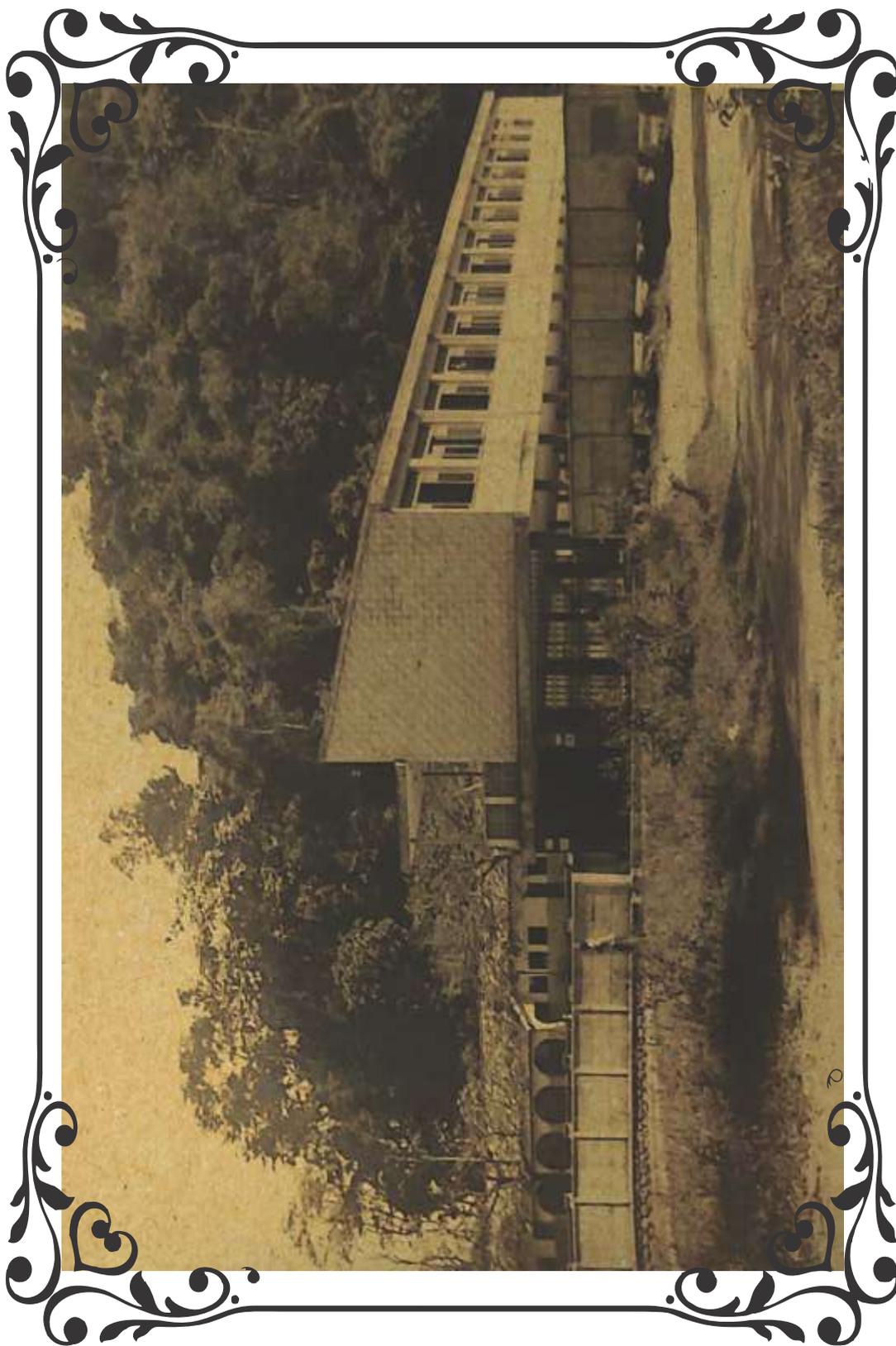
Grupo Escolar Bairro da Califórnia – Rua Tel Carim, s/nº - Bairro Califórnia – 2º Distrito – Duque de Caxias





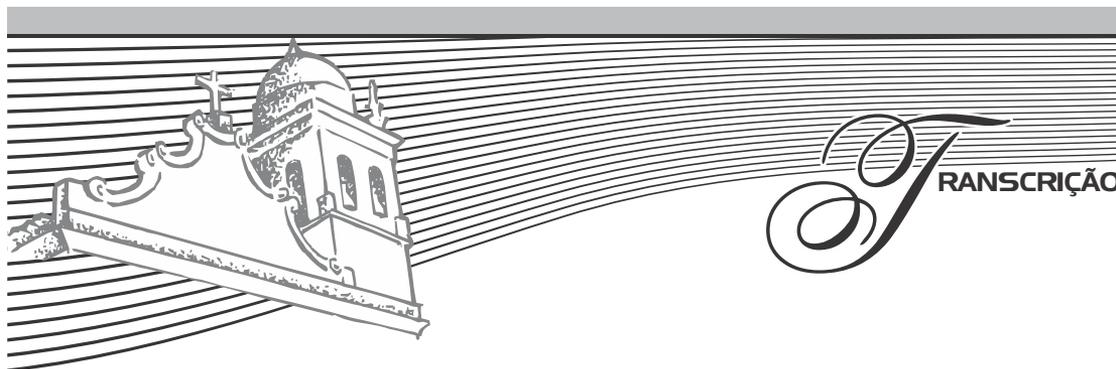
Grupo Escolar Embaixador Raul Fernandes – Rua Petrópolis, 40 - Parque Fluminense – 2º Distrito – Duque de Caxias





Grupo Escolar Santo Antônio – Estrada da Igreja Velha, s/nº - F.N.M. – 4º Distrito – Duque de Caxias





## A FINALIDADE E AS FUNÇÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO NA ABM

*Cristiane Dias Nunes de Araújo<sup>1</sup>*

*Marcia Spadetti Tuão da Costa<sup>2</sup>*

*Renata Spadetti Tuão<sup>3</sup>*

A Associação Beneficente de Menores (ABM) administrou o Patronato São Bento desde sua efetivação enquanto espaço de asilamento de “menores” no território do São Bento em Duque de Caxias. Cabe ressaltar que a ABM foi instituída em 25 de novembro de 1955 e fez reformulações no seu estatuto ao longo do período de sua atuação até a década de 1980. Esse estatuto foi escrito por Dom Odilão de Moura (OSB) que exerceu funções na direção das instituições durante as duas primeiras décadas de atuação e no Patronato São Bento, respondeu como diretor por quase uma década também. Dos inúmeros documentos da ABM e do Patronato São Bento que estão sob a guarda do Centro de Memória da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd)<sup>4</sup>, transcrevemos parte do primeiro Estatuto da ABM que data de 1956. Destacamos que antes da consolidação do internamento, a principal atividade da ABM era o trabalho junto aos menores trabalhadores, baleiros e engraxates, no que diz respeito a sua identificação com confecção de cartões. Ela se ocupava, ainda, daqueles que vagavam pelas ruas do município e o seu fazer consistia em encontros de formação semanais que eram realizados na Casa São José numa sala alugada localizada no centro do município de Duque de Caxias, à alfabetização noturna oferecida à infância trabalhadora da cidade, como também, a assistência aos menores encarcerados na cidade. Destacamos que esse documento foi datilografado e produzido pelo cartório. A transcrição abaixo corresponde às quatro primeiras páginas sequenciais de um total de vinte e uma páginas. Mantemos a redação original do respectivo documento. Cabe a explicação, ainda, de que consta nessa transcrição Conselho Administrativo (CA/Ca) e Conselho Social (CS) constitutivos da ABM.

### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES

Cap. I. Dos fins da Associação. Art. 1º - A associação Beneficente de Menores, fundada no dia de ação de Gração [sic.] 25 de Novembro de 1955, tem por finalidade dar assistência aos menores do Município de Duque de Caxias necessitados de amparo, suprimindo-lhes o cuidado que a família não lhes pode dar. Art. 2º - A ABM tem sede e fôro [sic.] jurisdico [sic.] nesta comarca, de Duque de Caxias. Art. 3º - Para o desempenho de sua finalidade a ABM promoverá: 1º A fundação e manutenção de um estabelecimento

<sup>1</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: crysdi3@gmail.com.

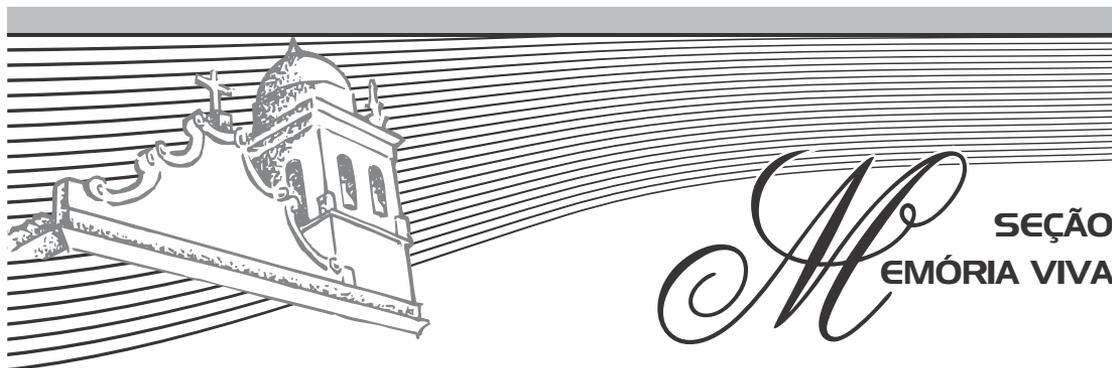
<sup>2</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: mardetti.tuao@gmail.com.

<sup>3</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: spatuao@hotmail.com.

<sup>4</sup> Todo o trabalho realizado pelo CEPEMHEd é fruto do esforço coletivo de sua equipe composta pelos seguintes membros: Ana Carolina Izaías Gomes, Cristiane Dias Nunes, Marcia Montilio Rufino, Márcia Spadetti Tuão da Costa, Marluce Souza de Andrade, Renata Spadetti Tuão e Thays Rosalin de Araújo. É uma instituição educativa que se constituiu a partir da iniciativa dos professores da rede municipal de Duque de Caxias e companheiros de militância do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)/Núcleo Duque de Caxias) em 2005. O CEPEMHEd tem seus eixos de trabalho em pesquisa, arquivo e formação com o objetivo de se instituir como uma Escola de Educação Patrimonial.

de internação de menores, cujo nome será “INSTITUTO PROFISSIONAL S. JOSÉ”, 2º internação de menores neste Instituto; 3º Auxílio [sic.] a famílias [sic.] necessitadas que ainda possam ter os filhos em sua companhia; 4º - Intrega [sic.] de menores a famílias [sic.] idôneas que os possam perfiar, adotar ou tutelar; 5º - Proteção e orientação dos menores que se possam manter por conta própria no ambiente em que vivem. Art. [sic.] 4º O meio principal de assistência aos menores e que terá precedência sobre os outros é o de que fala o inciso 1º do artigo anterior, sendo as verbas aplicadas aos outros meios só depois de satisfeitas as despesas daquele. Art. 5º - A ABM prestará assistência integral ao menores: religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e habitação. Art. 6º - A Assistência integral aos menores irá a idade de 17 anos completos. § Único – Não havendo outro meio legal de determinação da idade, recorrer-se-á ao critério médico. Art. 7º Os responsáveis pelo menor encaminhado à [sic.] ABM, assinarão um documento em que provam conhecer estes Estatutos, confirmado por duas testemunhas. Art. 8º - Os menores portadores de moléstias contagiosas e de anormalidades físicas ou psíquicas que os tornem inadapáveis a vida social ou colegial serão enviados pelo C. S. a. estabelecimentos especializados. Art. 9 – A ABM prestará assistência só a menores desamparados econômica [sic.] ou moralmente, sem distinção de raça ou religião Cap. II Da diretoria da ABM Art. 10º - A ABM será dirigida por um Conselho Administrativo assistido por um Conselho Social. Art. 11º - O Conselho Administrativo será constituído [sic.] pelos seguintes membros: 1º - O Prefeito do Município; 2º O Juiz de Direito da Comarca; 3º O Presidente da Câmara de Vereadores do Município; 4º - O Delegado de Polícia; 5º - Um representante da Associação Comercial; 6º - Um representante da Imprensa Local; 7º - Três sócios da ABM, será escolhido de três em três anos pelo C. A. “ad referendum” da Assembléia [sic.] dos sócios. § Único – Do mesmo modo será escolhido o novo Presidente para terminar o mandato do que não o pode cumprir integralmente. art. [sic.] 13º - Entre os membros de Ca a Assembléia [sic.] dos Sócios escolherá na ocasião da mudança de Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, não podendo haver acúmulo de funções. art. [sic.] 14º - Compete ao Presidente do Ca, em nome deste Conselho: 1º fazer observar os presentes Estatutos; 2º Ser o representante legal da ABM; 3º - Administrar os bens da ABM e deles prestar contas ao CA; 4º - Providenciar para que se angariem donativos, solicitam-se verbas aos poderes públicos e cuidar dos meios de manutenção dos menores; 5º - Tomar as decisões de caráter urgente, quando não for possível ouvir o Ca; 6º - Visar os cheques assinados pelo Tesoureiro; 7º - Convocar os sócios para as Assembléias [sic.]; 8º - Determinar a intenção de menores nos casos de socorro urgente, comunicando após ao CA. Art. 15º - O Presidente deverá seguir as determinações do CA, comunicando ao mesmo as atividades de caráter urgente em que este não foi ouvido. Art. 16º - O CA reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses, em dias marcados com antecedência [sic.], e, extraordinariamente, quando o Presidente ou cinco de seus membros o convocares. Art. 17º - As reuniões do CA deverão estar presentes pelo menos cinco de seus membros, entre os quais sempre o Presidente ou o Vice-Presidente e o Tesoureiro, § Único – Estado [sic.] ausente o secretário, quem presidir a reunião designará um secretário “ad hoc”. Art. 18º - As deliberações do CA serão tomadas por critério de maioria absoluta, tendo o Presidente o voto apenas de desempate. Art. 19º - O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos seus impedimentos que não ultrapassem de um ano, respeitando-se o art. 23º. Art. 20º - Compete ao Secretário: 1º Redigir as atas das Assembléias [sic.] dos sócios das reuniões do CA; 2º - Ter em boa ordem e sob sua guarda os arquivos da ABM; 3º - Fazer a correspondência da ABM. § Único – Sendo grande o trabalho de secretaria da ABM, o CA providenciará os meios de o mesmo ser facilitado. Art. 21º - Compete ao Tesoureiro: 1º Arrecadar os valores da ABM e depositar em bancos as quantias disponíveis; 2º - Organizar os balancetes anuais e mensais; 3º - Assinar com o Presidente os Cheques para retiradas de dinheiro dos Bancos; 4º - Zelar para que a escrituração da ABM esteja sempre, clara e em dia; 5º - Prestar os esclarecimentos le- esclarecimentos legitimamente pedidos; 6º - Efetuar a cobrança das mensalidades dos sócios, bem como receber as doações e verbas.

[...]



Para esta edição, convidamos o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense a contribuir com nossa Revista. A relevante atuação do CEPEMHed vem ao encontro da recuperação das memórias e histórias vivenciadas e que devem ser preservadas como patrimônio. Agradecemos a parceria de sempre!

### **MEMÓRIAS DOCENTES SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DUQUE DE CAXIAS**

*Marcia Montilio Rufino<sup>1</sup>  
Marluce Souza de Andrade<sup>2</sup>  
Thays Rosalin de Araújo<sup>3</sup>*

A entrevista da Professora Vera Lúcia Corrêa Machado compõe o acervo de história oral da educação do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd)<sup>4</sup> no projeto “Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimento em vídeo”. Ao longo desses dezesseis anos de atuação do CEPEMHEd, reunimos cento e cinco depoimentos totalizando, aproximadamente, trezentos e oitenta e seis horas e cinquenta e um minutos de registros orais de profissionais que tem contribuído para a sistematização dos processos educativos em Duque de Caxias.

Essa entrevista está inserida no Eixo denominado Educação Especial, compôs uma das atividades relacionadas à comemoração do jubileu do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) e foi realizada em 16 de maio de 2012. A necessidade do registro sobre a Educação Especial surgiu a partir da contribuição para o projeto desenvolvido pela Professora Nailda Marinho (UNIRIO) no IEGRS correspondente ao Edital E-16/2011 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A professora Vera Lúcia fez parte da primeira equipe de Educação Especial na rede estadual, foi coordenadora da Educação Especial na Equipe Técnica Regional da Educação Especial (ETRESP) e atuou nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti. Essa equipe foi responsável por diversos cursos de formação nessa área. Ressaltamos, ainda, sua atuação enquanto professora

<sup>1</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: mmontilio@hotmail.com.

<sup>2</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: marluce@hotmai.com.

<sup>3</sup> Diretora Executiva do CEPEMHEd. E-mail: thaysrosalin@hotmai.com.

<sup>4</sup> Todo o trabalho realizado pelo CEPEMHEd é fruto do esforço coletivo de sua equipe composta pelos seguintes membros: Ana Carolina Izaías Gomes, Cristiane Dias Nunes, Marcia Montilio Rufino, Márcia Spadetti Tuão da Costa, Marluce Souza de Andrade, Renata Spadetti Tuão e Thays Rosalin de Araújo. É uma instituição educativa que se constituiu a partir da iniciativa dos professores da rede municipal de Duque de Caxias e companheiros de militância do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)/Núcleo Duque de Caxias) em 2005. O CEPEMHEd tem seus eixos de trabalho em pesquisa, arquivo e formação com o objetivo de se instituir como uma Escola de Educação Patrimonial.

alfabetizadora e membro da direção nacional da Federação nacional das Sociedades Pestalozzi.

Apresentamos a seguir, uma parte da entrevista que totaliza a duração de quarenta e quatro minutos e seis segundos. Mas, disponibilizamos a mesma na íntegra para consulta no banco de história oral do CEPEMHEd.

**Vera Machado:** [...]A Rosita, então, ela começou a criar equipes regionais de educação especial com sede em alguns municípios. Então, foi criado a equipe regional em Niterói. Uma equipe regional um, a dois foi, tinha uma no Rio. A número 1 era Rio, a número 2 era em Niterói que atendia alguns municípios adjacentes, tipo São Gonçalo, aquela região ali. A do Rio, uma específica no Rio. A três foi a ETRESP de Nova Iguaçu que atendia Japeri e outras localidades dali e a 4, a ETRESP 4, era ETRESP nessa época que era Equipe Técnica Regional.

**Márcia Spadetti:** Uhum!

**Vera Machado:** Era Duque de Caxias.

**Márcia Spadetti:** Tinha mais, além dessas quatro, no estado?

**Vera Machado:** Ah, depois foram criadas, várias.

**Márcia Spadetti:** Começam com essas quatro?

**Vera Machado:** Começam com essas quatro. Depois, veio Campos e outras mais. Foi ampliando durante o ano. A nossa que era a quarta, ela abrangia os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Magé. Os mesmos municípios abrangidos pela região escolar. Então, nós tínhamos que começar um trabalho não só em Caxias, mas nesses três municípios. Então, foi feita uma pesquisa na rede estadual desses municípios de pessoas que tinham formação para começar esse trabalho da educação especial. Então, eram psicólogos, eram assistentes sociais, eram pedagogos, eram médicas. Professores que tivessem essa formação que quisessem vir para montar essas equipes.

**Márcia Spadetti:** Uhum.

**Vera Machado:** Então, foi feito esse levantamento. Na época, ainda não eram tantos. A Professora Lúcia Góes me conhecia e já sabia que eu tinha essa formação.

**Márcia Spadetti:** Psicologia.

**Vera Machado:** Então, ela logo telefonou para mim e me chamou. Convidou para uma reunião onde a professora Rosita estaria. Mas, nesse levantamento foram encontradas algumas outras pessoas que no caso, foram as primeiras pessoas na nossa equipe de educação especial. Então, fui eu, Maria Aparecida Tavares Paula.

**Márcia Spadetti:** Maria Aparecida que veio?

**Vera Machado:** É. Maria Aparecida Tavares Paula, Maria Tereza Almeida, as três eram psicólogas. Marisa Bentes Cal. Eu fiz até uma síntese para não me perder muito nisso, por causa das pessoas. E, nós tivemos a reunião com a professora Rosita em dezembro de 1975 para montar essa equipe. Esse grupo inicial.

**Márcia Spadetti:** Vera, Maria Aparecida. A senhora, Maria Aparecida, Maria Tereza e a Marisa.

**Vera Machado:** É, a Marisa era assistente social. Ficou então combinado, foi-nos apresentado o que era o trabalho. Porque nós fomos chamadas, mas não sabíamos direito o que era não. Mas, todas queriam o quê? Serem aproveitadas naquilo em que se formaram.

**Márcia Spadetti:** Ahã!

**Vera Machado:** Esse era o nosso desejo.

**Márcia Spadetti:** Ahã!

**Vera Machado:** E, como houve a chance, nós fomos.

**Márcia Spadetti:** Ahã!

**Vera Machado:** Foi esclarecido como seria e tal, propuseram visitar outra equipe. Nós fomos à equipe de Nova Iguaçu, conhecer. E, ficou combinado que em fevereiro nós começaríamos. Nós teríamos janeiro de férias, normais como os demais professores e em fevereiro, nós começaríamos. Então, em fevereiro, nós começamos e foi conseguida uma sala na Escola Estadual Vinte e Cinco de Agosto, hoje é o José de Souza Herdy. Nessa época, já era escola estadual, porque as terminologias foram mudando. E, começamos na Escola Estadual Vinte e Cinco de agosto, a diretora era a Professora Porcina.

**Márcia Spadetti:** Ahã!

**Vera Machado:** Ela nos cedeu uma sala e nós começamos a pensar no assunto, visitamos Nova Iguaçu, vimos como eles faziam e começamos a esquematizar o nosso trabalho, a preparação de registros, anamnese. Montamos como iríamos fazer anamnese, cadastro dessas crianças. Enfim, como nós iríamos, o que nós precisávamos para poder começar. Nós tivemos logo depois, assim uns meses depois, um reforço de mais pessoas. Foi a psicóloga Apolônia que veio também, a Glória Meleiro também outra psicóloga. Ela, na verdade, estava terminando o curso quando ela começou conosco, estava ainda no quinto ano. A Regina Coeli Cerdeira que era pedagoga e a Vera, uma médica que veio de São João e foi fazer parte da nossa equipe também.

**Márcia Spadetti:** Uhum!

**Vera Machado:** Bom, esse grupo, então, começou. Nosso trabalho era regional, então nós tínhamos em Caxias, havia algumas turmas na Escola Estadual Duque de Caxias. Eram crianças que ficavam em repetência e eles iam botando em salas separadas com as professoras. Não havia orientação, não havia atendimento. As crianças estavam lá, até tinham ótimas professoras. A professora Maria Jorgina Viana Rajão era uma excelente pessoa, estava há algum tempo com essas crianças. A Helena Rezende Viana, a Ilza Fernandes, também, já estava lá. A Rosa, também, estava no Duque de Caxias. Começamos o nosso trabalho com essa escola, o Duque de Caxias.

**Márcia Spadetti:** No José de Souza Herdy não tinha turma?

**Vera Machado:** Não, só nos abrigaram. Trazíamos as crianças. Nós marcávamos data e vinham. Primeiro, a mãe. Era o passo primeiro, era fazer anamnese com a mãe. A mãe trazia a documentação do

filho, contava todas as histórias do filho e nós registrávamos. Depois, vinha a criança. Quando não tinha médica ainda, na equipe, nós mandávamos, encaminhávamos à Marisa que era a assistente social que fazia a anamnese. Encaminhávamos ao médico para ter algum laudo médico também, para saber se a criança teve algum problema orgânico. Enfim, para gente detectar o que estaria influenciando para que aquela criança não estivesse rendendo como deveria. Depois, vinha a criança para a psicóloga e uma das três atendia. Mais adiante, quando nós tínhamos a Regina como pedagoga, passava pela pedagoga também e depois disso tudo, nós fazíamos uma reunião do grupo todo que nós chamávamos de estudo de caso. Ali, nós analisávamos todos os pontos, os itens que cada um tinha achado sobre a criança para detectar se era uma criança realmente para ficar na educação especial ou se era algum outro problema que estava influenciando e não estava rendendo, não estava aprendendo na classe regular.

**Márcia Spadetti:** Com que frequência era essa reunião da equipe toda? Era toda semana?

**Vera Machado:** Era toda semana.

### Referências

MACHADO, V. L. C. **Vera Lúcia Corrêa Machado:** depoimento [mai. 2012]. Entrevistadora: Márcia Spadetti Tuão. Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed. 1 compact disc e 1 disco digital de vídeo. Entrevista concedida para o Banco de História Oral do CEPEMHed.



## ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para apoiar a dinamização do Instituto Histórico, estimulando a participação dos setores organizados da sociedade, e consequentemente, promover uma maior divulgação do órgão.

Criada no dia 21 de junho de 2001, tem o objetivo maior de colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico. A ASAMIH busca ser o elo entre a população e o órgão de pesquisa e, mesmo sendo uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e o estímulo à captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais. Neste objetivo, a ASAMIH foi contemplada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 2008, sendo considerada, desde então, um Ponto de Cultura, com o projeto "Tecendo as ações no Presente. Construindo a cidadania do Futuro".

Para o Instituto Histórico e sua Associação dos Amigos, isto é muito importante, pois contribui para a elevação da autoestima e a possibilidade da comunidade ter acesso a atividades culturais que colaboram para sua formação como cidadãos e na sua capacidade de intervenção social, levando ao fortalecimento de uma identidade local e formação e manutenção das memórias da cidade.

A nossa Associação dos Amigos do Instituto Histórico buscou sempre valorizar a divulgação da história, memória, patrimônio e cultura de nosso município e da Baixada Fluminense, região que é um mosaico de vidas e identidades.

Desejamos agradecer o apoio de TODOS que se fizeram presentes ao longo de nossos 20 ANOS de existência!





**ESCOLAS - 2ª Região Escolar****Grupo Escolar João XXIII**

Avenida Miguel Couto, s/nº - Jardim Ana Clara – Campos Elíseos - 2º Distrito - Duque de Caxias

**Grupo Escolar Professora Minervina Barbosa de Castro**

Avenida Duque de Caxias, s/nº - Parque Equitativa – 3º Distrito – Duque de Caxias



**ESCOLAS - 2ª Região Escolar**

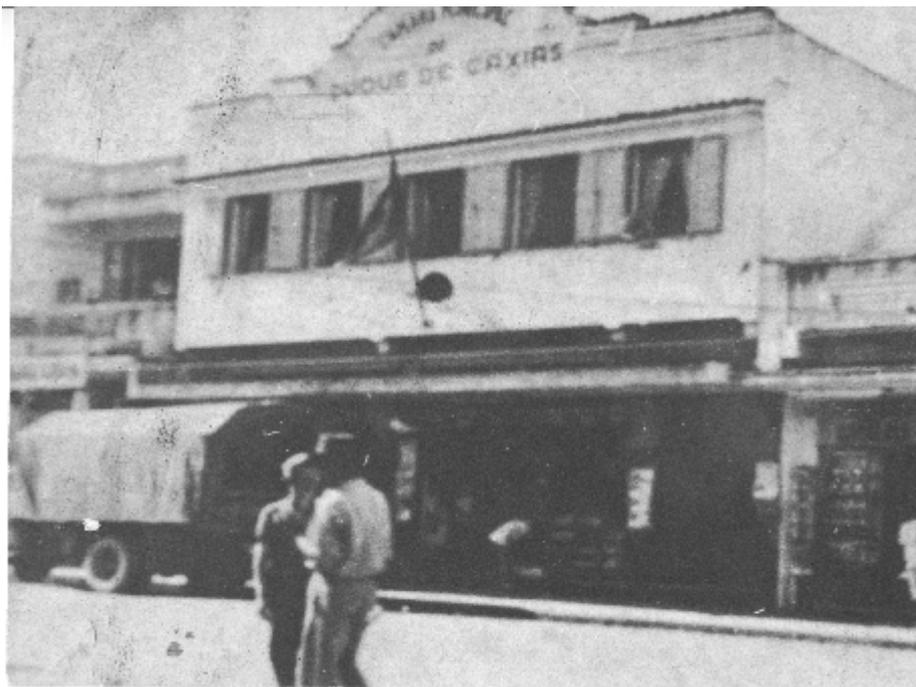
**Escola Reunida Sergipe**  
Estrada de Xerém, s/nº - Xerém – 4º Distrito – Duque de Caxias



**Escola de Convênio Círculo Operário**  
Círculo Operário da F.N.M. – 4º Distrito – Duque de Caxias



**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**  
Implantação do Poder Legislativo - 23 de outubro de 1947



Sede do Poder Legislativo na Avenida Nilo Peçanha.



Solenidade da 1ª Legislatura, vendo-se Edmundo Macedo Soares, Mozart Cintra da Gama, Tenório Cavalcanti, Gastão Reis, Odemar de Almeida Franco.





**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**  
**INSTITUTO HISTÓRICO Vereador Thomé Siqueira Barreto**



**19ª Legislatura**

**01/01/2021 a 31/12/2024**

Celso Luís Pereira do Nascimento	- Celso do Alba -	- <i>Presidente</i>
Delza Oliveira Sant'Anna de Almeida	- Delza de Oliveira -	- <i>1ª Vice-presidente</i>
Divair Alves de Oliveira Junior	- Junior Reis -	- <i>2º Vice-presidente</i>
Claudio de Oliveira Thomaz	- Claudio Thomaz -	- <i>1º Secretário</i>
Clovis Mororo Magalhães	- Clovinho Sempre Junto -	- <i>2º Secretário</i>

Ailton Abreu Nascimento	- Chiquinho Caipira -
Alex Freitas Marques	- Alex Freitas -
Alexsandro Silva Faria	- Sandro do Sindicato - (in memoriam)
Aquiciley Silva do Carmo	- Aquiciley Filho do Adão do Campo -
Arthur Carvalho Monteiro	- Arthur Monteiro -
Carlos Alberto de Paula Dias Junior	- Junior Uios -
Carlos Augusto Pereira Sodré	- Carlinhos da Barreira -
Danilo Francisco da Silva	- Danilo do Mercado - (in memoriam)
Deisimar Quaresma Ribeiro	- Deise do Seu Dino -
Eduardo Anderson Goes Lopes	- Anderson Lopes -
Eduardo Moreira da Silva	- Eduardo Moreira -
Elson Santos da Silva	- Elson da Batata -
Fernanda Izabel da Costa	- Fernanda Costa -
Jackson Wagner dos Santos Barbosa	- Jackson Wagner -
Joaquim Jose Quinze Santos Alexandre	- Quinzé - (in memoriam)
José Miguel de Mesquita Filho	- Zezinho do Mineirão -
Marcelo Cardoso Rodrigues	- Catiti -
Marcos Paulo Barbosa Tavares	- Marcos Tavares -
Marcos Paulo Casal Barbosa	- Marquinho da Pipa -
Marcus Vinicius de Moraes Guimarães	- Boquinha -
Maria Landerleide de Assis Duarte	- Leide -
Michael Alexandre Gervasio	- Michel Vila Nova -
Moises Luiz Gomes	- Moises Neguinho -
Sandro Ribeiro Pedrosa	- Sandro Lelis -
Sergio Alberto Correa da Rocha	- Serginho -
Valdecy Nunes da Rosa Filho	- Valdecy Nunes -
Victor Hugo Leonel da Silva	- Vitinho Grandão -

**SUPLENTES**

Maurício Guimarães Nascimento	- Dr. Maurício -
Alex Francisco Cunha Alves	- Alex da Juliana do Taxi -
Andréa Santos da Silva	- Andréa Conselheira -
Roberto Gabriel de Souza	- Beto Gabriel -
Marcos Oliveira Pereira	- Marquinho Dentista -
Nivan Almeida	- Nivan Almeida -
Marcos Fernandes de Araujo	- Marquinho Oi -
Rozilene Lima de Oliveira	- Rosinha Lima -
Paulo Afonso Alves de Souza	- Paulo Afonso -

**DIRETORA GERAL DA CMDC:** Júlia Graziela Uchôa dos Santos



## Município de Duque de Caxias

